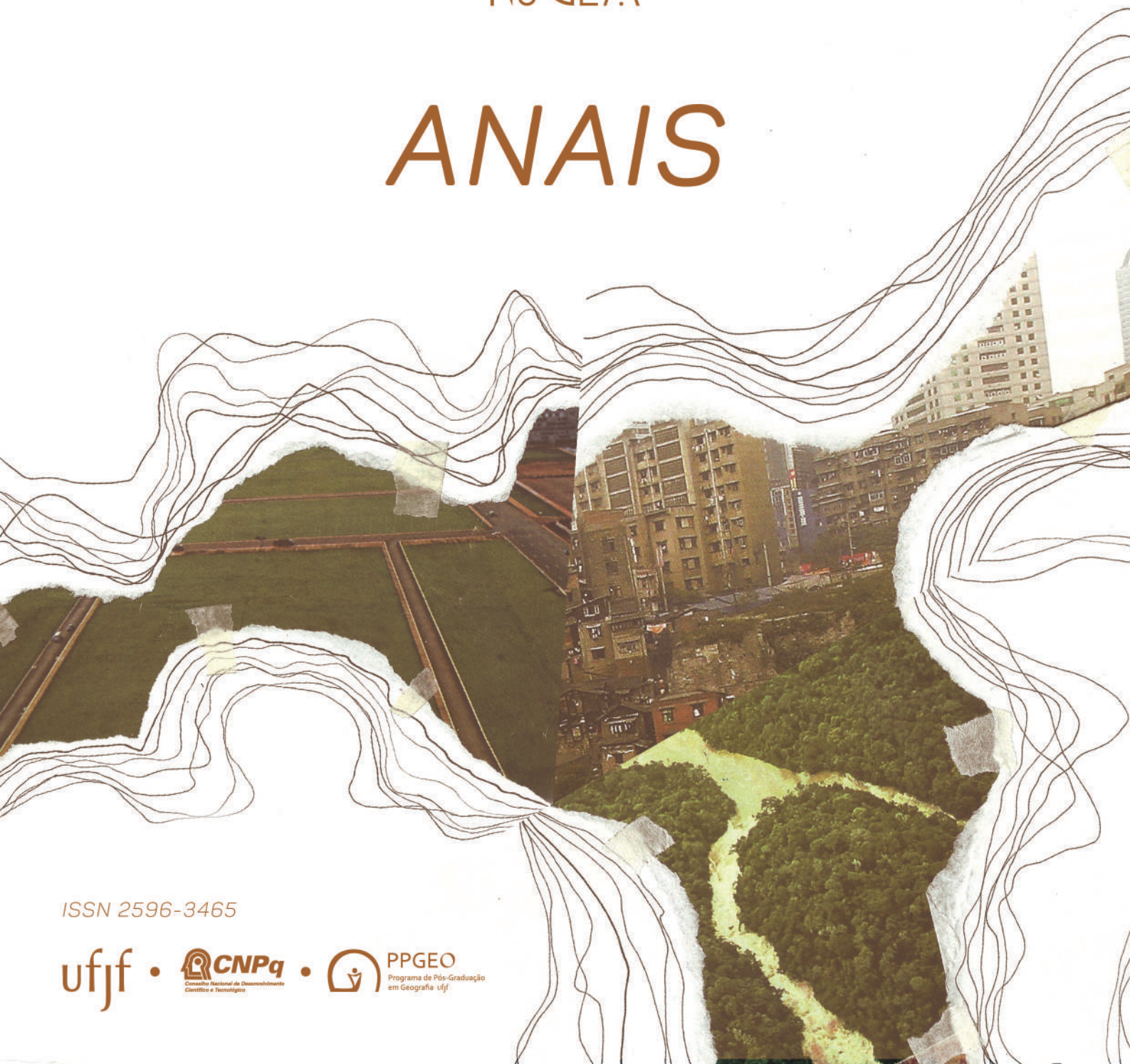
COLÓQUIO

NÚCLEO DE GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

NUGEA

ANAIS



ISSN 2596-3465

ufjf • CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico • PPGEO Programa de Pós-Graduação em Geografia ufjf

SUMÁRIO

ESPACIALIDADES INSURGENTES

A cidade e suas contradições: os conflitos urbanos em Juiz de Fora..... 5
Raniery Fátima de Lima Ferreira e Verônica Sakaragui

Juventude, historicidade e ação: a experiência do Íris da Candinha..... 10
Lilian Aparecida de Souza e Conrado Pavel de Oliveira

O carnaval e as cidades brasileiras: resistências e reinvenções..... 16
Daniel Estevão da Fonseca

Lutas e conflitos sociais na agenda da região de Campos dos Goytacazes na entrada do século XXI: aportes para debate..... 22
Érica Terezinha Vieira de Almeida e Pollyanna de Souza Carvalho

Estudos políticos em Geografia Agrária: a formação dos sistemas agroalimentares corporativos neoliberais e contrapesos dos movimentos sociais..... 29
Francisco Oromi Reinaldo de Souza e Gabriel Duque Coelho Novaes

TERRITORIALIDADES, TRADIÇÕES E IDENTIDADES

A metropolização da pichação na RMBH: evidências de Contagem e Ribeirão das Neves..... 36
Erick Vinicius Pereira Lopes

Território e moradia na comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas da Mata dos Crioulos..... 41
Maria Clara Salim Cerqueira

Um ensaio teórico-metodologico em Geografia: pensando a Congada no município de Carandaí..... 47
Elisangela Ap. Damasceno Almeida

CIDADE, AÇÃO E POLÍTICA

A casa e o direito à cidade: um estudo do empreendimento "Parque das Águas" em Juiz de Fora – MG..... 54
Aline de Vieira Souza; Milena Garcia Machado de Almeida e Clarice Cassab

A desterritorialização das religiões de matriz africana através do discurso ambiental..... 61
Diego Dhermani Lopes Germano; Bárbara Fernandes Moreira; Felipe Gomes de Oliveira; Gabriel Duque Coelho Novaes e Rodolfo Gomes Araújo

Desigualdades Escolares: desafios que minam a legitimação da política de cotas..... 67
Lorenzo Rocha Jordano da Silveira e Lucas Trindade

Escola Pública: a imagem do território em disputa no pós-golpe de 2016..... 74
Marilourdes Valle da Trindade

Juventude, lazer e expansão pentecostal nas periferias urbanas: a juventude do Parque das Águas – Juiz de Fora – MG..... 87
Juliana Aparecida Cantarino Toledo

O planejamento urbano e sua subordinação a produção do espaço urbano: um esforço de inter-relação entre os processos..... 93
Albert Milles de Souza

Relato de experiência de Estágio Supervisionado, sobre Cadastramento Técnico Multifinalitário na pequena cidade de Catas Altas da Noruega – MG..... 99
Heitor Carvalho Lacerda; Humberto Paiva Fonseca e André Luiz Lopes de Faria

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS

(Des)polarização metropolitana e produção territorial na Região Metropolitana do Vale do Aço..... 106
Mateus Caldeira Nogueira

A importância da indústria sucroalcooleira na produção do espaço urbano de Ponte Nova – MG..... 112
Samarane Fonseca de Souza Barros

Formação sócio-espacial, redes e cidade local – o exemplo de Simão Pereira – MG..... 118
Talison Paulo Ferreira

Região oeste de Juiz de Fora a cidade como reflexo da desigualdade da sociedade..... 125
Helena Gouvêa Rocha Alves

Loteamentos fechados e expansão urbana: estudo a partir do eixo Oeste/Sul do município de Juiz de Fora – MG..... 132
Caio César Fonseca Martins e Thiago Alves de Oliveira

Uma discussão inicial sobre o mercado imobiliário de Juiz de Fora..... 137
Ivan Perlatto

Qualidade Ambiental em conjuntos habitacionais: uma análise das variáveis para estudo da qualidade ambiental no Parque das Águas I – Juiz de Fora – MG..... 143
Thiago Alves de Oliveira; Lilian Aparecida de Souza; Cássia de Castro Martins Ferreira e Clarice Cassab

Reflexões sobre a produção do espaço urbano após o rompimento da barragem de rejeito de Fundão – estudo de caso: Barra Longa/MG ano de 2016..... 150
Laura Lanna

Urbanização e transformações das paisagens hídricas de Juiz de Fora – MG no final do século XIX..... 156
Flávio Augusto Sousa Santos e Pedro José de Oliveira Machado

A conformação espacial urbana, a arquitetura e o capitalismo..... 161
Raiza Guimarães Monteiro e Clarice Cassab

Os projetos Minha Casa Minha Vida no município de Petrópolis – RJ: um novo ordenamento territorial a partir do capital imobiliário..... 167
André de Oliveira Melo

Centro Empresarial Park Sul: história e peculiaridades..... 174
Vanely Andressa da Silva

COLÓQUIO

NÚCLEO DE GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

NUGEA

ESPACIALIDADES INSURGENTES

ISSN**********

ufjf

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGEO
Programa de Pós-Graduação em Geografia ufjf

A CIDADE E SUAS CONTRADIÇÕES: OS CONFLITOS URBANOS EM JUIZ DE FORA

Raniery Fátima de Lima Ferreira[1]
Verônica Sakaragui[2]

Introdução

Este trabalho é fruto de reflexões da pesquisa de iniciação científica "Mapa dos conflitos urbanos em Juiz de Fora" que se realiza no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora desde 2015 até o presente momento. Entendemos que a produção do espaço urbano se realiza e se expressa pela cidade de modo heterogêneo. Sendo assim, o espaço urbano pode ser entendido como a construção e o resultado de transformações paradoxais e que se reverbera em múltiplas facetas, sendo transformações veladas ou explícitas, e, por vezes, se revela em conflitos urbanos.

Os conflitos urbanos são inerentes ao modo de vida urbano, por serem a manifestação da tensão de forças distintas que produzem e são produto da sociedade capitalista, uma sociedade marcada pelas desigualdades socioespaciais. Assim, o objetivo da pesquisa é compreender a espacialidade dos conflitos urbanos e suas manifestações, entendendo que os conflitos são produtos e respostas à questões estruturais da sociedade.

Para melhor compreensão e análise dos conflitos urbanos foram realizada leituras acerca da cidade, da produção do espaço urbano e seus conflitos. Também,

[1] Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: raniery.jf@gmail.com
[2] Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: veronicasakaragui@gmail.com

realizamos levantamento de dados a partir da leitura do jornal diário de Juiz de Fora "Tribuna de Minas". Sabemos que nem todos conflitos urbanos são noticiados,
mas por se tratar de um jornal em que toda população tem acesso e pelo respaldo científico, pesquisamos os conflitos neste veículo de comunicação.

Para auxiliar nos estudos e possíveis interpretações dos conflitos em suas relações espaço-temporais, utilizamos algumas tipologias, sendo elas: segurança pública, legislação e uso do solo, moradia, educação, transporte e mobilidade, saneamento básico, acesso e uso do espaço público, recursos hídricos, infraestrutura urbana, saúde, parques e jardins, lixo e resíduos, patrimônio histórico e cultural, espaço sonoro e visual, e, reivindicações. Essas tipologias ajudam-nos a interpretar os dados, e, quando mapeamos os conflitos urbanos coletados nos jornais, realizamos interpretações das tipologias com as regiões políticas de Juiz de Fora para verificarmos as incidências recorrentes no espaço urbano e como diferentes manifestações de conflitos urbanos ocorrem em diferentes espaços.

A cidade e o urbano

Segundo Lefebvre (1972, p.65) "A cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação" ou "a projeção da sociedade sobre o local". A cidade se apresenta como um resultado de uma aglomeração e reprodução social, um local onde se desenvolve um núcleo comercial, político e social.

A cidade evoluiu desde a cidade-estado-grega, que se parece em tão pouco com a cidade atual, visto que a cidade-estado-grega era muito mais orgânica, era um centro de poder, era uma cidade política, a divisão do trabalho era bastante evidente, notava-se uma extrema hierarquia nessa sociedade, também uma divisão espacial do trabalho.

Posteriormente, com o avanço das relações comerciais, a cidade não vai ser apenas um centro político, mas também comercial, onde "a troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento. A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão" (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

A cidade comercial era um centro de troca, até que as relações e os fluxos entre as cidades se intensificam, aumentando agora a riqueza, não só de terras, mas de capital também, pois o comércio acarreta a acumulação de capital.

A burguesia, portanto, detentora do capital estabelece relações de classe no espaço citadino, resultando numa série de transformações sociais, políticas e econômicas que posteriormente, serão base do processo conhecido como Industrialização. O processo de industrialização ocorreu voltado para a mecanização das atividades, sendo possível observar uma mudança drástica nos meios de produção, representando uma divisão clara entre os donos dos meios de produção e os assalariados, neste contexto que se instala um novo sistema político, que visa o lucro e a acumulação de riqueza. O período de industrialização atraiu um imenso fluxo populacional para as cidades, as cidades crescem e se tornam um importante espaço de vivência.

Contudo, segundo Lefebvre (2001, p.52) "A cidade se transforma não apenas em razão de processos globais relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações cidade-campo, nas relações de classe e sociedade". Não obstante, desde o começo a cidade não era homogênea, principalmente com a instalação do capitalismo, a cidade se apresenta como um espaço desigual, obra de uma produção social.

Com o processo de Industrialização e consequentemente Urbanização, fruto do êxodo rural, as cidades vão ter um elevado crescimento populacional. Portanto, o fenômeno urbano vai se apresentar, como um manifestação e produção social em um contexto pertencente a cidade, ou seja, como essas pessoas citadinas produzem esse espaço, caracterizado por suas especialidades, que se diferem do campo, portanto, "urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma" (LEFEBVRE, 2001, p. 159).

Por ser o espaço citadino contraditório, onde pessoas com diferentes interesses lutam por seu direito e pertencimento, o espaço citadino é conflituoso. Por estarmos falando de uma cidade construída e pautada na luta de classes, os conflitos urbanos são as reverberações no espaço que se apresentam por sermos uma sociedade desigual. Segundo Ferreira (2008),

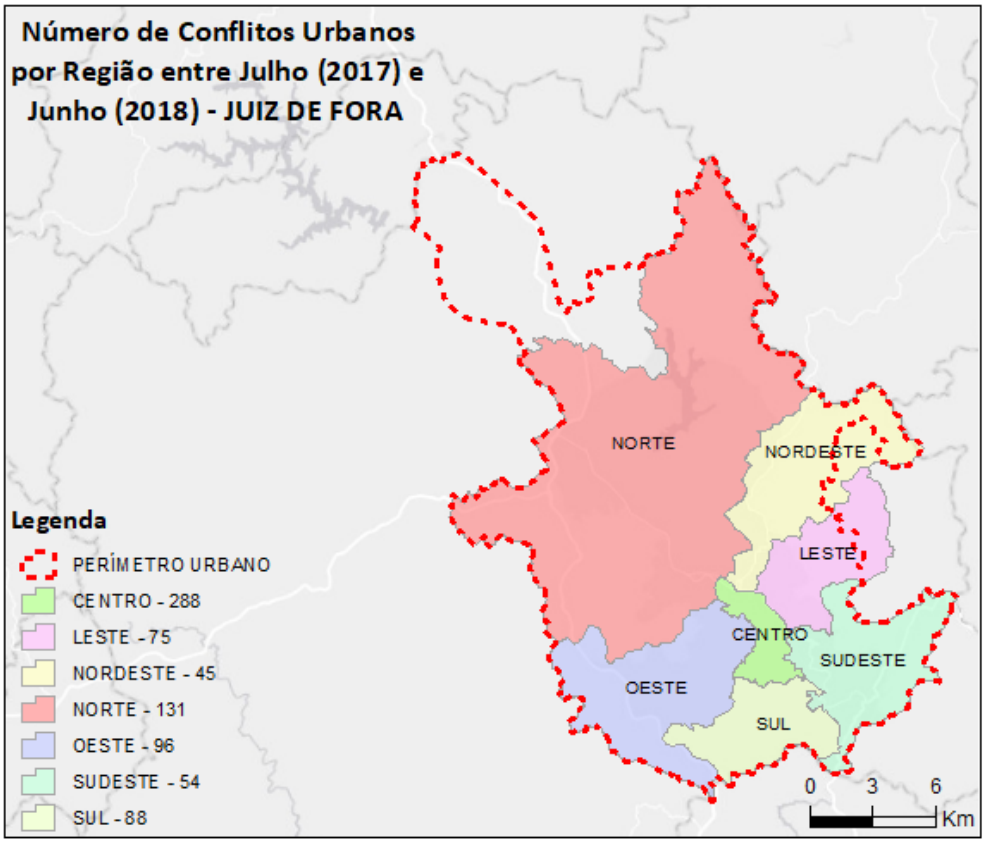
> O espaço torna-se o lugar da reprodução das relações sociais de produção e não apenas dos meios de produção, destarte percebemos o espaço como mercadoria. Porém, se o espaço é o lugar da reprodução, é também lugar da contestação, do encontro, da rebeldia, lugar da ação. E aqui estamos diante de grandes tensões, contradições; ou seja, se é no espaço da vida cotidiana que percebemos e vivemos o dia-a-dia, é nele também que os especialistas – cientes ou não do fato de que o espaço produzido é também produtor – concebem seus projetos e os põem em curso à revelia dos habitantes do lugar (FERREIRA, 2008, p, 8).

Por isso, observar e interpretar os conflitos urbanos se faz necessário, para compreender as relações sociais desiguais da cidade.

Resultados e discussões

O último mapa que fizemos foi com os dados coletamos de julho de 2017 a junho de 2018 para interpretarmos a espacialidade dos conflitos. Suas manifestações e reverberações no espaço são nosso principal objetivo.

Figura 1



Fonte: IBGE/ArcGis Online (2018). Elaborado por Verônica Sakaragui em 07/09/2018.

Como se pode observar na figura 1, os conflitos na região central foram os mais noticiados no jornal *Tribuna de Minas*. Sabemos que o centro é o local do encontro, de troca e reconhecimento do diferente (MAGNANI, 2003). Além de a região central da cidade ser o local do encontro com o diferente, onde há maior circulação de pessoas (por isso muitas vezes é o local escolhido para reivindicações) há também o maior investimento por parte do poder público em obras de infraestrutura.

As tipologias de conflitos mais recorrentes em todas as regiões são: segurança pública (347 conflitos veiculados), infraestrutura urbana (124), reivindicações (103), transporte e mobilidade (81), saúde (62) e lixo e resíduos (60).

De acordo com as tipologias mais recorrentes, podemos interpretar os dados que nos mostram que a questão de segurança pública deve ser pensada pelo poder público com extrema urgência. Com a tipologia acesso e uso do espaço público tendo sido de apenas 47 conflitos noticiados, podemos inferir que onde se falta lazer e investimento de locais públicos de uso coletivo, pode vir a ser ambientes mais hostis.

Embora este trabalho traga mais um mapa como resultado de nossa pesquisa, ela não se encerra com o mesmo. O espaço urbano e seus conflitos são as manifestações de uma cidade desigual, e, nos diz Lefebvre (2008, p.46), "esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz a análise dialética de suas contradições". Por isso, continuaremos estudando o espaço, seus conflitos e suas reverberações pelo espaço citadino.

Referências

FERREIRA, Alvaro. Conflitos no espaço urbano: Labirinto e dialética. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (97). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-97.htm> [ISSN: 1138-9788].

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**: El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. ***Os Urbanitas : Revista Digital de Antropologia Urbana***, São Paulo, v. 1, n. 0, 2003. Disponível em: < http://www.aguaforte.com/antropologia/osurbanitas/revista/RUA1.html >.

JUVENTUDE, HISTORICIDADE E AÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO ÍRIS DA CANDINHA

Lilian Aparecida de Souza[1]
Conrado Pavel de Oliveira[2]

O presente trabalho é o primeiro esforço de sistematização da experiência que culminou na elaboração do projeto "Juventude conta a história", desenvolvido pelo Levante Popular da Juventude com os jovens estudantes do 9º ano da Escola Municipal Santa Cândida que participavam do Cursinho Popular organizado pelo movimento.

As atividades do projeto aconteceram durante o ano 2016 e meados de 2017, com financiamento da Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura, e resultaram no filme Íris da Candinha, premiado com o voto do público na edição 2017 do Primeiro Plano – Festival de Cinema de Juiz de Fora e Mercocidades. Entretanto, mais do que a produção de um filme, tinha-se como objetivo sensibilizar os jovens sobre a importância de valorizar o bairro e seus moradores, estimulando-os a praticar novas formas de interação com sua comunidade, a partir do resgate da história do bairro Santa Cândida. Trabalhando através de oficinas de História Oral e Produção Audiovisual, com a metodologia da educação popular, o projeto rendeu mais frutos do que se podia imaginar e será sobre este processo que se tecerá considerações iniciais a partir do relato de experiência de seus proponentes.

[1] Proponente do projeto "Juventude conta a História". Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora associada ao NuGea – UFJF. E- mail: souzaa.lilian@yahoo.com.br
[2] Proponente do projeto "Juventude conta a História". Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: conradopavel@yahoo.com.br

O Cursinho Popular e o resgate da memória coletiva do bairro

O Santa Cândida é um bairro de Juiz de Fora que está localizado na região Leste, dentro da Região de Planejamento Linhares (JUIZ DE FORA, 2004). Popularmente chamado de Candinha por seus moradores, iniciou como ocupação de uma área de fazenda na segunda metade do século XX, materializando o processo desigual de produção do espaço urbano de Juiz de Fora. Atualmente, é apenas um dos muitos bairros periféricos da cidade que ficam à margem dos processos urbanização crescendo tal como qualquer periferia do Brasil, cheio de restrições materiais e simbólicas (BARBOSA, 2016).

É composto majoritariamente por trabalhadores negros assalariados que convivem diariamente com infraestruturas insuficientes, precarização de equipamentos e serviços, poucas opções de lazer, problemas com o transporte público, estigmas e violência. Entretanto, o bairro historicamente carrega a força de seus moradores, principalmente das mulheres, que através de sua organização conseguiram melhorias para a comunidade. Uma dessas melhorias foi uma instituição de ensino, que de acordo com Antônio Carlos Lemos, historiador e professor da Escola Municipal Santa Cândida, embora "não seja central dentro do bairro, central no sentido geográfico, mas ela é central no imaginário dessa comunidade. Isso é um ganho enorme para nós, saber que essa escola é referência na cabeça dos moradores". (ÍRIS DA CANDINHA, 2017).

Segundo a fala, a escola revelou-se um lugar importante na estruturação da vida do bairro, com forte enraizamento entre os moradores. Entretanto, ela não escapa dos problemas que afligem as escolas públicas no Brasil, principalmente as localizadas nas periferias, sendo que uma dessas questões é a ausência do ensino médio. Como o Santa Cândida não possui outra instituição que o ofereça, os jovens são obrigados a se deslocarem para outros bairros ou para o centro para continuarem seus estudos.

Diante desta realidade, em 2015, militantes do Levante Popular da Juventude em articulação com a direção da escola e lideranças do bairro construíram um Cursinho Popular. A proposta era aprofundar os estudos dos jovens alunos do 9° ano da escola para que pudessem prestar os processos seletivos de ingresso no ensino médio e técnico no Instituto Federal Sudeste MG – campus Juiz de Fora (IF), facilitando assim o acesso ao direito fundamental de educação de pública, gratuita e de qualidade. A iniciativa está dando frutos, ao todo 4 foram aprovados no IF, um em 2015, dois em 2016 e um em 2017. Atualmente, está em andamento a quarta turma, iniciada em abril de 2018.

O Cursinho compõe a rede nacional de cursinhos populares construídos pelo Levante Popular da Juventude, a “Rede Podemos +”, lançada em junho de 2017, que já conta com mais de 20 iniciativas em várias regiões do Brasil. Entretanto, a proposta dos cursinhos populares não é recente no país. Um breve resgate histórico realizado permitiu identificar que esse movimento tem sua origem na década de 1950 na USP e surge no seio dos movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso e qualidade do ensino público (CASTRO, 2005).

No caso do Cursinho Popular construído pelo Levante Popular da Juventude de Juiz de Fora, a proposta político-pedagógica está articulada a uma leitura crítica da sociedade e se baseia na carta do movimento que o coloca em compromisso

> com a construção de um Programa Popular para a Juventude, que organize os dilemas que enfrentamos em nossas vidas, apontando caminhos coletivos para superá-los. Construir esse programa é entender com profundidade os problemas que vivemos e articular as diferentes violências que nos atingem. (LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE, 2016, s/p).

Assim, o movimento compreende que, para cumprir seu real papel, a educação não pode ser encerrada no campo da pedagogia, tem de sair pelas ruas, abrir-se para o mundo (MÉSZÁROS, 2005). Nesse sentido, a proposta do cursinho popular é ir além da aprovação no processo seletivo, contribuindo para o desvelamento da realidade que vivenciam, ou seja, buscar relacionar criticamente a experiência local de luta pelo acesso ao direito social básico da educação com os processos históricos e estruturais da totalidade social (SVARTMAN, GALEÃO-SILVA, MASSOLA, 2017). Deste modo, outro objetivo se colocou para o Cursinho, ser um espaço de debates sobre os temas que são caros aos jovens, contribuindo na recuperação da memória histórica e protagonismo das juventudes.

A necessidade desse trabalho foi confirmada logo no primeiro dia de aula em 2015, quando os militantes do Levante perceberam que os jovens estudantes em suas falas acabavam reproduzindo estereótipos e estigmas, tratando o bairro e seus moradores como violentos e perigosos. A interpretação dos relatos permitiu identificar que existiam consensos nas imagens atribuídas ao Santa Cândida. Isso se explica, de acordo com Cassab e Mendes (2013), porque o imaginário social tem a dimensão política e também a espacial, dada pelas representações que são atribuídas aos lugares.

A ideia difundida de que as periferias são locais violentos esconde a realidade de que elas são a concretude do processo de urbanização capitalista, que cria uma imensa

massa de pobres. Criminaliza-se a pobreza ao invés de questionar suas causas e, nesse processo, as periferias só aparecem nos meios de comunicação em matérias sobre assassinatos, tráfico de drogas, etc., e essas notícias acabam por estimular o imaginário de insegurança referente a alguns territórios e grupos. As informações veiculadas, aliadas aos processos de alienação vivenciados, são capazes de imprimir signos completa ou parcialmente desconectados do real, e as pessoas acabam reproduzindo os estigmas que sofrem.

A partir daí se constuiu a ideia de se trabalhar a compreensão sobre os sentidos de ser jovem e morar em um bairro de periferia, haja visto todo o processo de estigmatização e preconceitos vivenciados. Para tanto, elabourou-se o projeto "Juventude conta a História" para a edição 2015 da Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura, coordenada pela FUNALFA e financiada pela prefeitura de Juiz de Fora.

O projeto tinha como objetivo "trabalhar o protagonismo juvenil, o fortalecimento da autoestima, os processos de formação de identidade e o pertencimento com o espaço onde vivem, a partir do resgate da história do bairro Santa Cândida" (SOUZA; OLIVEIRA, 2015). Para tanto, foram propostas oficinas de história oral, que de acordo com Meihy e Ribeiro (2011) consistem na realização de entrevistas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos ou aspectos do passado e do presente. Sua escolha para o projeto se deu porque as narrativas orais são narrativas de memória e de identidade, na medida em que o entrevistado não apenas mostra como vê a si e ao mundo, mas também como é visto, possibilitando o contato com perspectivas que muitas vezes não estão presentes em outras fontes. Também oficinas de produção audiovisual, que resultariam no levantantamento da história do bairro e na gravação dos depoimentos dos moradores. Ao final de todo esse processo, seria produzido um vídeo simples, gravado com câmera de celular, que seria apresentado à comunidade.

Se interessaram pelo projeto seis jovens, sendo quatro do sexo masculino e dois do sexo feminino. Além disso, a equipe contava com a participação de militantes do Levante e oficineiros de de história oral e de produção audiovisual contratados pelo projeto. Durante os encontros foram levantadas as pessoas que os jovens consideraram importantes de serem entrevistadas. À medida que as oficinas iam acontecendo e a história do bairro ia se revelando, tomou-se a decisão de gravar os depoimentos com câmera semiprofisssional, embora o áudio pemaneça oriundo do gravador de celular. A edição foi coletiva, a gravação em dvds foi caseira e a arte da capa feita por um artista parceiro do Cursinho. Sua exibição de estréia aconteceu na Escola Municipal Santa

Candida, durante a Festa da Família em maio de 2017, e contou com a participação dos produtores e entrevistados em um rico diálogo com a comunidade.

A aceitação do filmeo foi muito boa, surgindo a ideia de enviá-lo para o Festival Primeiro Plano edição 2017, no qual foi agraciado como melhor filme pelo voto do público. Além disso, o Íris da Candinha foi exibido em todas as turmas da escola e anualmente será apresentado aos novos alunos, promovento debates sobre a história do bairro, que se funde e confunde com a história de vida de seus moradores.

Como o Santa Cândida possuí um rico histórico de participação política e cultural na cidade de Juiz de Fora, sem o qual não seria possivel a construção do cursinho Popular e a produção do documentário, os jovens produtores foram convidados para exibir o Íris da Candinha em diversos eventos, como: o Colóquio cidade, Memória, Educação para outras sensibilidades; evento Psicologia para quem?, organizado pelo Conselho Regional de Pscicologia da Zona da Mata; a mesa Juventude, Cidade e Mémória, organizado pelo Nucleo de Pesquisa Geografia, Espaço e ação, da UFJF, entre outros. Nestes, os jovens produtores puderam apresentar seu filme e debater sobre a experiência de sua construção e a sua vida a partir disso.

Para nós proponentes, o mais importante foi perceber que os jovens transformaram sua forma de perceber o bairro e a si mesmos, entendendo-se como sujeitos protagonistas da história, estimulando assim o desenvolvimento da participação social a partir da relação entre as “transformações da consciência e novas ações no mundo” (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA; MASSOLA, 2017, p.131). Nesse sentido, alguns deles se inseriram no Coletivo Vozes da Rua, principal movimento organizado do bairro, onde assumiram para si a tarefa de construção de iniciativas como o Slam de Perifa e o Agosto Negro, entre outras. Também se somaram ao Levante e participam atualmente da organização do Cursinho Popular.

Referências

BARBOSA, J. L. Espaço e democracia na conquista política de direitos. *Anais do II Colóquio do NUGEA*, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. Programas Habitacionais e a Produção do Espaço: Processos de Des-Re- Territorialização de Jovens Pobres em Duas Cidades Médias. *Revista de geografia*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2013.

CASTRO, A. C. *Cursinhos Alternativos e Populares: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista - Rio Claro, 2005.

ÍRIS DA CANDINHA. *Produção de Matheus Silva*. Juiz de Fora: Funalfa, 2017. Vídeo.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. *Plano diretor de desenvolvimento urbano.* Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. *Carta compromisso do 3º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude.* 2016. Disponível em: http://levante.org.br/blog/?p=1249. Acesso em: 08 de abril de 2018.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático de história oral.* São Paulo: Contexto, 2011.

MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do Capital.* São Paulo: Boitempo, 2005.

SOUZA, L. A.; OLIVEIRA, C. P. *Projeto Juventude conta a história*. Juiz de Fora: Lei Murilo Mendes - FUNALFA, 2015.

SVARTMAN, B. P.; GALEÃO-SILVA, L. G.; MASSOLA, G. M.. Psicologia social comunitária e educação popular nos movimentos sociais contemporâneos. In: RASERA, E. F.; PEREIRA, M. S.; GALINDO, D. (Orgs.). *Democracia participativa, Estado e Laicidade: psicologia social e enfrentamentos em tempos de exceção*. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017. p.127-142.

O CARNAVAL E AS CIDADES BRASILEIRAS: RESISTÊNCIAS E REINVENÇÕES

Daniel Estevão da Fonseca[1]

Introdução

Este trabalho aborda a relação entre o carnaval e a cidade, sobretudo, as repressões à manifestações e as reinvenções que construíram a festa ao longo de décadas. O recorte utilizado se limita a cidades do sudeste, com ênfase no Rio de Janeiro, dada a sua centralidade como antiga capital, sua importância econômica e cultural no século XIX e XX.

Toda pesquisa é resultado de pesquisa bibliográfica que relaciona o carnaval com a cidade, assim como as ações do Estado sobre o espaço urbano. Destaca-se, como principais referências, a obra do geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes, com o livro *Escolas de Samba: Sujeitos Celebrantes e Objetos Celebrados* (2001); e Flávio Villaça com *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil* (1999).

Os "bárbaros" e a cidade

Seguindo o cronograma histórico, nada mais pertinente que começar pela primeira manifestação carnavalescas praticada no Brasil: o entrudo. Em Portugal e no Brasil, conforme se adaptava, o entrudo se caracterizou pela prática de molhar e sujar pessoas pela cidade através do lançamento de baldes ou bolas de cera com água, barro ou qualquer outro material capaz de causar sujar e impregnar o corpo das pessoas.

[1] Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fonsecae.daniel@gmail.com.

Na primeira metade do século XIX, a brincadeira já causava indignação de parte da classe política e da governança de cidades. O entrudo era considerado pelo poder público uma prática “grotesca” e “anacrônica”, incriminado pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro como causa de propagação de doenças e pela burguesia da época como um resquício “colonial” (FERNANDES, 2003: *s/p*). Sua proibição, em 1840 no Rio de Janeiro, sob pena de prisão para aqueles que descumprissem a lei não foi capaz de extinguir o entrudo, que sobrevive nas periferias da cidade até o início do século XX (VISCARDI; SOTTANI; SILVA, 2013: p. 4). Em substituição, tentou-se “civilizar” o carnaval, o modelo veneziano foi uma forte inspiração com suas máscaras e batalhas de confetes, daí nascem as Grandes Sociedades Carnavalescas. Igualmente alternativo, o Zé Pereira, batucada desgovernada, sem necessidade de ritmo, era a brincadeira favorita das classes populares (FERNANDES, 2001: p. 18 - 22).

A morte do Zé Pereira

Se por um lado o higienismo decretou o fim do entrudo no centro do Rio de Janeiro, o Zé-Pereira foi atacado pela Reforma Pereira Passos. Como dizia o slogan da época, “O Rio civiliza-se” (VILLAÇA, 199: p. 197), banindo a prática considerada bárbara para o esquecimento, uma *missão civilizadora* da cidade que vinha ensaiando outras formas de brincar o carnaval com “líricas cantigas e de apuradas e ensaiadas vozes” da emergente musicalidade brasileira (FERNANDES, 2001: p. 23).

Nesse período, a cidade começava a experimentar projetos urbanos de modernização de seu centro, com forte inspiração europeia. Georges-Eugène Haussmann, mentor do plano de Paris, fazia escola mundo afora, no que dizia respeito aos novo valores estéticos e sua nova fisionomia para uma nova ordem econômica. A cidade ganhava monumentalidade, com o Estado se materializando no espaço. Os largos bulevares abriam caminhos para os automóveis, assim como para as tropas militares (HARVEY, 2014: p. 34-36). O centro adquiria novas funções, em primeiro lugar para “acumulação acelerada de capitais” e paralelamente, numa sociedade marcada por um forte recorte de classes, para o “desfrute das elites locais” (VILLAÇA, 1999: p. 193). A destruição do Morro do Castelo, provocará uma migração interna na cidade, realocando a população que o habitava entre o Morro da Mangueira e as mediações de Madureira e Oswaldo Cruz. Curiosamente, nas décadas seguintes, estes locais serão cenários da modernização musical do samba e do carnaval (FERNANDES, 2001: p. 57-75).

Os chamados “planos de melhoramento e embelezamento” vão predominar nas cidades brasileiras entre os anos 1875 e 1930. Projetos de origem renascentista que “foi amplamente usado para glorificar e ajudar a impor o Estado e a classe dirigente capitalista” (VILLAÇA, 1999: p. 192) vão transformar a cidade colonial para as novas velocidades e exigências do mercado mundial, criando “todo um estilo de vida urbano totalmente novo e um novo tipo de *persona* urbana” (HARVEY, 2014: p. 35). A partir da posse do prefeito Pereira Passos na então capital nacional, os processos que já eram fortes se intensificam, atingindo o auge das ações no ano de 1906, mas durará até a “revolução de 1930”.

Carnaval e política sempre andaram juntos

De fato, a presença do povo negro sempre foi algo intragável para a aristocracia brasileira, mesmo dependendo de sua força de trabalho, nunca foi aceito voluntariamente pelas forças da ordem a transmissão e reprodução das culturas africanas. Tudo que existe hoje, é resistência. Exemplo disso, podemos dizer dos cordões no final da república velha, que eram mal visto pela polícia por levarem para as ruas, batidas ritmadas de origem africana, que se assemelhavam aos cânticos religiosas dessa mesma matriz. Mais bem vistos, eram os ranchos, que cantavam os temas nacionais em seus enredos (FERNANDES, 2001: p. 48).

Daí a sacada oportuna dos primeiros sambistas. As escolas de samba abordavam temas nacionalistas, que cantavam a beleza da terra e a mestiçagem do povo, isso sem abrir mão da origem africana. Tudo isso, legitimado por uma classe intelectual que buscava se afirmar como nação. O samba nasce nesse contexto, mas é com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a instauração do Estado Novo que o samba e o carnaval de Escolas de Samba vai se fortalecer. No Rio de Janeiro, destaca-se a figura de Pedro Ernesto, prefeito de 1931 a 1935, desenvolveu uma gestão marcada pela “ação assistencialista que visava a ‘incorporação das massas’” (SILVA, 2005: p. 54-55). Atuando dentro do projeto revolucionário de 1930, na linha do “Estado provedor”, trazia consigo uma visão social, onde além de integrar as favelas às políticas da cidade, incentivou fortemente as escolas de samba do Rio de Janeiro.

A tomada do poder pelas forças de Getúlio Vargas em 1930 causa uma desordem na organização do Estado brasileiro que sempre fora dominado por oligarquias muito bem consolidadas. Após a revolução, nenhum grupo obtém

hegemonia no controle das ações do Estado. Quem se destaca é uma burguesia urbana-industrial que garante o controle espacial das cidades sob o discurso de modernização da economia brasileira. O Estado passa por um processo de modernização, racionalização e reconhecimento de direitos (SILVA, 2005: p. 34), que em outras palavras, pode ser chamado de tecnicismo via ordens do governo federal (VILLAÇA, 1999: p. 202). Essa verticalização das ordens, desmobiliza as ações na esfera local, predominando os discursos oficiais que na prática eram pouco efetivos. "O capital também já não está interessado em obras de embelezamento, mas nas de infraestrutura, especialmente a viária e as remodelações de grande retorno imobiliário" (VILLAÇA, 1999: p. 225). Esse conjunto de fatores, de um lado o fortalecimento da identidade nacional via samba e carnaval, e de outro, as brechas criadas pelo Estado nos projetos urbanos, são as condições que permitem que o carnaval carioca se desenvolva e espalhe seu modelo pelo restante do país.

O período da ditadura civil-militar, politicamente conturbado, com forte controle das forças artísticas, atinge o carnaval através da censura, sobretudo de vigilância moral. Os enredos, com letra e alegorias, eram mandados previamente para o censor, a fim de indicar se estava apto para os padrões. Palavras como revolução eram alterados para evolução e roupas que mostravam demasiadamente o corpo feminino eram vetadas (FILGUEIRAS, 2015: *s/p*). Além da censura, a retirada de direitos, prisões arbitrárias e o Estado de exceção marcavam o período, fazendo emergir uma série de conflitos, inviáveis de abordamos neste pequeno trabalho.

Espaços em disputa

"Todo o período de 1930 até 1965 é marcado pela passagem do planejamento [urbano] que era executado para o planejamento-discurso" (VILLAÇA, 1999: p. 211). A cidade passa a ser pensada em seu conjunto e complexidade, mas as ações deixam de ser efetivadas no espaço. Isso, justamente no período de maior explosão e contínuo crescimento das cidades. O período posterior é marcado pelo adensamento populacional e pela metropolização de algumas cidades brasileiras, impulsionadas pela indústria. Salvo as ações pontuais como o "zoneamento", podemos classificar a ação do Estado nas cidades, em suma maioria, como criadora de condições de circulação e fluxo de capitais e força de trabalho, ações constantes de adaptação às novas dinâmicas globais. Em conjunto com uma economia cada vez mais globalizada, a especulação imobiliária

se torna uma prática corriqueira nas cidades. Aumenta-se os problemas urbanos e o custo de vida nas cidades, por mais que a década de 1990, herdeira da tomada de consciência e das mobilizações dos anos de 1980, disputasse o Estado para fins sociais.

Símbolo desse novo período, a escola de samba paulista, Vai-vai, situada no bairro do Bexiga desde o ano de 1931, viu o bairro de origem negra e de imigrantes pobres crescer e ser tomada por altas edificações, e ter a vizinhança transformada num público bastante distinto daquele que fundou a escola. Tal, que em 2007, um conjunto de moradores alegando "incômodo e barulho", aciona o Ministério Público pedindo o fechamento da quadra (AGÊNCIA ESTADO, 2007). Neste mesmo ano, a escola foi impedida de sair e interditar três ruas usadas para ensaios.

Interdição de ruas, parece ser um grande crime na cidade moderna. Tanto que, os foliões da capital mineira, saíam às ruas, muitas vezes de maneira clandestina durante o carnaval em finais dos anos 2000, por dificuldade de atender às demandas burocráticas exigidas. Hoje, a festa na cidade é a que mais atrai pessoas no período do carnaval em toda Minas Gerais. O crescimento de blocos também ocorre na cidade do Rio de Janeiro, que durante o mandato de Marcelo Crivela ofereceu como solução à interdição de ruas, a criação da "Arena dos Blocos", espaço fechado, com catracas e entradas gratuitas, destinado à apresentação de blocos, que não atrapalhariam o trânsito (BARREIRA, 2018).

Considerações finais

Buscamos de maneira sintética abordar casos específicos que narram a forma como o carnaval vem sendo reprimido por políticas públicas e urbanas, mas através da criatividade carnavalesca vai encontrando maneiras de resistir e se reinventar. Isso, sempre com a cidade demonstrando um papel muito mais importante que um palco, mas como um fator determinante na história da festa.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. Vai-vai enfrenta juízes do carnaval e do tribunal. In.: **Estado de São Paulo**, 16 de fevereiro de 2007. Acesso em: 22/12/2007 Disponível em: http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,vai-vai-enfrenta-juizes-do-carnaval-e-do-tribunal,20070216p14343.

BARREIRA, Gabriel. Arena dos Blocos não limita carnaval de rua diz RioTur: ‘Proibição nenhuma’. In.: **G1 - Rio de Janeiro**, 27 de dezembro de 2018. Acesso em: 06/06/2018. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2018/noticia/arena-dos-blocos-nao-limita-carnaval-de-rua-diz-riotur-proibicao-nenhuma.ghtml.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados**. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

_____ O carnaval e a modernização do Rio de Janeiro. In.: **Revista geo-paisagem.** Ano 2, nº 4, 2003.

FILGUEIRAS, Mariana. Revelados documentos inéditos do carnaval carioca retidos pela ditadura militar. **O Globo.** 16 de fevereiro de 2015. Acesso em: 22/08/2018 Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/revelados-documentos-ineditos-do-carnaval-carioca-retidos-pela-ditadura-militar-15347540.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [2012].

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas cariocas, 1930-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169–243.

VISCARDI, Adriana Woichinevski. SOTTANI, Silvânia M. Ribeiro, SILVA, Éder José da. Carnaval: entre a contradição de classes e o produto midiático espetacular. **Estação Científica**. Juiz de Fora, nº 09, 2013.

LUTAS E CONFLITOS SOCIAIS NA AGENDA DA REGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES NA ENTRADA DO SÉCULO XXI: APORTES PARA DEBATE

Érica Terezinha Vieira de Almeida[1]
Pollyanna de Souza Carvalho[2]

Resumo Expandido

O corrente estudo é corolário de reflexões iniciadas no ano de 2017, com o auxílio financeiro das respectivas agências de fomento: (FAPER/RJ) e (PIBIC/UFF), tendo como essência os conflitos, as ações coletivas, as lutas sociaise seus atores políticos na Região Norte Fluminense (RNF). O mapeamento precípuo das manifestações e/ou mobilizações coletivas[3], como também, a sua classificação e discussão, tem como objetivo inicial a construção de uma análise à luz dos conflitos e das respostas – espontâneas ou organizadas –, constituídas pelos sujeitos sociais de modo coletivo, como respostas políticas ao processo de valorização na Região e, logo, dos processos de mercantilização da terra, dos recursos naturais e dos direitos (MOTA, 2017), mais recentemente, alicerçados na ação das grandes corporações e fundos de investimentos e de pensão e do Estado, em seus divergentes âmbitos.

[1] Assistente Social, Doutora em Serviço Social e Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Coordenadorado Núcleo em Dinâmica Capitalista e Ação Política (NETRAD) E-mail: ericalmeida@uol.com.br
[2] Graduanda do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense, de Campos dos Goytacazes/RJ. Bolsista de Iniciação Científica da FAPERJ do NETRAD. E-mail: pollyannacecf@gmail.com
[3] A escolha do Jornal Folha da Manhã (JFM) é devido ao mesmo ter sede em Campos mas possuir abrangência e circulação regional. Além do mais é o único veículo local com duração durante todo o período da pesquisa em tela.

Considera-se relevante apontar que, embora, grande parcela das manifestações esteja vinculada à nova dinâmica territorial ou espacial reorganizada pelo protagonismo dos agentes do capital transnacional, em nível local e regional, ela surge mediada pelos sujeitos locais, encarregados por fazer a articulação de suas estratégias políticas e econômicas, com os projetos de proporções mais amplas (nacionais e supranacionais). Nessa linha, é necessário averiguar as peculiaridades históricas do município no tocante à monocultura da cana-de-açúcar e da hegemonia político-cultural das elites agroindustriais, bem como a cultura do clientelismo, como atividade social fundante na reprodução social dos trabalhadores mais empobrecidos.

Conflitos, lutas sociais e sujeitos coletivos

A mesorregião político-administrativa Norte Fluminense (RNF), situada no norte do estado do Rio de Janeiro, abarca atualmente nove municípios. Tradicionalmente e historicamente, é lembrada pela monocultura da cana-de-açúcar, desde o século XVII, e, posteriormente, pela produção de açúcar e álcool. Diante disso, a RNF foi, intensamente, marcada pelo monopólio da ação política das elites locais atreladas às instituições estatais. O município mais relevante da RNF é Campos dos Goytacazes, de porte médio, abrangendo uma população de 490.288 habitantes (projeção para o ano de 2017), que retornaria à cena nacional, nos anos de 1970, com o descobrimento e exploração de petróleo e gás, na Bacia de Campos, como também, pelo aumento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo (Campos, Macaé, Carapebus, Quissamã e São João da Barra) e aqueles considerados não –produtores (são Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São Fidélis e Conceição de Macabu), a partir de 1989 e, mais presentemente, em 1998. Recorda-se que, o setor sucroalcooleiro começou a entrar em crise em 1980. Crise esta que se arrastou até o final dos anos de 1990/2000.

Em face ao exposto, podemos considerar que a RNF se constituiu como uma “região” também pela forma, mais ou menos homogênea, como se deu o processo de modernização no campo a partir de 1940 e, mais tarde, nos anos de 1960, 1970 com a modernização das relações trabalhistas no campo que expropriou milhares de trabalhadores rurais, promovendo o inchaço das favelas e áreas periféricas dos municípios da região. Esta desterritorialização dos trabalhadores rurais da região e sua inclusão, de modo subalterno e desprotegido, nas cidades, criou as condições adequadas ao surgimento de um imenso contingente de força de trabalho barata, “desqualificada”,

de baixíssima escolaridade e disponível para qualquer tipo de capital. A sazonalidade da cultura da cana de açúcar vai proporcionar que os “bóias-frias” alternem a sua inserção no mercado de trabalho entre a cana e as demais ocupações intermitentes e informais, atendendo minimamente a sua reprodução até a falência das usinas da região e a perda da centralidade dessa atividade produtiva, nos anos 2000, o que provocou a criação de um imenso “exército de sobrantes” (CRUZ, 1987).

A liberalização da economia a partir da adoção do receituário de caráter neoliberal, a reestruturação da produção e a política de ajuste fiscal desencadearam o crescimento do desemprego tanto na esfera nacional, como no município. É bom que se recorde que, com o término da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964 e da estrutura política, institucional e financeira que assegurava o fechamento político da RNF, suas elites agroindustriais não resistiram às novas práticas da concorrência intercapitalista. E mais, com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), liderado pelo capital financeiro, têm-se uma profunda inflexão no mundo do trabalho com o avanço do desemprego e das múltiplas formas de precarização. Acompanha este processo a desresponsabilização do Estado no âmbito da proteção social pública, numa nítida destruição da esfera pública e dos direitos, comandada pelo ideário neoliberal ancorado no padrão de acumulação por despossessão (HARVEY, 2013).

São muitos e diversos os sujeitos coletivos, os modos de se apresentar no espaço público assim como as suas reivindicações. E mais, as ações coletivas podem expressar demandas articuladas em nível estadual e nacional, como as mobilizações sindicais dos servidores públicos, bancários e petroleiros, por exemplo, como aquelas referentes às particularidades da dinâmica capitalista no contexto local e regional.

O município de Campos, em especial, na primeira década do século XXI, será marcado pelas greves e paralisações sindicais de diversas categoriais profissionais, com destaque para os funcionários púbicos (municipais, estaduais e federais) e, dentre eles, os servidores da educação contra o desmonte da Política Pública de Educação nos três níveis de governo. Ainda referente à luta sindical, merece destaque o protagonismo dos petroleiros, bancários e rodoviários contra o rebaixamento salarial e o crescimento da precarização e do processo de terceirização, objeto de protestos também pelos servidores do município de Campos e do estado do Rio de Janeiro. Outro sujeito coletivo que volta à cena pública cobrando seus direitos, particularmente, os direitos trabalhistas expropriados pelas Usinas em seu processo de falência, são os trabalhadores rurais e os trabalhadores da Indústria sucroalcooleira, em especial, das últimas Usinas

em funcionamento entre os anos de 2000 – 2010. Além dos salários atrasados, os trabalhadores reivindicavam seus direitos trabalhistas, INSS e FGTS, além de denunciarem a prática do trabalho em situação análoga à escravidão em algumas dessas Usinas.

Destacam-se também os conflitos relativos ao uso da terra, expressos pelo protagonismo do MST nas ocupações das terras improdutivas, nos protestos denunciando a reintegração de posse em favor dos latifundiários e aquelas reivindicando agilidade nos processos de desapropriação e do crédito agrícola e para moradia. Desde a primeira ocupação do MST em Campos, em 1997, nas terras da falida Usina São João, foram inúmeras as ocupações e manifestações durante toda a primeira década do séc. XXI em municípios da RNF (Campos, Conceição de Macabu e São Francisco do Itabapoana). Além das ações do MST, vale registrar as manifestações dos pequenos produtores rurais do 5º Distrito de São João da Barra, contra a desapropriação de suas áreas pela CODIN/RJ, para o mega projeto do complexo portuário do Açu[4]. Essas manifestações foram registradas, pela primeira vez, em maio de 2009 e seguem até os dias de hoje.

O Complexo Portuário Industrial do Açu- CIPA é um empreendimento da PRUMO Logística, que por sua vez pertence ao Fundo de Investimento americano EIG. No total, abarca uma área equivalente a um terço do município de S. João da Barra, o que já indica a reorganização do espaço local e os conflitos em torno da sua implementação. Incensado pelos diferentes grupos políticos locais, com raríssimas exceções, o Porto do Açu alcançou uma hegemonia em torno da sua relevância para a Região, sobretudo no que se refere à criação de empregos e à dinamização da economia regional. Dentre os principais impactos negativos que já se manifestaram, destacam-se:

[4]Os produtores protestam contra os decretos do governo estadual que declaram suas terras de utilidade pública, liberando-as para desapropriação em favor da CODIN (Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro). Segundo o movimento, mais de 200 famílias serão expropriadas de suas terras. Ver: BARCELOS, E. (Org.). *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/MinasGerais.2014.Disponível
em https://drive. google.com/file/d/0B1TWm6pWIzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit.

> i)o deslocamento forçado e violento de centenas de famílias de pequenos produtores e assentados para implantação do Distrito Industrial; ii) a destruição de lagoas e áreas de restinga destinadas à preservação e proteção; salinização do lençol freático pelo depósito de sedimentos do fundo do mar em terra firme, inviabilizando atividades agropecuárias; iii) a inviabilização da pesca, pelo perímetro de operação do porto; iv) a configuração de um enclave, pelo fato de que os portos, contemporaneamente, não interagem positivamente com acidade e com o seu entorno; v) uma elevada capacidade de mobilização de recursos locais para atividades subsidiárias de baixa tecnologia e de baixo rendimento (CRUZ, ALMEIDA, TERRA, 2016,p.13).

Cabe registro os protestos e mobilizações dos pescadores em virtude das restrições impostas à atividade da pesca artesanal e, também, dos trabalhadores da construção civil do Consórcio ARG – Civil Port, responsável pelas obras do Porto do Açu e, mais recentemente, dos trabalhadores da ENGESIQUE reivindicando o pagamento dos salários atrasados, melhores condições de trabalho, segurança, alimentação e uniformes.

No que se refere à presença dos GIs[5] em Campos, como já salientado, esta data do final dos anos de 1970 com a implantação do Complexo E&P na Bacia de Campos, embora as seqüelas sejam percebidas nas décadas posteriores, sobretudo com o crescimento populacional de Macaé [6]. Conhecido pelas suas repercussões positivas no que se refere à geração de emprego e de renda, em especial, das rendas petrolíferas e participações especiais, o E&P é responsável, também, por um conjunto de impactos altamente desestruturantes no que diz respeito às atividades econômicas, ao ambiente, à infraestrutura urbana, ao acesso a direitos e à sociabilidade urbana. Segundo Cruz, Almeida e Terra (2016), dentre os mais importantes destacam-se:

---

[5]Os Grandes Investimentos, doravante tratados aqui sob a sigla GI, são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e do peso, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído.

[6]Cabe registrar que embora Campos seja o município mais populoso da RNF, ele cresceu pouco desde o período de implantação do Complexo de Petróleo e Gás na Bacia de Campos, na década de 1970. Segundo as pesquisas, Macaé foi o município mais impactado pelo setor de petróleo considerando a instalação da sede da Petrobrás e das grandes petrolíferas, dentre outras Empresas, no território macaense. Nas últimas três décadas (1970 – 2009) a população de Macaé saltou de 47.221 para 194.403 (Ver. TERRA, D., RESSIGUIER, J H. Mudanças no Espaço Urbano de Macaé: 1970-2010. In: *Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé*, p.149-168.

> a concentração espacial das empresas em um só município, promovendo uma fragorosa implosão urbana, em um curtíssimo período de tempo, agravando problemas de infraestrutura, moradia, mobilidade e segurança para a população trabalhadora, apresentando sérios problemas de pobreza e desigualdade social; ii) a configuração de um enclave econômico, na medida em que não se implantaram atividades industriais *upstream* e *dowstream*, ou, a montante e ajusante das atividades locais de E&P; iii) a geração de municípios petrorrentistas, ou seja, recebedores de ricas rendas petrolíferas, sem que houvesse crescimento, integração ou diversificação das atividades produtiva; iv) monopólio exercido sobre os recursos existentes e os novos recursos pelas atividades da indústria extrativa regional de petróleo, no que se poderia classificar como uma nova forma de monocultura; v) os impactos ambientais com elevados prejuízos para atividades econômicas regionais de elevada importância social, como a pesca artesanal, com a restrição das áreas de pesca, a ampliação do perímetro a ela proibido e os prejuízos aos barcos pesqueiros pelos tubos (p.12).

Não é por acaso que os registros de conflitos em Macaé sejam, em sua maioria, mobilizações de moradores do centro e das periferias contra a violência e a insegurança. A violência urbana passa a ocupar as notícias do JFM a partir do ano de 2000 e seguem até hoje, expondo as mazelas de uma cidade socio-espacial e racialmente segregada. Ainda que muitos desses movimentos sejam considerados espontâneos e episódicos, eles traduzem a dinâmica excludente e elitista deste modelo de desenvolvimento. Ao lado da privatização e destruição dos recursos naturais avança o processo de mercantilização dos direitos, com a progressiva privatização dos serviços públicos em áreas até então consideradas como “direitos do cidadão”.

Concluindo faz-se necessário destacar dois movimentos na RNF: - o primeiro é herdeiro dos anos de 1990, que combinou aspectos da crise nacional com a crise da agroindústria sucroalcooleira caracterizada pelos altos índices de desemprego e pelo crescente processo de precarização e superexploração do trabalho, elementos históricos do mercado de trabalho local e regional. Além disso, compõe o contexto da década de 1990 a agenda neoliberal imposta pelo Consenso de Washington em torno da política de austeridade fiscal e de valorização da moeda, e todas as suas seqüelas, em especial, as privatizações e os cortes no Orçamento das Políticas Sociais e o início do desmonte da proteção social e dos direitos trabalhistas e sociais conquistados na Constituição de 1988. O segundo aprofunda o primeiro, redimensionando-o espacialmente e intensificando o processo de desqualificação e de criminalização das resistências. Como nos aponta Harvey (2013), o processo de acumulação por despossessão tem suas raízes nas diferentes formas de expropriação, no campo e na cidade, com vistas à ampliação do processo de reprodução e da rentabilidade do capitalismo, sob hegemonia dos rentistas.

Ele não atinge apenas a universalização dos direitos, mas, a própria noção de Direito, enquanto relação distinta daquela assentada no lucro e, portanto, da mercantilização das relações sociais. As resistências contemporâneas têm significado muito mais do que a denúncia dos carecimentos, elas constituem o modo pelo qual os subalternos denunciam os limites estruturais da ordem do capital e a sua legitimidade ancorada em um sistema de justiça completamente colonizado pelos interesses hegemônicos.

Referências

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã, São Paulo, 1996.

CRUZ, José L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo:** desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. Tese de Doutorado. IPPUR/UFRJ, 2003, 340 p.

CRUZ, J. L. V., ALMEIDA, E. , TERRA, D. (Des) integração periférica e espaços regionais globalizados. **ANAIS do XIV Seminario Internacional de la RII: crisis mundial y financiarización: impactos urbanos y territoriales.** Monterrey/Mexico, 2016.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 7ª.ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. **Sobre as expropriações contemporâneas:** hipóteses e reflexões. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo. De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: NIEP-MARX, 2017, v.1. p. 01-12.

ESTUDOS POLÍTICOS EM GEOGRAFIA AGRÁRIA: A FORMAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES CORPORATIVOS NEOLIBERAIS E CONTRAPESOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Francisco Oromi Reinaldo de Souza[1]
Gabriel Duque Coelho Novaes[2]

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar as primeiras constatações do projeto de pesquisa "Entrelaces entre Geografia Agrária e SSA (Segurança e Soberania Alimentar): Fase 1 - Políticas da FAO". Nesse contexto, os estudos sobre a evolução dos sistemas agroalimentares torna-se importante para compreender a cooptação das atividades agrícolas pelo sistema econômico monopolista neoliberal. Não obstante, também apontamos para as reações dos movimentos sociais que começam a questionar o regime alimentar posto pelas grandes corporações e a construir novas perspectivas de atuação a partir das contra-políticas de Soberania Alimentar.

Sistema Agroalimentar Corporativo Dentro do Regime Neoliberal

Os sistemas agroalimentares em óptica local e global vêm sofrendo grandes mudanças ao longo dos tempos, das descobertas e das crises e de outros fatos que compõe a história humana. Com o constante surgimento de novas técnicas, aprimoramento de espécies e ferramentas agrárias, o acesso ao alimento se transformou,

[1] Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: FRANCISCO_OROMI@hotmail.com
[2] Graduado em Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gabriel.d.coelho@gmail.com

tornando-se de fácil acesso a quem tem condição. Em sua junção profunda com a ciência e mercado expansionista o sistema agroalimentar teve sua identidade rural transmutada em mais um elemento que dá força e se soma as engrenagens do sistema capitalista neoliberal que rege o mundo atual.

O desenvolvimento das sociedades e de suas ciências possibilitou que, pouco apouco, as práticas agrícolas fossem trabalhadas e especializadas. A gradual seleção dos melhores grãos propiciou as grandes monoculturas (trigo, cevada, milho, etc) e a produção local, seja no bloco Ocidental ou Oriental do mundo. O uso do solo então, se tornou parte integral das atividades e costumes dos diferentes povos, que, mesmo separados por distâncias físicas e culturais, tinham algo em comum: Plantar para comer.

O contato e as trocas entre as diferentes civilizações influenciaram diretamente a direção que o sistema agroalimentar tomou. Na Europa, a partir do séc. XII uma nova classe, que se tornou mais forte que a monarquia, começava a ascender: a Burguesia; esta foi a principal responsável pelo avanço do sistema econômico (dinheiro se torna sinônimo de força e poder) e um dos maiores incentivadores das grandes navegações. Assim percebemos a expansão do comércio (Ásia, África e América) movido pela busca de novos produtos, mão de obra e solos para cultivo. As colônias são formadas, e o mundo começa a ganhar os contornos atuais de planificação, assim, as novas nações surgem e começam a ganhar espaço, principalmente no mercado financeiro. Com o crescimento dos progressos técnicos e o reconhecimento e ascensão das atividades cientificas, o alimento ganha novos aspectos.

A partir das Revoluções Industriais, o mundo começa a entrar na era da Civilização Industrial, marcada pela urbanização, desenvolvimento das tecnologias e Estado nação moderna. As ferrovias possibilitam que a demanda alimentícia de uma crescente população seja suprida, técnicas de refrigeração permitem uma melhor conservação dos produtos. Pouco a pouco o trabalho manufaturado dá lugar a produção industrializada. As grandes guerras (1º e 2º Guerra Mundial) e crises financeiras colocam os Estados Unidos da América no topo da Economia, influenciando fortemente o resto do mundo, seja em suas práticas econômicas (neoliberalismo externo e protecionismo interno) ou alimentícias (baseada em trigo e proteína animal).

A Agricultura começa a perder sua identidade como atividade primária e se junta a um entrelaçado de segmentos que compõem a economia rural e global, a indústria sobrepuja o sistema do mundo rural e faz a junção das transações dos sistemas de produção, comercialização, processamento, distribuição e consumo dos produtos de

origem agrícola e seus derivados. A transformação capitalista da agricultura se expressa como uma injeção econômica em todas esferas que a compõem, dando a ideia de apenas mais um commodity e peça integrante da dinâmica industrial e financeira.

A clara necessidade de abastecimento e integração dos países num sistema global levou a transposição do sistema agroalimentar ao comércio internacional; tal cenário se apresenta sob regime neoliberal e comandado pelas grandes corporações. O poder desse aglomerado de empresas é evidentemente superior ao das nações e é quem influência e nutre o sistema internacional, seja na forma de se vestir, comer e comprar ou nas decisões políticas dos países.

Portanto, podemos analisar que a trajetória do sistema agroalimentar seguiu para as entranhas do sistema corporativista, em que o que importa mais é a obtenção de lucro ao invés de verdadeiramente alimentar as populações. Embora exista muito alimento no mundo, é perceptível um claro panorama de dependências de países mais pobres com as importações de produtos das nações e empresas fornecedoras, demonstrando um claro desequilíbrio do sistema, aonde todos, num mundo de fantasias e justiça, deveriam ter o direito asua própria independência alimentar.

Quais são as estratégias geopolíticas adotadas pelos movimentos sociais do campo para a construção da soberania alimentar?

No final do século XX, o sistema agroalimentar mundial como expansão do regime alimentar neoliberal cooperativo, intensifica os tentáculos das relações globais de norte a sul em todos os ângulos. O discurso propagandeado pelas vantagens do livre comércio produz como consequência a consolidação da dependência de nações periféricas, através do oligopólio de forças dos países centrais. Como imaginado, a crise alimentar como fenômeno sistêmico em suas variadas causas e arranjos, convertem na internacionalização direta da insegurança alimentar, pois as vulnerabilidades se encontram nos interesses dos custos e dos projetos em acordos multinacionais.

Contudo, o inicio dos anos 90, novos arranjos chegam como fortalecimento de uma agenda contra hegemônica expressa por movimentos sociais. Existe o aumento da associação na capacidade de resistência, o surgimento de novos atores sociais, tanto da sociedade civil e como também do setor público - não vinculado diretamente a

instituições globais - mas que ligados às comunidades locais e regionais criticavam tal modelo de desenvolvimento econômico[3] (VIVAS, 2014).

Ao mesmo tempo em que OMC, os antigos parceiros do GATT, mantém as medidas de investimento nos planos de acordo acionados nos encontros da Rodada do Uruguai, organizados de cima para baixo. Paralelamente, o ressurgimento vem de outros acordos desenhados por agentes de movimentos alternativos, grupos diversificados e organizados nas estâncias regionais e locais. De modo que os fatores do jogo que estabelece a estrutura do capital, é confrontado por novos atores que atuam nas franjas globais, mobilizados com as decisões políticas na agricultura e no comércio, e que levantam a cabo os esforços de análise na escalada internacional.

Em 1992, líderes sociais, camponeses, intelectuais e ativistas mobilizados pelos seus direitos e questões geopolíticas, se reuniram em Manágua, no *II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicarágua (UNAG)*[4], com o objetivo estratégico de criar uma máxima articulação internacionalmente camponesa. No ano posterior, com o auxílio e a tutela organizacional da National Farmes Union (NFU), um número considerável de camponeses pequenos, médios e agentes sociais que articulavam com especificidades e particularidades do campo, efetiva em Mons, na Bélgica, a articulação internacional que significou a *I Conferência da Via Campesina*, onde foram traçados as diretrizes e os primeiros programas políticos do Movimento (Fernandes, 2012; Ribeiro, 2013; Desmarais, 2009).

Através das estratégias geopolíticas, "o movimento dos movimentos" como sugere o pesquisador Saturnino Borras (2004 apud FERNANDES, 2012)[5], tem feito presença grande nas conferencias da OMC, nos eventos do fundo monetário do Banco Mundial e também nas cúpulas da FAO, pressionando as autoridades, fazendo oposição aos discursos reiterados nesses setores. Como aspecto mediador, chamaram atenção de

---

[3] Há referências que revelam pequenas mobilizações já nos anos 80 e até origens mais antigas, mas partimos da década de 90, pois é nesse período que nasce o reconhecimento e o protagonismo especial da Via Campesina em escalada internacional, como referência da articulação local/global. Para saber mais, consultar a matéria: VIVAS, Esther. Internacionalismo camponês. *Publico.es, 17 de abril de 2014. Tradução de Carlos Santos para esquerda.net.*

[4] Segundo Ribeiro que escreve uma resenha sobre "A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato", de Annette Aurélle Desmarais – autora que também atuou como assistente técnica do Movimento da Via Campesina e que esteve presente como agente nesses primeiros encontros, traz a informação que o evento foi organizado pela Brigada de Oxfam de Agricultores Canadenses em auxilio nos campos da Nicarágua.

[5] O termo utilizado é retirado da citação presente no texto ao tratar da "Via Campesina", que está disponível em: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

outras organizações sociais, não governamentais (ONG), de povos tradicionais e das instituições alternativas.

Quando em 1996[6], segundo Nilson Maciel de Paula (2017, p. 192) em um evento paralelo da FAO, *Word Food Summit*, mais de mil organizações distribuídas por 80 países, somaram com a Via Campesina e hastearam pela primeira vez a bandeira da Soberania Alimentar, como alternativa e projeto de fortalecimento dos pequenos agricultores e também de sistemas agroalimentares locais e regionais, orientados pelo viés e propósitos da agroecologia.

Paula (2017, p.193) sita outros eventos que ocorreram simultaneamente, que estimularam transformações estruturais e articulações políticas no quadro das organizações altermundiais. Como o *Fórum for Food Sovereignty* em 2002 que também no efeito paralelo de mais um encontro da *Word Food Summit* (FAO), estiveram mais de 700 organizações não governamentais, movimentos sociais, povos tradicionais e ambientalistas que deram sequencia ao plano de ação e reorganização dos sistemas alimentares locais, pois criticavam a homogeneização cultural dos países do Sul. Assim como, em 2007, mais uma nova edição do *Forum for Food Sovereingty* reuni em Selingué, Mali, mais de 500 organizações e movimentos sociais de mais de 80 países, ainda mais engajados nas propostas diversificadas e na condenação dos acordos ineficientes pelas cooperativas neoliberais do livre comercio global.

A conexão social e causal que uni o discurso sobre a Soberania Alimentar em diferentes grupos de um só movimento, constitui em valores comuns, que tem haver com a terra, o trabalho e o dinheiro. Sendo assim, advém das próprias maneiras de lidar com os territórios locais em si, o mediador nesse caso é o modo de viver camponês. Nesse sentido, o *modus operandi* com as relações a fins criam afinidades de associações de uma mesma causa, as especificidades locais e regionais de vários grupos e subgrupos assumem a lógica concomitante, com as intenções semelhantes na escalada global, e encontram na ideia de soberania algo que alcança o propósito da independência local.

[6] É essencial destacar que no mesmo ano, tiveram acontecimentos significativos para os movimentos sociais do campo, como a II Conferência da Via Campesina no México. De acordo com Fernandes (2012, p. 767-768), durante o tempo da conferência, ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, onde infelizmente foram mortos 19 camponeses vinculados ao MST. Naquele ano oficializaram a data 17 de abril como o “dia internacional da luta camponesa”.

Referências

FERNANDES, B. M. Via Campesina. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RIBEIRO, Leandro Nieves. A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato. Resenha de: DESMARAIS, Annette Aurélie. A Via Campesina: A globalização e poder do campesinato. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013. In: **Revista NERA - Presidente Prudente**, a. 16, n. 23 pp. 167-170 Jul.-dez./2013.

VIVAS, Esther. Internacionalismo camponês. *Publico.es, 17 de abril de 2014. Tradução de Carlos Santos para esquerda.net.*

COLÓQUIO

NÚCLEO DE GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

NUGEA

TERRITORIALIDADES TRADIÇÕES E IDENTIDADE

ISSN**********

ufjf

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGEO Programa de Pós-Graduação em Geografia ufjf

A METROPOLIZAÇÃO DA PICHAÇÃO NA RMBH: EVIDÊNCIAS DE CONTAGEM E RIBEIRÃO DAS NEVES

Erick Vinicius Pereira Lopes[1]

Introdução

Um centro urbano/metrópole por sua concentração e diversidade de serviços tende a atrair os núcleos/cidades em suas proximidades. Isso faz com que se tenha um deslocamento diário na mesma, uma vez que a cidade não comporta/não aceita o contingente populacional que a mesma necessita. Nesse deslocamento, compreende a movimentação de pessoas, produtos, simbolismos e dentre outros. Dentre os símbolos, tem demarcações na paisagem urbana, denominados de pichações.

Trazendo este foco para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tem-se uma integração entre a metrópole (BH) e duas cidades destacadas, que são Contagem (Cidade Industrial) e Ribeirão das Neves (cidade dormitório). Isnards (1997) deu pistas sobre a atuação espacial dos jovens pichadores em Belo Horizonte, identificando cinco tipos básicos de territórios, que se articulam.

Talvez as pessoas não saibam quem seja o Isnardis e sobre o seu trabalho. Porém, o mesmo se faz como crucial para o que vem a ser proposto. "Em outras palavras, em que medida os territórios identificados por Isnards (1997) se reproduzem na Região Metropolitana de Belo Horizonte?"

Como os grupos de pichadores dos municípios vizinhos a Belo Horizonte operam espacialmente? Eles reproduzem os padrões identificados em Belo Horizonte por DINIZ ET TAL (2015 e 2017)? Qual é a interação entre grupos de pichadores de

[1] Graduando em Geografia pela PUC Minas, Brasil. E-mail: erick.viniciuspl@gmail.com

Belo Horizonte e dos municípios vizinhos? Esta interação espelha os níveis de integração metropolitana identificados por DINIZ E ANDRADE (2015)?

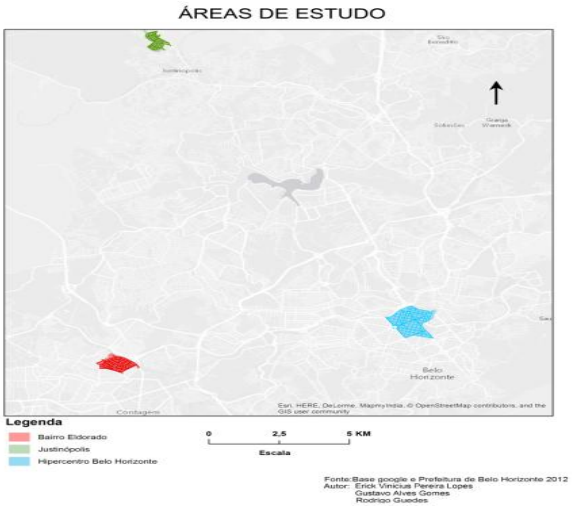
Diante das diversas problemáticas que rodeiam a pichação, o presente projeto tem como objetivo identificar se os movimentos pendulares entre a metrópole e sua região metropolitana também ocorre no âmbito das pichações, para tal análise elencou-se os municípios de Contagem e Ribeirão das Neves. Desta forma espera-se entender como os locais de grande fluxo e troca dessas cidades comportam o fenômeno da pichação.

E utilizando assim de técnicas de inventariação e georreferenciamento para a criação de mapas que ilustrem a distribuição e dinâmica das pichações, expondo assim respostas para o que foi levantado.

Procedimentos metodológicos

Diante da impossibilidade de explorar o comportamento espacial de grupos de pichadores no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, trabalhamos com recortes espaciais vinculados aos três municípios com os maiores níveis de interação e integração: Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves (Mapa 2).

Mapa 2 - Recortes espaciais dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves



Fonte: Base Google e Prefeitura de Belo Horizonte, 2012.

Os recortes espaciais adotados como referência no contexto de cada cidade levam em consideração a presença de centralidades e grande presença de pichações: o

Hipercentro de Belo Horizonte; um das partes mais densamente ocupada do Bairro Eldorado, em Contagem; e a Região de Justinópolis, em Ribeirão das Neves.

A metodologia de coleta de informações seguiu/seguirá as orientações emanadas dos estudos elaborados por DINIZ ET AL (2015 e 2017), composto pelos seguintes passos: inicialmente, foram definidos os roteiros a serem seguidos pelos pesquisadores em campo, de modo que todos os quarteirões das áreas definidas sejam contemplados; seguindo as rotas planejadas os pesquisadores fizeram registros fotográficos, tomando as coordenadas geográficas e preencheram o formulário específico a cada pichação encontrada. O levantamento em campo foi realizado ao longo de toda a semana. No entanto, os quarteirões escrutinados ao longo dos dias de semana, foram revisitados nos fins de semana, de modo que as pichações inscritas nas portas das atividades comerciais também sejam contempladas; uma vez que foi concluído o levantamento de campo, as informações presentes no formulário foram digitalizadas e comporam um banco de dados alfanumérico em ambiente SPSS; a etapa seguinte do projeto contempla as análises estatísticas, incluindo a geração de frequências simples, estatísticas descritivas e inferenciais; paralelamente, os dados referentes às coordenadas geográficas foram importados em ambiente ARCGIS; e posteriormente, mapas isopléticos e coropléticos foram gerados, de modo a identificar a distribuição espacial das pichações, ação dos pichadores e dos grupos de pichadores.

Resultados parciais

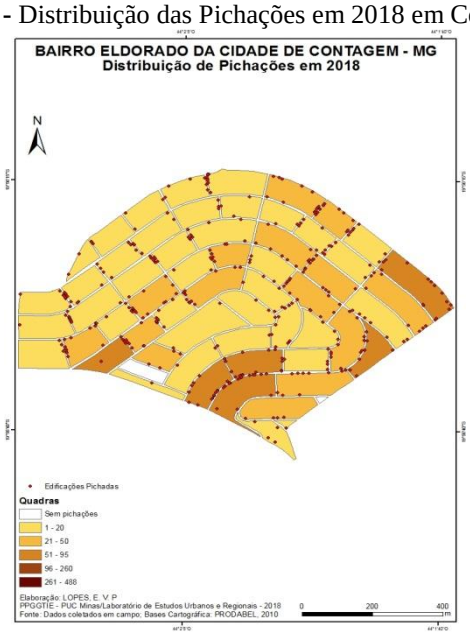
Após a aplicação dos métodos foi possível a criação de mapas onde mostrasse a distribuição das pichações em BH e em Contagem. Onde que em BH (mapa 3), pelo banco de dados foi visto o aumento da pichação paulista e uma mudança nos aspectos da sua localização e posição. Tendo em vista um acompanhamento nos usos cotidianos da cidade, tem se uma maior concentração em áreas que se tem uma aglomeração de pessoas, principalmente com movimentos ditos marginais.

Mapa 3 - Distribuição das Pichações em 2017 em Belo Horizonte

Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2012.

Já em Contagem (mapa 4), pode ser visto algumas semelhanças com BH, dentre o maior número de pichações paulistas comparada com os outros estilos e o mesmo comportamento nos aspectos anteriormente citados, principalmente no aspecto da aglomeração de pessoas.

Mapa 4 - Distribuição das Pichações em 2018 em Contagem



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2012.

Assim, de modo inicial, pode ser notado padrões identificados nas duas cidades, porém, cada uma no seu respectivo contexto. Já o mapa de Ribeirão das Neves, está em fase de construção.

Referências bibliográficas

DINIZ, Alexandre Magno Alves; FERREIRA, Rodrigo Guedes Braz; ALCÂNTARA, Sérgio Alves. Pichação, paisagem e território no hipercentro de Belo Horizonte. **Caderno de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 85-103, 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; FERREIRA, Rodrigo Guedes Braz; LACERDA, Angélica Gonçalves. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v.27, n. 50, 2017).

MENDONÇA, Jupira Gomes de. Estrutura socioespacial da RMBH nos anos 2000: ha algo de novo? In: MENDONÇA, J.G. de; ANDRADE, L.T. de; FARIA, C. A. de. (orgs.). Metrópole: território, sociedade e política. O caso daRegião Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: **Editora PUC Minas**/Observatório das Metrópoles, 2008.

OBSERVATORIO DAS METROPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização. Rio deJaneiro, **Observatório das Metrópoles**, 2012. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net/download/relatorio_integracao.pdf>. Acesso em: 19 de set. 2017.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Gestão Compartilhada**. Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/estrutura-territorial/regiao-metropolitana-de-belo-horizonte>. Acesso em: 19 de set. 2017.

Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/264>. Acesso em: 19 de set. 2017.

TERRITÓRIO E MORADIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA E APANHADORA DE FLORES SEMPRE- VIVAS DA MATA DOS CRIOULOS

Maria Clara Salim Cerqueira[1]

Introdução

Para pensarmos a história e a geografia do Brasil, os povos e comunidades tradicionais são parte fundamental do território nacional, sem os quais não seria possível compreendê-lo em sua totalidade. Além dos povos indígenas e quilombolas, que tem na ancestralidade sua maior conexão com o território, as práticas tradicionais são importantes fatores da territorialização.

Esse é o caso da comunidade da Mata dos Crioulos está localizada no município de Diamantina, no estado de Minas Gerais, na porção meridional da formação da Serra do Espinhaço, que tem na atividade da extração vegetal da região do cerrado sua identificação com o território e articulação política, ou "apanha" de flores como eles se auto denominam. Além de *apanhadores de flores sempre-vivas*, eles também se reconhecem como comunidade quilombola, uma identidade ligada à ancestralidade e, normalmente, a negritude. Eles habitam há algumas gerações esta região, e a sua principal atividade socioeconômica é a coleta de espécies de flores Sempre-vivas, do gênero *Syngonanthus*, que uma das suas mais importantes fontes de renda. (MONTEIRO, 2011).

As comunidades dos apanhadores de flores sempre-vivas se encontram principalmente na porção meridional da Serra do Espinhaço, no Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais, nas proximidades de Diamantina / MG, e estão nas áreas

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEO-UFJF), mclaracerqueira@gmail.com

rurais desta cidade e de outras do entorno. Estas comunidades estão inseridas em um contexto de diversos conflitos territoriais, devido à implantação de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral em territórios que eram anteriormente utilizados por eles para a colheita das diversas espécies de flores, estas que mantém seu sustento econômico a partir de sua comercialização: secas *in natura* ou em forma de artesanato. A Mata dos Crioulos, comunidade tradada nesse trabalho, tem seu território localizado entre duas UCs: o Parque Estadual do Rio Preto e o Parque Estadual do Pico do Itambé, ambas com restrição de uso do espaço.

Uma das principais características da comunidade é a prática da *transumância*[2], um fenômeno que se assemelha à uma migração sazonal, porém com algumas particularidades, mas que após os conflitos ambientais instaurados em seu território, não acontecem mais da mesma forma. Nas palavras de uma moradora: "No tempo de nós cuidar das nossas roças não é o tempo da campina[3]. E no tempo da campina nós já cuidemos das nossas lavoura" (ALMEIDA, 2014). Durante parte do ano, as famílias residem na área baixa da comunidade, em casas de sistema construtivo que utilizam principalmente a terra como matéria-prima, normalmente na época das chuvas. Quando da seca, época em que as sempre-vivas florescem nos campos, as famílias vão para o alto da serra, na *chapada*, onde permanecem por um longo período de tempo morando nas *lapas*, próximo da área da apanha de flores. Entretanto, a implantação das UCs foi feita sobrepondo o território da comunidade, tomando grande parte da área da chapada, principalmente onde localizam-se os principais campos de flores sempre-vivas e as lapas historicamente ocupadas pelas famílias.

A justificativa dada pelas instituições responsáveis pela implantação dessas áreas de proteção integral é motivada, segundo os discursos de seus agentes, pela "preservação ambiental", e por muito tempo afirmaram que a colheita das flores era uma atividade danosa ao meio ambiente, alegando risco de extinção de algumas espécies. Esse argumento se baseia na "moderna consciência ecológica burguesa"

---

[2] A respeito da transumância, Oliveira e Silva (1999) apresentam um histórico da atividade, que usualmente é relacionada à técnicas de pastoreio. Não é certo o primeiro registro dessa atividade, mas de acordo com os autores, ela remete ao período pré-romano, e consiste basicamente no deslocamento periódico das criações entre determinados regimes de clima diferentes, em que o local de origem é abandonado para que eles possam se alimentar em pastos frescos em outro local. O tratamento dado à atividade é semelhante ao que é dado às questões das comunidades tradicionais, como um costume em vias de extinção. Escolhemos esse termo para designar a atividade dos apanhadores de flores devido às semelhanças com essa prática histórica e já conhecida por diversos estudos das ciências humanas.

[3] Campina é o nome popular da espécie de flor sempre-viva mais comercializada.

(QUAINI, 2002), de origem primordialmente urbana, que entende a natureza isolada da sociedade e da cultura, que não os compreende como unidade.

Para entender melhor alguns aspectos das territorialidades dos apanhadores de flores sempre-vivas da Mata dos Crioulos, foi realizado trabalho de campo na comunidade utilizando-se da metodologia da observação participante[4]. A partir desse levantamento foi possível trazer alguns apontamentos a respeito da relação entre a território da comunidade, suas articulações socioeconômicas de sobrevivência e suas formas de morar.

Territorialidade e moradia

Ao perceber os desafios que as comunidades tradicionais e quilombolas enfrentam para serem reconhecidas perante o Estado e à sociedade, vemos que apesar de muitas vitórias e direitos terem sido conquistados pelos movimentos, ainda trata-se de um assunto pantanoso que requer muito debate e luta. Portanto, é inevitável que quando passamos a discutir assuntos relacionados à luta pelo território, sejam igualmente encontradas muitas contradições e conflitos. No caso da Mata dos Crioulos, a prática da transumância, citada acima, faz com que a relação entre território e moradia seja tratada de forma única.

Se compreendemos o território como um conceito diretamente relacionado ao exercício de *poder* em um determinado espaço (SOUZA, 2015), é possível percebe-lo em meio aos conflitos socioambientais vividos pela comunidade da Mata dos Crioulos previamente referidos. Essa categoria faz-se a mais apropriada para estudar a luta das comunidades tradicionais, que busca seu reconhecimento para garantir seus direitos, suas terras e seus modos de vida em meio a esse processo de produção social da natureza. As territorialidades podem então ser consideradas uma decorrência dessas disputas de poder, e, no que tange o objeto de estudo particular desta pesquisa, são exercidas pelas comunidades tradicionais em sua reprodução da vida.

O território é considerado por Saquet (2015) como resultado do processo de produção do espaço. Quando pensamos no espaço como um elemento não abstrato e

[4] Descrita por Foot-Whyte (1980), a observação participante é uma metodologia que compreende a importância do processo de entrada no grupo pelo pesquisador e a inserção desse sujeito estranho, e a forma com que as práticas sociais da comunidade é alterada pela sua presença. A opção por não realizar entrevistas formais faz com que os elementos pesquisados sejam descobertos de maneira orgânica, e permite uma flexibilidade maior dos diálogos, por não negar a posição de sujeito ativo naquele contexto.

presente na materialidade, pressupõe-se que ele esteja incluído nas relações sociais, e portanto, seja socialmente produzido. Ao nos atentarmos que estamos incluídos em uma ordem social vigente na qual o capital tornou-se uma forma incontrolável de controle em uma sociedade que se divide em classes em relações de dominação, é evidente a compreensão do espaço como território. Por ser um elemento de constante disputa, o complementamos o conceito de território previamente apresentado neste trabalho como o

> produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas- políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza e da concomitante territorialização. Os territórios são produzidos espacio-temporalmente pelo exercício de poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas. A (i)imaterialidade está tanto no resultado-produto como na condição-devir. (SAQUET, 2015, p. 45)

O território das comunidades quilombolas e apanhadoras de flores, então, é resultado da reprodução da relação sociedade-natureza.

Busca-se também a compreensão do território "numa perspectiva histórico-crítica, relacional, reticular e pluridimensional" (SAQUET, 2015, p. 98), o que é primordial para compreender a realidade das comunidades tradicionais e campesinas, que estão inseridas nessa realidade de expansão do processos de acumulação do capital, concordando com Oliveira (2001) que o avanço do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro se deu (e se dá até hoje) de formas contraditórias, assim como todo o processo de produção do capital. O autor afirma que "[o] processo de construção do território é simultaneamente construção/destruição/manutenção/transformação. Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve" (OLIVEIRA, 2001, p. 74). Dessa forma, em uma sociedade que tem como pressuposto a reprodução do capital, compreendemos que o próprio capital se territorializa, o que é evidente ao observarmos seu processo de expansão no campo. Compreende-se que o Estado é fundamental nos processos de reprodução e expansão do capital, seja em sua forma mais direta, através do agronegócio, ou através da criação de UCs que funcionam como reserva de valor na região que apresenta alto potencial de mineração.

Frente à territorialização do capital, representado pelo Estado, percebemos as formas de resistência dos povos e comunidades tradicionais, que lutam para

permanecerem em seu território e manter seus modos de vida, também em um processo de territorialização. O fenômeno da transumância, primordial para compreender a territorialidade da comunidade, nos leva a refletir sobre a singeleza com a qual esses povos lidam com essa prática, que nos parece tão estranha. Durante a maior parte do ano, os quilombolas da Mata dos Crioulos residem em uma moradia, e na época da seca, que coincide com a época da "apanha" das flores, eles migram para o alto da serra, na chapada. É evidente que se trata do exercício de uma territorialidade, de uma ocupação de um espaço em que a comunidade se relaciona intimamente com sua atividade prática.

Essas diversas moradas podem ser consideradas como a única morada das famílias, que se consolida em mais de uma territorialidade e temporalidade (SAQUET, 2015). Devemos refletir então sobre quais as formas adequadas de estudar a morada desses povos.

Considerações finais

Em meio os conflitos socioambientais em que a comunidade da Mata dos Crioulos está inserida, o exercício de sua territorialidade se mostra como uma forte ferramenta na luta pelo território. As formas de morar desse povo estão intimamente ligadas à sua territorialidade, que transcende a lógica da propriedade privada e dessa forma não é reconhecida pelo Estado. A morada da comunidade é o território, e vice-versa, não há diferenciação entre essas duas categorias para o povo apanhador de flores sempre-vivas. Compreender a unidade entre ambos é fundamental para desvelar as formas de violência pelo não reconhecimento que esses povos sofrem e sofreram ao longo de sua história.

Referências

ALMEIDA, T. G. A. *Sempre-Vivas*. Documentário. (23m58s) Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), 2014. Disponível em < https://vimeo.com/116962413>. Acesso em 27 ago. 2018.

FOOT-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. *Desvendando máscaras sociais*. p. 77-86. Tradução de Claudia Menezes. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro: 1980.

MONTEIRO, F. T. *Os(as) apanhadores(as) de flores e o parque nacional das sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais* .Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, A. SILVA, F. Transumância: Uma forma de pastoreio em vias de extinção. In: *RevistaMillenium RE*. No 13.Instituto Politécnico de Viseu, 1999. Disponível em <http://www.ipv.pt/millenium/pers13_1.htm>. Acesso em 22 fev. 2018.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. ***Estudos Avançados***, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez., 2001.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades*: Uma concepção muldimensional voltada pra a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

UM ENSAIO TEÓRICO-METODOLOGICO EM GEOGRAFIA: PENSANDO A CONGADA NO MUNICÍPIO DE CARANDAÍ[1]

Elisangela Ap. Damasceno Almeida[2]

Introdução

A proposta deste trabalho foi o desafio de relacionar o nosso objeto de pesquisa (neste caso a Congada) com os conceitos teórico-metodológicos da ciência geográfica. Esse ainda um embrião, ganha as suas primeiras núncias.

A primeira parte do texto traz um pequeno histórico da Congada e como ela se desdobra em Carandaí-MG. A segunda parte faz um resumo do desenvolvimento da geografia enquanto ciência ao longo do tempo, desencadeando na terceira parte, uma tímida tentativa de pensar a Congada enquanto objeto de estudo da ciência geográfica. A culminância deste texto se dá, no inicial ajustamento do objeto de estudo ao método fenomenológico de pesquisa, tendo como métodos investigativos observação participante e entrevistas com os congadeiros, apontado como adequado para o estudo.

A Congada é uma manifestação do catolicismo popular, cercada de sincretismos e rituais, em devoção a Nossa Senhora do Rosário, que surge a partir dos povos africanos e de seus descendentes, que foram escravizados em terras brasileiras no período colonial. Esta manifestação atravessou o tempo, e hoje é perpetuada por afro-brasileiros, em concordância com Silva (2010).

A Congada no município de Carandaí existe a mais de cem anos, a primeira banda a se formar foi a Banda Santa Efigênia, por volta de 1910, com a Festa do

1 O presente ensaio trabalho é fruto da experiência proposta na disciplina de Teoria e Método da Geografia, ministrada no primeiro semestre de 2018.
2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia- UFJF. Graduação em Geografia – UFJF.

Reinado acontecendo no mês de setembro. E mais recentemente, em 2007, formou-se a Banda de Congada Nossa Senhora da Guia, fundada por duas lideranças que anteriormente pertenciam à Banda Santa Efigênia, com a sua festa do Reinado também em setembro. Os períodos do ano em que antecedem a festa do reinado, de uma determinada banda, são marcados por encontros, os chamados ensaios. Os ensaios são uma oportunidade de lazer e sociabilidade para os congadeiros.

Durante os dias de festa, os congadeiros cantam e dançam em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e os demais santos de sua devoção. Outros espaços da cidade são ocupados durante os dias de festa, as ruas centrais, e igrejas. A festa tem início no sábado a noite com o levantamento, no dia seguinte, considerado mais importante da festa, os participantes cantam e rezam juntos. O rei e/ou a rainha que são os responsáveis por promoverem o encontro do ano vigente, oferece um almoço aos dançantes e a (as) banda(s) convida(s). A festividade é carregada de simbolismos, pois a fé dos congadeiros permeia todas as suas ações durante o rito.

A evolução da Ciência Geográfica

As figuras de referência para pensar os primórdios da geografia são Estrabão (63 a.C. – entre 21 a 25 d.C.) e Ptolomeu (100 d.C. – por volta de 180 d.C.). Com um salto na historia, já na Renascença, outros estudiosos da geografia, redescobrem as obras de Estrabão e Ptolomeu, criticando-as e aprimorando-as. O Período Renascentista é também o período em que “Francis Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1650) e Galileu lançam as bases da filosofia e física modernas” (CLAVAL, 2006, p.43). Seguindo o caminho do surgimento da ciência geográfica, entre os séculos XVII e XVIII, os Estados nacionais estão se consolidando, informações sobre a população e demarcações precisas eram necessarias.

A revolução da técnica no século XVIII na Europa, que culmina na transformação das cidades e no campo, reflete na sociedade do século XIX. A criação da cátedra de Geografia na Universidade de Berlim, oferecida a Alexander Von Humboldt (1769-1859) será determinante para a geografia. Carl Ritter (1779-1859) também contribui para os avanços da geografia, mostrando as especificidades dos países e sociedades, passando a explicar as questões do mundo e os processos humanos. Tendo como referência a escola Pestalozzi, as teorias de Humboldt e Ritter, Friedrich Ratzel

(1844-1904) aprofunda seus estudos nas “leis gerais que regem a influência do meio sobre os grupos humanos” (CLAVAL, 2006, p. 74), dando origem à geografia humana.

Até meados do século XX essas escolas nacionais (francesa e alemã) já estão consolidadas. Nesse mesmo período, a maneira de conceber o mundo se modifica, a geografia como outras áreas da ciência busca compreender o mundo a partir da analise de sistemas pré-estabelecidos, modelos. A geografia teorético-quantitativa ganha força. Foi um período em que as preocupações com o meio ambiente fortaleceu a geografia física.

Contrapondo à corrente teórico-quantitativa, nos anos 70, surge a geografia radical e a geografia humanista. A corrente radical, de cunho marxista, tenta compreender aspectos da cidade e o que se denominou, sociedade de consumo. Na corrente humanista os geógrafos Eric Dardel (1900-1968) e Yi-fu Tuan (n.1930) encabeçam essa linha de pensamento, tendo a fenomenologia como fio condutor, tentando pensar o ser-no-mundo.

O avanço tecnológico nas telecomunicações e nos transportes intensificaram drasticamente as relações internacionais. É um período em que a reestruturação econômica acontece concomitantemente ao “acentuar das diferenciações culturais” (CLAVAL 2006 p. 129). No mundo pós-moderno a importância de se pensar as dinâmicas sócio espaciais, fez com que a geografia voltasse o olhar para os sujeitos e a forma como esses se relacionam no mundo e com o mundo, tornando a geografia humanista uma importante forma de abordagem para compreender o mundo atual.

A Congada no contexto da Ciência Geográfica

Pensar sobre a Congada, enquanto manifestação cultural e religiosa a partir dos espaços que ocupa, e também as territorialidades que se formam e se transformam nas relações existentes, nos leva a alguns questionamentos. Nos espaços ocupados pelos congadeiros nos dias de festa, os mesmos são recebidos pela população de modo a valorizar esta manifestação? O processo espaço-temporal de formação dessas Bandas contribuiu e contribui para a criação ou fortalecimento de territorialidades (s) local (is) e regional (is)? Estas são questões a serem respondidas ou não ao fim da pesquisa.

Para uma analise coerente e cuidadosa acerca dos territórios e territorialidades que circundam a Congada, é necessário refletir acerca das rugosidades, da qual aponta Santos (2006), imbricadas nas relações humanas que nelas se (des) envolvem. Porto

Gonçalves (2002) ao explanar sobre a busca de territorialidades comunga da dinamicidade espacial. A base para se pensar as territorialidades está também presente nos argumentos de Haesbaert (2006, 1999) e Souza (2010) que discutem as questões do território além da ocupação do espaço geográfico sem si, mas das identidades que se formam a partir dos grupos que se relacionam, as territorialidades. Nessa perspectiva, identifica-se com a Congada, uma vez que para os participantes o "ser congadeiro" independe da proximidade, mas do sentimento que os une, de ser filhos do Rosário. Haesbaert (1999) argumenta ainda que "Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz uso de fronteiras territoriais para se fortalecer)" (HAESBAERT, 1999 p. 171).

A questão da identidade (individual e coletiva) é tratada pelo sociólogo Stuart Hall (2006), que apresenta três concepções de identidades[3], sendo que estas identidades se alteram, ao longo do tempo em função da dinâmica sócio-espacial do mundo globalizado. Vislumbra-se que os atores envolvidos na festa da Congada (o Reinado), realizam-na como forma de reafirmar a memória de um povo, a ancestralidade do povo negro, sendo também uma maneira de se colocar no mundo. Desse modo, discutir o papel da cultura neste processo torna-se pertinente, uma vez que a cultura perpassa o cotidiano desses sujeitos. Claval (2002) argumenta que a "cultura é apresentada como um conjunto de atitudes e de costumes que dão ao grupo social a sua unidade. Essa concepção da cultura tem um papel importante na construção das identidades coletivas" (CLAVAL, 2002,p.21).

Pensemos tambem que acultura é uma forma de resistir (de resistir ao e no tempo e aos seus percausos). A respeito da resistência, Carneiro (2010) explana mostrando a necessidade de continuar resistindo e a importância de utiliza-la como instrumento político, assim, a resistência se torna um aporte importante em que os congadeiros se fortaleçam enquanto grupo pertencente ao mesmo núcleo histórico, social e econômico.

[3] As três concepções de identidade proposta por Hall (2006) são: do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

Do Método

Para este trabalho pretendemos nos enveredar pelos caminhos da geografia humanista e cultural, tendo como fio condutor a obra “Fenomenologia da Percepção” do filósofo Morris Merleau-Ponty, que juntamente com obras de geógrafos, como Werther Holzer, que trabalham nessa perspectiva.

A proposta inicial é desenvolver a pesquisa pensando em um caminho que nos levará do sujeito, o congadeiro, à cidade. Sujeito esse, que produz a festa, participa dela, que tem sua religiosidade, que celebra a ancestralidade e ainda se preocupa com a manutenção desta manifestação cultural e religiosa que é a Congada. Na banda, pretendemos considerar, o olhar de um para com os outros, e como as ações de um (uns) reverbera no grupo, fragilizando ou fortalecendo-os. Na cidade, os lugares onde acontecem as festas (os ensaios e o Reinado) as ruas por onde passam os cortejos, a Igreja Matriz e a Igreja do bairro, onde são celebradas as missas, lugares em que e a intersubjetividade permeia.

Para que pesquisa tenha êxito pretendemos trabalhar com entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, pensando na flexibilidade do diálogo como os congadeiros e simpatizantes da Congada. A observação participante (LAKATOS e MARCONI, 2003) também será uma ferramenta importante para o desenvolvimento do trabalho, uma vez que estar presente é parte fundamental para compreender as relações existentes (entre os sujeitos, e desses como com o lugar).

Nessa breve explanação acerca da pesquisa e um primeiro esboço da possibilidade de aplicação do método fenomenológico percebe-se que, por pretender trabalhar com as sensações e as percepções dos sujeitos, o método vai se construindo ao longo do trabalho.

Referências

CARNEIRO, Leonardo de oliveira. **Viajando por territórios quilombolas da atualidade**. In: DEPOIS, O ATLANTICO Modos de pensar, crer e narrar na diáspora africana Edimilson de Almeida Pereira, Robert Daibert júnior, orgs. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2010, p. 257-272.

CLAVAL, P., **A volta da Geografia cultural**: Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002. Disponível em : http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192.

_____ **A geografia cultural**: Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. 3.ed. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

HALL, S., **A identidade cultural na pós-modernidade**/ tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro: []ed. -Rio de Janeiro: Ed. DP&A , 2006.

HASBAERT Rogério. **Identidades Territoriais** IN: Manifestações da cultura no espaço Corrêa, Roberto Lobato, and Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 169-190, 1999.

HAESBAERT, R., **Territórios alternativos** – 2d. – São Paulo; Contexto, 2006.

HOLZER, Werther. **Estudo fenomenológico da paisagem do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**.(TD). 1998. Disponível em: https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/12/tese-werther.pdf. Acesso em 02/09/2018.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia científica**. – 5. Ed. – São Paulo: Atlas 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**. - Clacso - Buenos Aires, 2002. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, R.A. **Negros católicos ou catolicismo negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro**/(coleção Repensando África, Volume 6) - Belo Horizonte : Nandyala, 2010.

SOUZA, Marcelo Jose Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Geografia: conceitos e temas -13ª ed. - Rio de janeiro; Bertrand Brasil, p. 77-116, 2010.

COLÓQUIO

NÚCLEO DE GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

NUGEA

CIDADE, AÇÃO E POLÍTICA

ISSN**********

ufjf

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGEO
Programa de Pós-Graduação em Geografia ufjf

A CASA E O DIREITO À CIDADE: UM ESTUDO DO EMPREENDIMENTO "PARQUE DAS ÁGUAS" EM JUIZ DE FORA- MG

Aline de Vieira Souza[1]
Milena Garcia Machado de Almeida[2]
Clarice Cassab[3]

Introdução

O loteamento Parque das Águas, inaugurado em 2012, é o maior empreendimento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Juiz de Fora até o momento. Voltado para a faixa de 0-3 salários mínimos e localizado na Zona Norte, o conjunto habitacional compreende um total de 565 unidades. Contemplando mais de 500 famílias oriundas de diversas regiões da cidade, a constituição do empreendimento enquanto um bairro ocorreu não sem impactos das mais diversas ordens, tanto para seus novos moradores quanto para os dos bairros vizinhos e também para a cidade.

Trazendo as falas dos moradores e suas percepções individuais e coletivas, pretendemos neste trabalho traçar algumas relações entre o acesso à moradia e a construção do direito à cidade em Lefebvre. Para isso, foram realizados trabalhos de campo com aplicação de entrevistas semiestruturadas. O presente trabalho é um recorte da pesquisa ainda em andamento feita pelo Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação (NuGea), com financiamento da FAPEMIG.

[1] Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF). Email: ufjf.aline.vieira@gmail.com.
[2] Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF). Email: milenaalmeida66@hotmail.com.
[3] Professora do departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF). Email: clarice.torres@ufjf.edu.br.

O habitar na concepção do direito à cidade

"Direito a cidade" é uma expressão que está em voga nos últimos tempos. Pautada em diversos movimentos sociais, repercutindo nas mídias e canais de comunicação, a ideia da luta pelo "direito à cidade" se populariza e ganha eco na sociedade. Entretanto, aqui faz-se necessária uma breve delimitação conceitual.

Cunhado originalmente por Lefebvre (2001), o direito à cidade surge como fruto da prática militante do autor e de sua larga produção teórica a respeito do desenvolvimento do capitalismo, da "sociedade burocrática e de consumo dirigido" (Lefebvre, 1980, p. 47) e da cidade industrial.

Ele pressupõe uma organização social outra, que subverte a lógica de predomínio do valor de troca nas relações econômicas e sociais. Portanto, o direito a cidade aparece enquanto utopia, enquanto possibilidade de transformação radical da sociedade a partir da proeminência dos usos, tomando a cidade como obra, fruto da ação consciente e criativa dos homens, e apropriada pelo conjunto da sociedade. (LEFEBVRE, 2001)

Como coloca Uriarte (2016, p.71) a respeito do tema, não podemos confundir "o direito à cidade como o direito a alguma coisa", porque o que está em questão é "a vida cotidiana na cidade, uma cidade feita de satisfação e prazer, de encontros, ludicidade e imprevisibilidade; o direito a habitá-la, a praticá-la, a moldá-la em função dos valores de uso, o direito à obra". Para o direito à cidade, enquanto virtualidade, a cidade deve ser (re)inventada a partir da lógica dos usos, na contramão da lógica da cidade capitalista, fragmentada e (re)produzida na qualidade de mercadoria.

Na cidade capitalista, conjunto de fixos e fluxos organizados de forma fragmentada, na qual cada fragmento ocupa uma função no processo de reprodução do capital, as contradições e desigualdades socioespaciais se agudizam, materializando-se com centralidade no acesso à habitação.

A moradia no capitalismo e a moradia para o direito à cidade

A moradia é um bem fundamental para (re)produção da vida humana. Possuindo muitos atributos, ela garante aos moradores abrigo e proteção. Além disso, ela é o ponto de partida do desdobrar da vida cotidiana. É a partir dela que os sujeitos tecem suas

relações socioespaciais com o que está ao entorno, com a vizinhança, o bairro e a cidade envolvendo, deste modo, as redes de sociabilidade e também o acesso às infraestruturas, e equipamentos sociais, culturais, de lazer, áreas verdes, etc.

A casa é um bem que envolve não só atributos físicos, mas reúne em si todo um conjunto de valores simbólicos e históricos que perpassam a vida do sujeito e as territorialidades que este irá construir. As noções de identidade e pertencimento se desenrolam na escala do lugar, do vivido, e a moradia é unidade essencial desse processo. (CARLOS, 2017)

Portanto, para compreender a habitação circunscrita às pautas do direito à cidade, é preciso entender a casa em seus mais diversos elementos, físicos e simbólicos, concretos e virtuais. É preciso, antes de qualquer coisa, assumir a moradia como pressuposto e local de referência do habitar a cidade.

Entretanto, as configurações do habitar atualmente refletem as relações da sociedade capitalista. E na batalha desigual entre o valor de uso e valor de troca, a produção do espaço torna-se central na reprodução do capitalismo. Por conseguinte, a casa, elemento tão importante no desenvolvimento da vida dos sujeitos, é reduzida à condição de mercadoria. Mercadoria essa muitas vezes inacessível a grande parte da população, porque os baixos salários e o crescente desemprego, em contraste com os altos preços das casas e apartamentos, impossibilita o acesso de inúmeros sujeitos à moradia digna, mesmo ela sendo um direito.

Surge, nesse contexto de negação de direitos, a questão habitacional, que assola as cidades brasileiras e materializa a sociedade dividida em classes. Segundo Cepal (2002),

> A moradia constitui um bem durável, talvez o mais importante ativo da maioria das unidades familiares, cujo preço costuma ser várias vezes superior às rendas de potenciais demandantes. Por essa razão, a aquisição da moradia, na maioria dos casos, somente é viável mediante a disponibilidade de crédito de longo prazo, que permita diferir no tempo a pressão que esse preço exerce sobre a renda familiar e, portanto, torne possível a compra deste bem. (APUD FERRAZ, 2011, p. 27)

A produção de moradia para as camadas populares, geralmente, não é um investimento rentável para os agentes financeiros, incorporadores e construtores. Com alto valor agregado, elevados custos nas transações e grande risco de inadimplência, esses agentes em condições normais pouco se mobilizam para promover a construção dessas moradias. Assim, tendo a casa como uma mercadoria inacessível a parte

considerável da população, o Estado se configura como uma agente central na promoção de políticas habitacionais a fim de reduzir este déficit, uma delas é o programa Minha Casa Minha Vida.

O PMCMV do Governo Federal em parceria com estados e municípios é a maior política pública nacional dos últimos anos voltada à questão habitacional. Com o objetivo de combater o déficit habitacional dos centros urbanos brasileiros possibilitando às famílias de baixa renda o acesso à casa própria, o programa é erigido e desenvolvido em estreita associação com os interesses do mercado imobiliário, das construtoras, dos proprietários de terras urbanas e dos agentes financeiros.

O Parque das Águas sob a perspectiva de seus moradores

O loteamento "Parque das Águas", inaugurado em 2012, é o maior empreendimento do PMCMV o município de Juiz de Fora até o momento, com 565 unidades. Buscando compreender como se deu o processo de constituição do Parque das Águas, como é a vida no conjunto habitacional, refletindo se ser beneficiário da política habitacional fez os moradores avançar no sentido do direito à cidade, trazemos aqui algumas falas dos habitantes.

Quando questionados sobre a chegada loteamento, um morador relatou:

> Jogaram a gente aqui sem nada. (Entrevista de campo, 2017).

A ausência e dificuldade de acesso a equipamentos públicos de saúde, educação, transporte e lazer, bem como a estabelecimentos comerciais como farmácias e mercados representa uma dificuldade na vida dos moradores. A fala deste e de outros residentes quando cita "jogaram a gente aqui sem nada" nos indica a percepção do descaso e descuido com a construção do empreendimento MCMV que destinou 565 famílias em uma localidade sem nenhum equipamento público, exceto a escola, inicialmente sem linha de ônibus, praticamente sem comércio e oportunidades de emprego ao entorno. Vale ressaltar que até a presente data o PDA só conta com uma escola que atende o primeiro seguimento do ensino fundamental, sendo assim, os habitantes tentam acessar esses e outros serviços nos bairros ao redor e no centro, dependendo do transporte público ou de grande esforço físico em caminhadas.

Ao perguntá-los se sentiam falta da antiga moradia XX, dos 45 entrevistados responderam que sim. Quando questionados sobre o que sentiam falta, alguns estabeleceram uma comparação entre as duas localidades, e apesar de virem de áreas pobres que muitas vezes ofereciam riscos, as falas traziam repetidas reclamações sobre a localização do empreendimento e falta de comércio presentes no Parque das Águas. Como observado abaixo.

> Sim, meus parentes moram lá, sinto muita falta de tudo, se eu pudesse não tinha vindo, sinto falta das coisas que tinham perto. (Entrevista de campo, 2017)
> Conheço algumas pessoas, mas eu não vou lá. Eu sinto falta de lá pela proximidade com o comércio e pela diversidade do comércio. (Entrevista de campo, 2017).

Além disso, alguns moradores mencionam o quanto é ruim estar longe de praticamente todos os laços afetivos e suas redes de sociabilidade. Paralelo a isto, dentre todas as dificuldades já mencionadas, há também a de se relacionar com os vizinhos e outros moradores, atribuída principalmente a "cultura de rixas" entre os diferentes bairros de onde são oriundos, o que gera disputas territoriais e insegurança no conjunto habitacional.

> "[...] Aqui colocou uma pessoa de um bairro outra do outro. Eu moro, não converso com quase ninguém, converso com meu vizinho do lado e o vizinho dos fundos. Tem gente que mora aqui que eu nem conheço. (Entrevista de campo, 2017)"

E ainda, moradores relatam o sofrimento causado pelo preconceito estabelecido por pessoas que residem em zonas periféricas. Preconceito este que os limitam em vários aspectos, tanto na utilização de serviços como Uber e Táxi quanto na entrevista de emprego.

> "Se ligar pro táxi eles não vêm eles até trazem quando entram no táxi, mas se ligar pra pedir não vem, então a gente sente né, mas eles nem sabem também como são não moram aqui. (Entrevista de campo, 2017)"
> Minha filha já perdeu vários empregos quando falava o bairro que morava, ela até falou que queria colocar outro bairro, porque o povo discrimina muito e não é nada disso que eles falam, igual táxi é muito difícil, depois das 22 horas nem adianta ligar, eles falam que está dando muito assalto, falam que no início era pior agora acho que nem tanto que tá de boa. (Entrevista de campo, 2017)

Depreende-se, portanto, que os residentes são fortemente estigmatizados pelos demais habitantes da cidade, o que agrava a dificuldade de acesso a equipamentos, serviços e oportunidades.

Algumas considerações

Analisando o empreendimento de acordo com a perspectiva do habitar enquanto uma esfera do direito à cidade, em interlocução com Henri Lefebvre (2008, 2009) percebe-se que o ato de habitar é muito mais do que simplesmente suprir as necessidades mais imediatas de sobrevivência. É o direito de produzir a cidade enquanto obra e a habitar como poeta, implicando a possibilidade do homem de apropriar-se da cidade e do habitar, construindo uma prática socioespacial enraizadora, dialógica e plena.

Sendo assim, o acesso à moradia digna é condição do direito à cidade, entretanto, participando ela da lógica capitalista de mercantilização da vida, o acesso à mercadoria casa não garante tal direito. Como vimos com a construção do empreendimento, nem do ponto de vista concreto nem do simbólico podemos dizer que seus moradores avançaram significativamente na direção a uma prática socioespacial convergente com a possibilidade do direito à cidade.

Do ponto de vista da concretude da vida, da localização e disposição do empreendimento, vimos o distanciamento de atividades comerciais e equipamentos públicos de saúde, transporte, lazer. Do ponto de vista simbólico, os laços afetivos que ligam as pessoas a seus bairros de origem e a relação com a nova vizinhança não são contemplados no projeto. Vemos, portanto, que mesmo agora donos de suas moradias, a relação dos moradores com a casa, com o bairro e com a cidade é limitada pela estigmatização, pelo preconceito e pela dificuldade de acesso.

Referências

CARLOS, A. F. A. **A privação do urbano e o direito à cidade em Henri Lefebvre**. Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2017. 31-62.

FERRAZ, C. de A. **Crédito, Exclusão Financeira e Acesso à Moradia**: Um Estudo sobre Financiamento Habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida, 2011. Dissertação (em economia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ed. Ática,1980.
_____, **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

URIARTE, U. M. **A Rebelião do Vivido**, Henri Lefebvre no centro de Salvador. Revista Novos Rumos Sociológicos v.4, n. 6, 2016. 66-85.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA ATRAVÉS DO DISCURSO AMBIENTAL

Diego Dhermani Lopes Germano[1]
Bárbara Fernandes Moreira[2]
Felipe Gomes de Oliveira[3]
Gabriel Duque Coelho Novaes[4]
Rodolfo Gomes Araújo[5]

Introdução

No ano de 2017 assistimos uma série de ataques a templos religiosos de matriz africana, principalmente na região metropolitana do Rio de Janeiro e São Paulo, também em Juiz de Fora. Terreiros de Umbanda, roças de Candomblé tiveram suas imagens, assentamentos de Orixá, fios de conta e outros objetos sagrados destruídos por ditos traficantes evangélicos, que em nome de uma fé cega, ameaçavam babalorixas e yalorixas, inclusive divulgando imagens gravadas destas violências nas redes sociais. O racismo religioso expresso nos ataques aos terreiros no ano passado não é novidade para o povo de santo, que vive uma trajetória de perseguições e violências no Brasil por mais que sua religiosidade, suas crenças e costumes, estejam de maneira direta ou indireta presentes no cotidiano de nosso povo. Porém, mesmo depois de algumas leis que defendem a liberdade de culto e a laicidade do Estado brasileiro, as violências contra a Umbanda, o Candomblé, e tantas outras religiões deste negro universo, perduram, de

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFJF. E-mail: diegodhermani@gmail.com
[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFJF. E-mail: barbara.fm.5@hotmail.com
[3]Graduando do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFJF. E-mail: felipegomes78@gmail.com
[4] Graduando em Ciências Sociais - UFJF .E-mail: gabriel.d.coelho@gmail.com
[5] Graduando em Geografia – UFJF. E-mail: gomes.valentino@gmail.com

certo pela permanência do racismo estruturante da nossa sociedade, que (também) por vias do Estado, persegue o povo negro, sua cultura, seus saberes e territórios e suas religiosidades.

Em Juiz de Fora, como em muitos outros lugares, podemos observar como esta expressão institucional e religiosa do racismo se dá conjuntamente com as suas resistências. Neste trabalho portanto, debateremos o caso do Parque Natural Municipal da Lajinha que era lugar de práticas ritualísticas cotidianas de umbandistas e candomblecistas e que além disso, durante 23 anos, foi ponto de encontro dos povos de terreiro da região para a anual Festa do Preto Velho, ambas as práticas, interrompidas em 2007 com o decreto nº 11.266, baixado pela prefeitura da cidade que impede estes usos do parque. Em tempo também traremos o relato de participação do XV Feijão de Ogun e da comemoração dos 40 anos do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, que retornaram este ano ao Parque da Lajinha, disputando esta pauta na cidade.

Parque da Lajinha e a Festa do Preto Velho

Neste ano de 2018, o Feijão de Ogun (do qual falaremos mais tarde) trouxe na sua agenda de atividades a chamada Reocupação Preta do Parque da Lajinha. A instalação artístico-pedagógica com elementos da cultura e das religiosidades afro-brasileiras, entre cantos, e toques de atabaque, provoca o debate sobre a presença da população negra juizforana e dos povos de terreiro no parque, e também sua expulsão.

Para entender esta reocupação, é necessário remontar a história do Parque Natural Municipal da Lajinha, que revela também parte da trajetória dos sujeitos negros em meio a problemática habitacional característica do Brasil. Em tempo, pode-se também notar como o racismo religioso se dá por meio das instituições públicas.

O Parque da Lajinha hoje em dia é uma unidade de conservação ambiental, porém, em outros momentos, já foi Sítio Acaba Mundo e Vila da Prata. Sítio Acaba Mundo era o nome dado às terras que pertenciam a José e Lourdes Bueno. Em 1971, após a morte do Sr José e o abandono da propriedade por parte da Srª Lourdes, o sítio é ocupado por parte da população negra e pobre da cidade. Trabalhadores urbanos e rurais, sem acesso às caras moradias e sem condições de pagar altos aluguéis, veem neste lugar uma possibilidade de construir suas vidas na cidade, onde as oportunidades de emprego e de outros serviços eram maiores. Através da autoconstrução, da plantação de legumes e verduras, da criação de galinhas e porcos, e também de poços artesianos,

os moradores desta ocupação tiveram acesso a moradia, luz, água, e puderam estar mais próximos de seus trabalhos nas regiões centrais e nos bairros das classes dominantes, o que antes nunca fora possível. Por meio destes novos usos que foram dados a terra, a então nomeada comunidade da Vila da Prata, se territorializa, conforme as ideias de Haesbaert(2010), transformando o que antes eram terras "improdutivas" em moradia (que é um dos elementos que estabelece nossa relação com a cidade), em lugar de relações sócio-econômicas, também de religiosidade, através da presença do Terreiro de Umbanda de São Jorge.

No fim da década de 70 acontece a remoção dos moradores da Vila da Prata, seguida da renomeação dos lugar para Parque da Lajinha, o processo é parte das reformas urbanas previstas pela Prefeitura de Juiz de Fora, que na época, buscava através da criação do parque, modificar esteticamente a paisagem da região que serviria de conexão entre o centro da cidade e a BR-040, em direção ao Rio de Janeiro.

Porém, de 1984 a 2007, o Parque da Lajinha volta a ser "ocupado" pela população negra e povos de terreiro da cidade e região, pois se torna locus de realização da Festa do Preto Velho, uma celebração anual que figurava dentre as mais importantes no calendário dos povos de Umbanda e Candomblé dos entornos de Juiz de Fora. A festa, que era organizada por cerca de 9 comunidades de terreiro, reunia por volta do dia 13 de maio de cada ano, uma enorme quantidade de umbandistas e candomblecistas, num grande culto e homenagem aos Pretos Velhos, no entanto, o parque só fora escolhido para este uso, pois antes mesmo da primeira cerimônia, já era o local onde os filhos e filhas de santo frequentavam para realizar suas práticas religiosas cotidianas, como a entrega de oferendas, banhos de cachoeira, entre outros rituais.

A Festa do Preto Velho após mais de 20 de realização, através de dois atos da Prefeitura de Juiz de Fora, passa a ser proibida pela legislação do Parque da Lajinha. Em 2005 a PJF produz o "Plano de Ação Urbano Ambiental em Juiz de Fora-Minas Gerais", que contém ações de manejo no parque, e que identifica como agressões ambientais antrópicas as práticas ritualísticas de matriz afro. Mais tarde, em 2012, temos o decreto de nº 11.266, que dentre suas promulgações, estabelece no artigo 6º, inciso XXI, que é proibido: "promover manifestações religiosas que façam uso de fogo ou deixem qualquer resíduo, oferendas religiosas ou velas."

A proibição, apesar de não dar nomes aos bois, é bastante específica sobre a quem se refere. Como manter a ritualística de matriz africana sem as entregas, ebós, ofertas? O inciso citado representa um ataque direto às religiões de matriz africana, e

mais do que isso, expressa uma estratégia de remoção e gentrificação do parque. Devemos considerar também que este processo de desterritorialização das religiões de matriz africana, se deu neste caso, por via de um discurso ambiental hegemônico que baseado numa ideia de fator antrópico, isola o homem da natureza para preservá-la, ao passo em que homogeiniza a relação sociedade-natureza ignorando a diversidade de percepções que grupos sociais distintos têm sobre o "mundo natural". Para a Umbanda, o Candomblé, a natureza não está separada de nós, é pelo contrário, a manifestação dos Orixás que também estão em nós. Por isso, é necessário para a prática ritualística destes cultos, o acesso a locais como o parque da Lajinha.

Feijão de Ogun

O Feijão de Ogun é um evento promovido pelo Movimento Negro Unificado (MNU) de Juiz de Fora que tem por premissa dar visibilidade às lutas históricas dos povos negros da cidade e região: dos povos de terreiro, das comunidades quilombolas, dos povos tradicionais do campo e também das populações marginalizadas das periferias urbanas.

Neste ano, através da Reocupação Preta do Parque da Lajinha, o Feijão de Ogun reacende o debate sobre a desterritorialização dos povos de terreiro e o seu acesso aos espaços públicos para a manutenção da sua prática religiosa.

Durante a atividade proposta pelo laboratório Kizomba na Mata, a memória do Parque da Lajinha é remontada, desde os períodos da comunidade Vila da Prata e também da Festa do Preto Velho. Junto de lideranças da luta quilombola e dos povos de terreiro, algumas ações foram pensadas no sentido derrubar o decreto nº 11.266/2012, uma delas é a imediata elaboração de documento a ser encaminhado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora solicitando a revogação do artigo 6º, inciso XXI, do Decreto Nº11.266/2012, que proíbe a realização de manifestações religiosas que utilizem oferendas ou velas nas dependências do Parque da Lajinha. A urgência de atendimento à esta demanda se justifica, em primeiro lugar, porque as comunidades de terreiro que habitavam o Parque da Lajinha não foram consultadas e nem convidadas a participarem das reuniões para a construção do plano de manejo do Parque, conforme demonstra o Anexo 2 e o item 6 do referido documento, em que são apresentadas as listas dos presentes e convidados para tal. A exclusão dessas populações do processo de construção e do texto final do plano de manejo, personifica o silenciamento e a

invisibilização das mesmas perante o Estado. Não obstante, a proibição das práticas religiosas de matriz africana dentro do Parque consolida sua desterritorialização que, mais uma vez, reafirma um racismo estrutural e institucionalizado.

Conclusão

Nossa participação na construção da Reocupação Preta do Parque da Lajinha durante o XV Feijão de Ogun, nos provoca algumas reflexões. Quando identificamos o papel da ciência na reafirmação de um racismo institucional e estruturante, neste caso através do discurso ambiental forjado por uma pretensa preservação, precisamos perceber a quem este discurso interessa e a quem ele atende.

Considerando a conjuntura política que vivemos, é preciso ainda revermos o papel da academia perante a sociedade, sobretudo, porque é essa sociedade que financia a educação pública brasileira. A extensão universitária executada em nosso laboratório é uma extensão preocupada em transpor os muros da universidade, abrindo espaços para que as vozes desses sujeitos, historicamente invisibilizados, silenciados e marginalizados, ecoem, sejam ouvidas e pautem a construção de justiça, empoderamento e afirmação da população negra, com vista à concepção de um projeto de nação em que o Estado se consolide como um Estado de Direito, cumprindo sua função de garantir a igualdade racial, a liberdade de culto, a titulação das terras dos povos tradicionais e o acesso a todos os direitos básicos de cada sujeito.

Referências

ABREU, Christiane Silva de. **Favela e Remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata**. 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4544>. Acesso em: 16 ago. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 396 p.

JUIZ DE FORA. **Decreto n. 11.266, de 10 de jul. de 2012. Decreto 11.266**. Juiz de Fora, p. 1-4, jul. 2012. Disponível em: . Acesso em: 18 jul. 2018.

JUIZ DE FORA, P. **“Plano de Ação Urbano Ambiental em Juiz de Fora-Minas Gerais”**. Juiz de Fora, 2005. Acessado em: 13/07/2018. https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sma/parque_lajinha/documentos/relatorio2_plano_man ejo.pdf

LIMA, E. L. O mito do fator antrópico no discurso ambiental geográfico. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.14, n.3, p.109-122, dez. 2015

DESIGUALDADES ESCOLARES: DESAFIOS QUE MINAM A LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS.

Lorenzo Rocha Jordano da Silveira[1]
Lucas Trindade[2]

Introdução

O sistema de cotas é de crucial importância para a busca da equidade na disputa e acesso ao ensino superior público. Levando em conta que as ações de políticas afirmativas, vinculadas a candidatos que possuem baixa renda, são utilizadas como um mecanismo necessário ao processo de democratização do ensino superior, nossa intensão é analisar se a aplicação da lei por si só é capaz de introduzir as camadas sociais menos privilegiadas no ambiente universitário. Além disso, serão analisadas a série de barreiras enfrentadas por eles perante a um denso processo burocrático, talvez, em certos pontos, desnecessário, para que tenham acesso tanto à vaga quanto aos mecanismos internos que cada instituição acadêmica desenvolve com o objetivo de garantir sua permanência até a formação.

A abordagem desse tema é necessária para a democratização de ensino no Brasil, ampliando as vagas no ensino superior. Vivemos em uma democracia e, para alcançar plenitude em tal sistema, é necessário um complexo processo de amadurecimento e reflexão capaz de, em longo prazo, fazer com que nenhum dos integrantes de nossa sociedade seja tão pobre a ponto de ter que se vender ou depender

[1] Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: lorenzorocha10@yahoo.com.
[2] Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: trindade.lucas511@gmail.com

da arbitrariedade de terceiros e, também é claro, que ninguém seja tão rico a ponto de ter poder arbitrário sobre decisões alheias. Os conceitos de pobreza e riqueza mencionados não são necessariamente condições minuciosamente econômicas, mas, em amplo aspecto, características que abrangem tanto dimensões culturais, de territorialidade e ideológicas.

O termo desigualdade social refere-se, em linhas gerais, à privação de direitos ou de acesso a recursos para um grupo ou uma pessoa, o que cria distinções entre os indivíduos. Sabendo que somente a lei não é decisiva para mudar essa realidade, vê-se necessário uma pesquisa mais detalhada buscando entender o jovem e sua realidade social.

É assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seus artigos 205 e 206, que é direito de todos o acesso ao ensino público gratuito e com padrão de qualidade (BRASIL, 1988). Se observarmos a história do Brasil, percebemos que grandes desigualdades marcaram a educação, ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão dentro do próprio sistema ou, ainda, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional.

> O acesso igualitário a serviços educacionais é um princípio desrespeitado no Brasil, o que gera diversos efeitos perversos, principalmente para a população que é excluída do direito à educação de qualidade. Por exemplo, durante muito tempo, aqueles que não tinham acesso ao sistema educacional e eram analfabetos não tinham o direito de votar. Este é só o exemplo mais óbvio, mas, ainda hoje, o não acesso à boa educação pode ser empecilho para o exercício efetivo da cidadania. (SAMPAIO, Gabriela; OLIVEIRA, Romualdo; 2015; p.512)

Ademais, as desigualdades educacionais podem agravar, através da “corrida” entre educação e tecnologia, o problema das desigualdades econômicas. Com a tecnologia definindo a demanda de trabalho qualificado, a educação, por sua vez, determina a oferta de pessoas com determinadas habilidades e aptidões. Caso a demanda de trabalhadores com certo nível de qualificação seja grande, e a oferta destes mesmos seja pequena, o diferencial do salário desse grupo será alto se comparado ao salário de outros grupos de trabalhadores.

Dessa forma, políticas educacionais que promovam acesso mais igualitário são importantes tanto para a plena cidadania, quanto para a redução da desigualdade em nossa sociedade.

Após mais de dez anos de debate, a presidente Dilma Rousseff promulgou a lei

n° 12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012). Conhecida como "Lei das Cotas", ela define os critérios para as reservas de vagas nas instituições federais de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação. As universidades brasileiras usavam critérios bastante variados para distribuição das vagas, com essa lei, criou-se um padrão nacional para o ingresso dos estudantes. Ela foi regulamentada através do decreto 7.824/2012, pela portaria normativa 18/2012 do Ministério da Educação (MEC), que estabelece os conceitos básicos para sua aplicação e demais questões pertinentes. Deste modo, a partir de sua implementação, será necessária uma constante avaliação dos resultados da política afirmativa regulamentada pela legislação. Tendo como referência o debate e a participação da sociedade.

Considerando os fatores acima mencionados nossa pesquisa buscará expressar a maneira como as pessoas que ingressam por cotas na UFJF enxergam essa situação e se esses alunos conseguem sentir- se parte da universidade. Buscaremos ouvir as pessoas, nossa pesquisa buscará expressar a maneira como as pessoas que passam por essa situação a enxergam e se esses alunos conseguem sentir-se parte da universidade. Buscaremos ouvir as pessoas. Os/indivíduos. Suas percepções, medos, sonhos, frustrações e alegrias. Se é devido a elas que abordamos o tema, são elas que devem ser ouvidas.

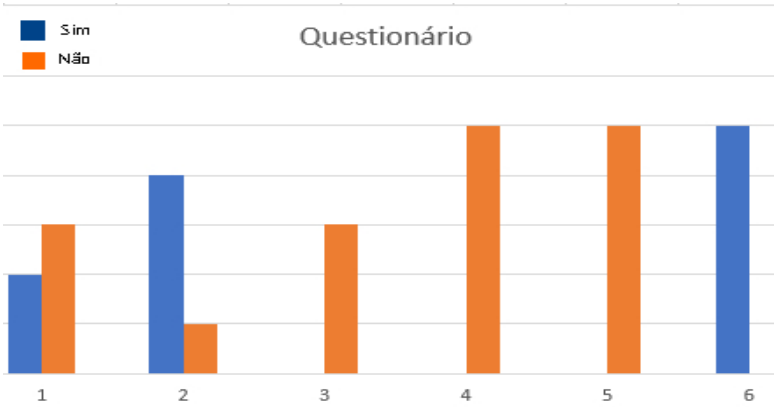
Desenvolvimento

Considerando as hipóteses expressas anteriormente, decidimos produzir duas amostragens a partir de entrevistas com alunos da UFJF. Uma buscando analisar a experiência e opinião de alunos cotistas (econômicas), e a outra, tentando esclarecer o posicionamento da instituição perante as indagações e seus métodos de seleção dos beneficiados tanto para o ingresso no ambiente acadêmico, quanto para o recebimento de auxílios permanência em suas múltiplas possibilidades. É necessário que deixemos clara a nossa intenção em abordar e formular hipóteses sem interesse em uma avaliação geral e objetiva sobre a universidade. Ainda que o quiséssemos, nossa pequena amostragem, se comparada com a quantidade de alunos pertencentes à instituição, seria insuficiente para dar fundamento a qualquer afirmação científica.

Para a composição da primeira, entrevistamos cinco alunos anônimos, todos vinculados a cursos das ciências humanas da UFJF e é importante ressaltar que os integrantes da nossa amostragem são alunos pertencentes a cursos de Licenciatura.

Portanto, concentraremos nossa atenção neste esse universo específico do campus. Os quais, após o esclarecimento de algumas opiniões, foram submetidos ao seguinte questionário:

1) Você se sente coagido ao dizer para outras pessoas que fez uso das cotas para ingressarna universidade?
2) você faz parte da moradia estudantil?
3) se sim, se sentiu acolhido ao entrar?
4) você acredita que a política de cotas é suficiente para garantir sua permanência na universidade?
5) você acredita que os auxílios são capazes de suprir suas necessidades e manter sua permanência no curso?
6) você já viveu ou presenciou algum tratamento diferenciado por usufruir dos auxílios oferecidos pela universidade?



A primeira questão exibe um fator preocupante: 60% dos entrevistados sentem-se desconfortáveis ao pronunciar a terceiros que fizeram uso da política de cotas. Se considerarmos que, de acordo com a sexta questão, 100% deles já sofreram algum tipo de segregação ou violência simbólica por serem cotistas, torna-se justificável que busquem ser cautelosos ao tocar no assunto durante diálogos com outras pessoas. Esse tratamento diferenciado mostra-se presente principalmente nos cursos de Licenciatura, os quais vêm se mostrando menos prestigiados socialmente. Ademais, tal tratamento é imensamente reforçado, quando há a utilização das cotas. Um fator interessante mencionado por eles em nossas entrevistas é que a maior parte dos preconceitos sofridos advém de pessoas que não têm curso superior e, muitas vezes, sequer concluíram o ensino médio. Essa manifestação do senso comum demonstra a possibilidade do preconceito estar impregnado nas características culturais elitistas da nossa classe média. Categoria essa que constitui a maior parte dos alunos que cursam Licenciaturas e formações menos valorizadas pelo mercado e, consequentemente, pela sociedade.

A segunda e terceira questões nos atentam ao desconforto expresso pelos alunos

relacionado à moradia estudantil. As reclamações foram vastas: abordam desde o descaso da instituição no término da construção do espaço em que conviveriam, até os preconceitos expostos por colegas de classe e, principalmente, por alunos integrantes de cursos prestigiados e elitizados em nossa universidade. Além disso, desde a recente abertura da moradia até o dia de hoje, já houve um caso de suicídio e, se considerarmos a quantidade de alunos que integram a moradia (50 pessoas), esse caso pode ser um indício preocupante das consequências dessa violência. A instituição poderia fazer um espaço de convivência social e acadêmica proporcionando um acolhimento saudável e seguro. A negligencia de instituição dificulta e afasta os estudantes de baixa renda a permanecer no ensino superior. Visto que com os auxílios a família não consegue manter o estudante.

As questões 4 e 5 manifestam a clara e hegemônica descrença proferida por toda amostragem. Eles não acreditam na eficácia da política de cotas e consideram os auxílios insuficientes para a garantia de sua permanência nos cursos. Famílias que ganham menos de 1,5 salário mínimo por pessoa, na maioria das vezes, não têm condições de manter um ou mais de seus filhos, considerando-se que quanto mais baixa a renda, maior a taxa de fecundidade - em outra cidade. O que eles percebem é toda uma estrutura impetuosa que os inibe de qualquer conquista sem que lhes exija um sacrifício imensamente maior que o da parte das pessoas com quem, naturalmente, se relacionam durante toda sua jornada acadêmica.

Conclusão

Levando em conta a contradição claramente expressa nas hipóteses abordadas acerca dos resultados explicitados no capítulo anterior, é possível que o conflito não seja uma causa, mas, consequência. Uma cultura do desinteresse. Tanto as pessoas comuns, principalmente representadas pela classe média, quanto a comunidade acadêmica mais abastada, em suma, não se dispõe a buscar compreender a realidade social a qual esses indivíduos construíram suas referências. O discurso meritocrático é preguiçoso. Ele subtrai a responsabilidade de quem o expressa atribuindo-a, em grande medida, ao indivíduo. Sobretudo, não é levada em consideração que tudo o que nos faz brasileiros, mineiros e até mesmo humanos são processos de absorção da realidade construída pelo meio. Com isso,

apesar de considerarmos que há uma escolha, os horizontes de possibilidades são

determinados de forma heterogênea levando em consideração as variações culturais acopladas as diferentes realidades socioespaciais.

Se fizermos um recorte espaço-temporal para a realidade de Juizforana, escolas que fornecem serviços a prole dos mais abastados praticam segregação entre bolsistas e o restante. Os Colégios dos Jesuítas, por exemplo, no ensino médio, permitem que os bolsistas compareçam as aulas apenas no período vespertino. Além disso, não exigem a esses estudantes um desempenho extremamente elevado, como se, por não terem condições de pagar para estudar, eles não fossem tão inteligentes para partilhar o mesmo espaço das classes superiores, fomentando uma ideia de segregação desde os princípios da educação do indivíduo. Alunos de escolas como essa, por serem melhor preparados, e sua maioria, são os que integram os cursos elitistas da universidade perpetuando o processo de segregação tanto espacial quanto simbólica de onde vieram.

Esse trabalho é apenas um ponto de partida para uma pesquisa detalhada sobre a relação das juventudes cotistas, o novo espaço-tempo urbano e suas mediações. Apesar de sua pequena amostragem, nos serviu como catalizador de reflexões mais profundas sobre essas relações.

Referências

COLÉGIO JESUÍTAS. **Novos Alunos**. Disponível em: http://colegiodosjesuitas.com.br/novos- alunos-2018/ . Acesso em: 10 setembro 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142- publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 03 maio 2018.

CARVALHO, Marília. **Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos.** Revista Brasileira de Educação. N 28, p.77-91, Jan/Fev/Mar/Abr. 2005.

NEY, Marlon; PONCIANO, Niraldo; ZACCHI, Raquel. **Desigualdades educacionais na educação básica: uma investigação a partir do Exame Nacional do Ensino Médio.** VÉRTICES, Campos do Goytacazes/RJ, v.18, n.1, p.79-108, jan./abr. 2016.

OLIVEIRA, Romualdo; SAMPAIO, Gabriela. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil.** RBPAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

OLIVEIRA, Romualdo; SAMPAIO, Gabriela. **Resultado Final-1-2018**. Disponívelem:< http://www.ufjf.br/proae/files/2018/04/RESULTADO-FINAL-1-2018.pdf> Acesso em 28 de 2018.

OLIVEIRA, Romualdo; SAMPAIO, Gabriela. **Moradia Estudantil.** Disponível em: < http://www.ufjf.br/proae/editais/moradia- estudantil/> Acesso em 28 de maio de 2018.

ESCOLA PÚBLICA: A IMAGEM DO TERRITÓRIO EM DISPUTA NO PÓS-GOLPE DE 2016

Marilourdes Valle da Trindade[1]

Em época de escassez de "tudo", acirra-se a disputa pelos espaços de poder na sociedade. Com o golpe de Estado de 2016 no Brasil, o projeto político-econômico derrotado pelo povo brasileiro nas urnas por quatro vezes consecutivas apodera-se radicalmente do Estado. A partir da análise dos programas de governo propostos pelos candidatos à campanha presidencial de 2014 e sua relação com o documento "Ponte para o Futuro" lançado em março de 2016, observa-se a alteração dos objetivos e do alcance das políticas públicas até então implementadas pelos governos populares, para se instituir um Estado- Empresa, que aprofunda a orientação do governo pela lógica de mercado e exclui brasileiros.

A "imagem" da escola pública socialmente construída é moldada pelos órgãos de comunicação social para adequá-la às necessidades de implantação do novo projeto educacional. Este texto condensa as contradições vividas em se estudar Geografia em uma Universidade pública, face à perplexidade de se experimentar fatos que se julgava historicamente superados na cena brasileira. O trabalho discute como a representação social da escola pública é determinada por interesses de classe e como a "imagem" da escola é direcionada convertendo-se em recurso ideológico para oferecer à sociedade argumentos de convencimento e aceitação das mudanças pretendidas no âmbito da Educação.

[1] Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: arilourdestrindade@gmail.com

O cenário da disputa

A gestão da política educacional brasileira no pós-golpe impõe uma "nova configuração" (PINA, 2016: p.332) na dinâmica de estruturação do sistema educacional. Promove "mudanças quanto à natureza da dimensão pública do Estado" e reforça a concepção de "escola dual e reprodutora de desigualdades sociais". A nova equipe do MEC passa a privilegiar sugestões de grupos privados visando a "descaracterização da identidade do projeto educacional do Partido dos Trabalhadores" e o "recrudescimento das estratégias privatistas" postas em curso pelo governo ilegítimo, ainda na fase de governo provisório (PINA, 2016: p.334). A elite brasileira, conceituada por Jessé Souza (2017) como a "elite do atraso", atua para quebrar a soberania nacional, através da entrega do patrimônio natural, a desnacionalização de empresas públicas e privadas e fortes restrições aos investimentos em políticas públicas, permitindo as transferências de grandes parcelas do orçamento do Estado ao capital financeiro e rentista.

O governo Temer faz aprovar logo ao final de 2016, a Emenda 95, que congela por 20 anos os gastos com os serviços públicos e a Lei 13365/2016, que acaba com o regime de partilha na exploração do pré-sal, que destinaria 75% do Fundo Social para a Educação. As articulações conspiratórias apoiadas por grupos financeiros demonstraram desde 2013, os interesses em jogo (SOUZA, 2016). Através de sucessivas ações, forja-se uma associação de caráter antidemocrático e antinacional. As forças políticas por anos na oposição e a "elite do atraso" insatisfeita com os direitos mínimos alcançados pela "ralé" e pelos "batalhadores", articulam-se com a cúpula do Judiciário e os proprietários das corporações de mídia. O capital financeiro hegemônico mundial, que maneja a lógica do poder territorial em escala global, atua através de estratégias da guerra não convencional e produz novos espaços de espoliação. (HARVEY, 2005: p.121)

A celeridade das ações golpistas, aplicadas numa sequência concatenada entre medidas políticas, econômicas, jurídicas e midiáticas, satisfaz o que preconizava Milton Friedman (1912-2006), fundador da escola econômica da Universidade de Chicago e conselheiro de Pinochet durante o golpe contra Allende em 1973: "apenas

uma crise – real ou presumida – produz mudanças. Quando uma crise ocorre, as medidas adotadas dependem das ideias presentes na paisagem política. Esta é a nossa função primordial: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantendo-as ao alcance da mão até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável" (KLEIN, 2008: p. 12).

Os sujeitos sociais na disputa

Como foram construídas em nós as ideias que temos sobre as coisas e sobre o nosso modo de vida? Foi pelo trabalho diário, insistente e sutil de instituições como a escola, a família e os instrumentos da comunicação. Portanto a escola, identificada como espaço público de troca de saberes e de construção de conhecimento, se torna essencial para validar as disputas ideológicas e políticas. E por isto deve ser controlada e direcionada pelos interesses hegemônicos. O sucesso do indivíduo na sociedade brasileira é caracterizado por padrões que são criados e formatados através da cultura conservadora dominante, moldada por mais de três séculos de escravidão. As ideias que passam a referenciar a compreensão "das coisas" interferem na disposição dos indivíduos para construir o seu comportamento prático diante da vida. Compreender os efeitos que a "imagem" afirmada no imaginário e as implicações simbólicas têm para o controle social é como tornar secundário e invisível, aquilo que é o principal.

O problema: o efeito do real.

O domínio que a elite exerce sobre a sociedade é diferenciado entre as classes. Sobre a classe média é simbólico, exige o convencimento. Daí o papel das ideias elaboradas por "especialistas" e divulgadas pelos meios de comunicação. Pois, sendo a classe média, a classe do privilégio, é através da "ocupação" da esfera pública e do "monopólio" dos mecanismos de disseminação de ideias, que ela consegue auferir capitais: econômico, social, cultural. A posse conjugada desses "capitais" decide antecipadamente o **acesso** do brasileiro a bens e recursos, que por conta da crise, vão se tornando escassos. (SOUZA, 2017: p.89- 93). O que a classe média exige da escola?

O domínio sobre a "ralé" e sobre os "batalhadores", que são expropriados de

todo e qualquer privilégio, se dá pela violência, material e simbólica, e pela repressão. A “ralé” e os “batalhadores” são os “herdeiros” do ódio e do desprezo, que as elites devotavam ao escravo negro. É, portanto, sobre as classes populares, a ampla maioria da população brasileira, que recai o foco das disputas simbólicas (SOUZA, 2017: p.97-103). Para estas classes é fundamental fortalecer a construção de políticas públicas, que reduzam as desigualdades e lhes permita atuar criticamente interferindo nas disputas no interior do território-escola. O que os “batalhadores” e a “ralé” esperam da escola pública?

Quem cria a realidade?

Os meios de comunicação de massa disseminaram as notícias que tornaram a opinião pública dócil para aceitar o golpe. Construindo a narrativa hegemônica dos fatos e das notícias do dia do brasileiro, seduziram milhões. Diz Amorim: “todas as noites o Jornal Nacional organizava o golpe” (AMORIM, 2015: p. 151-160). Por tudo isto, as Organizações GLOBO receberam benesses, o que lhes permitiu tornar-se um dos maiores grupos privados do mundo. O retrocesso político nos leva ao retrocesso simbólico, que se observa no lema do governo usurpador ressurgido do positivismo - “ordem e progresso” e instituído na bandeira nacional no século XIX. A identidade nacional brasileira no entendimento da classe média, que clamou pelo impedimento é representada simbólicamente, desde as jornadas de 2013, pelas camisetas da CBF.

De volta ao passado: o golpe e o ultraneoliberalismo.

Considerando-se os acontecimentos que se seguiram ao afastamento provisório de Dilma em 17/04/2016 e suas circunstâncias como apontadas pelo **Editorial da Revista Educação e Sociedade** (Pina, 2016: p.329-334), verifica-se que havia um roteiro estabelecido para as medidas, que passaram a ser tomadas “interinamente” por Michel Temer, o roteiro prescrito por Milton Friedman. Através da análise do **programa de campanha de Aécio Neves** (PSDB, 2014) para as eleições presidenciais de 2014 e do documento **“Ponte para o Futuro”** (PMDB, 2015) lançado pela Fundação Ulysses Guimarães/PMDB, percebem-se coincidências nas proposições, que reforçam a lógica deste roteiro. No programa de campanha de Aécio Neves está as

bases para a formulação do documento “A travessia social: uma ponte para o futuro”. Evidencia-se a origem da ideia do “novo” ensino médio e as razões necessárias para a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (PSDB, 2014: p.4-6). Identifica-se o aprofundamento da visão neoliberal com restrições ao direito à Educação (PSDB, 2014: p.48-52). Para os filhos das classes populares, um ensino médio “com modelos mais leves, flexíveis e diversificados de percursos escolares”, “permitindo aos estudantes” o “aprendizado prático para as profissões em parceria com o setor produtivo”. Para a classe média, a oportunidade de escolha com a transformação e “o aprimoramento do ENEM” “em um conjunto diferenciado de avaliações de competências”, diferentemente do modelo mais leve proposto para a escola pública, revelando a imagem de escola excludente e estimuladora de desigualdades. Em 2015, o PMDB romperia com o governo de Dilma e lançaria a “Ponte para o Futuro”, que seria “um dos pilares dessa imensa obra chamada Brasil” (PMDB, 2015: p.18). A Educação é apresentada como “a maior e a principal política social, a que liberta o indivíduo das restrições da pobreza, da origem familiar e de sua situação na estrutura de classes” (PMDB, 2015: p.15). No entanto, o golpe revela a violência simbólica da dominação e à sociedade resta a impotência de qualquer reação. As instituições metamorfoseadas em “empresas” se articulam para garantir que as decisões tomadas contra o Brasil e os brasileiros sejam implementadas rapidamente como preconiza a Doutrina do Choque. (KLEIN, 2008: p.12). E como a “opinião pública” reage às medidas governamentais?

O que está em disputa?

As escolas responsáveis pela Educação Básica no Brasil possuem distribuição não uniforme no território nacional e se localizam de modo desigual entre as áreas urbanas e rurais. Articulam-se de forma precária em três redes com funcionalidades diversas, submetidas aos níveis do Executivo Municipal, Estadual e Federal. Segundo o último Censo Escolar, referência a 2017 (BRASIL/MEC/INEP, 2018: p.4-10), “há 48,6 milhões de matrículas nas 184,1 mil escolas de Educação Básica no Brasil”, o que corresponde cerca de 23% dos indivíduos da população brasileira.

Segundo “A Ponte para o Futuro” esta Educação é “um fracasso”. Parte-se desta

ideia para justificar as mudanças de rumo que serão impostas. A principal "prioridade da educação brasileira deve ser a melhoria do ensino nas séries iniciais" porque é deste modo "que se define o lugar que a criança vai ocupar na sociedade quando tornar-se adulta" (PMDB, 2015: p.15). "O Governo Federal precisa de um protagonismo muito maior do que tem tido até hoje", o que significa centralização do poder como preconizava o Programa de Governo de Aécio em 2014. Coincidentemente, o documento afirma que: "o ensino de 2º grau no Brasil precisa de uma reforma completa". Usa-se a evasão e o baixo rendimento dos alunos para retomar a ideia "elitizante" do ensino superior: "o aproveitamento final é muito pequeno".

Falta um sujeito social fundamental no cenário desta disputa: o mercado. Os capitalistas interessados no sistema educacional brasileiro apresentam-se para a "árdua tarefa" de transformar a Educação. Instituições privadas se propõem a formular e gerir as ações governamentais. O posicionamento político assumido, desde a preparação do golpe de Estado, revela os objetivos de efetivação de seus interesses empresariais. Analisando-se as principais ideias-força apresentadas por estas instituições em seus portais, verifica-se uma sintonia com as sete proposições do documento "Travessia Social: uma Ponte para o Futuro" (PMDB, 2015: p.15-16): a utilização da escola para controlar a possibilidade de ascensão social (o NOVO ensino médio) e as parcerias com o setor privado, que exige a adoção de uma base curricular nacionalmente padronizada, a partir da qual formularão e estabelecerão as ações do MEC. O crescimento do investimento público em Educação em relação ao PIB durante os governos populares (2003-2013) atrai os capitalistas nacionais e estrangeiros para a gestão da Educação brasileira. Através de sua participação nos órgãos e conselhos, estas instituições privadas passam a controlar, também, o orçamento e os fundos públicos (FUNDEF e FUNDEB) com lógica empresarial.

No programa de Lula para a Educação: "Uma escola do tamanho do Brasil", foram assentadas as ideias-força que tratavam os gastos em Educação como investimento e não como despesa orçamentária. "É preciso romper a lógica vigente" (PT, 2002: p.5), que reservava aos mais pobres "as escolas públicas despreparadas" e o acesso aos jovens da "ralé" e dos "batalhadores" a "faculdades e universidades pagas de baixo nível", enquanto à elite destinavam-se "as escolas privadas de qualidade" que

preparavam os alunos para ganhar as melhores vagas na Universidade pública brasileira, “onde se concentra o ensino superior de mais alto nível”. Entre 2002 e 2015, o orçamento do Ministério da Educação foi elevado de R$ 18,01 bilhões para R$ 126,14 bilhões demonstrando como “o governo democrático-popular iniciado por Lula reverteu significativamente o processo de desinvestimento social que tinha caracterizado o governo neoliberal do seu antecessor” (GENTILI, OLIVEIRA, 2013: p. 253-263). A evolução do orçamento anual da Educação no pós-golpe para os exercícios de 2016, 2017 e 2018 (BRASIL/Ministério do Planejamento, 2018) e o contingenciamento durante a execução orçamentária “precarizaram” o funcionamento do sistema educacional.

A “nova” configuração da Educação.

Em abril de 2018 é lançada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL/MEC, 2018). No documento o Ministro afirma: “a BNCC é fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira”; o documento é “plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo, inspirado nas mais avançadas experiências do mundo”. Através da BNCC, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares “passarão a ter uma referência nacional comum e obrigatória” para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas. O governo sinaliza, como no Programa de Aécio, com oportunidades para o mercado na implantação da BNCC em todo o País: “o MEC fará parcerias com os Estados, o Distrito Federal e os municípios” “apoiando-os e trabalhando em conjunto para que as mudanças cheguem às salas de aula”.

Por que a sociedade aceitaria medidas governamentais que lhe seriam desfavoráveis?

Para poder aviltar o precário Estado de Bem Estar Social instituído no Brasil é necessário convencer a maioria da população, inclusive “a ralé e os batalhadores”, de que os valores das medidas educacionais dos governos populares, além de representarem o “foco da corrupção institucionalizada” não levaram à “melhoria efetiva” da Educação brasileira. A ideia da ineficiência é estendida ao Estado e aos poderes, desqualificando o valor transformador da Política. Para manter a população

“anestesiada” pela ideia de modernidade e de progresso social, grupos privados elaboram estratégias de marketing para inculcar a imagem da “nova Educação” na sociedade e, assim, “vender” a “nova configuração” para o sistema educacional, pois tudo é mercadoria. O que a “escola pública” será nesta “nova configuração” e qual é a “educação necessária” ao Brasil do século XXI?

A imagem pode fazer ver e pode fazer crer naquilo que se vê.

Consideradas as circunstâncias políticas e institucionais que trouxeram o Brasil às condições de anomia social, cabem alguns questionamentos: como foi possível chegar a este “estado de coisas”? Como as estratégias midiáticas através de imagens, notícias e propagandas oficiais, repetidas várias vezes por dia por toda a mídia corporativa e pela InterNet, influenciaram a representação social construída e o imaginário das classes mais pobres?

Segundo Bourdieu (1997), a “imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de *o efeito de real*: ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver como se a realidade fosse um prolongamento da imagem”. E as famílias querem ver na mídia a imagem da “escola real”? Por outro lado, “esse poder de evocação tem efeitos de mobilização”. Ele pode fazer “existir ideias ou representações, mas também grupos”. As propagandas podem estar carregadas de “implicações políticas, éticas, etc. capazes de desencadear sentimentos fortes”. E a narração que se cria da ideia, “implica sempre uma construção social da realidade capaz de exercer efeitos sociais de mobilização ou de desmobilização”. Observa-se que os governos populares utilizaram intensamente as propagandas institucionais, para afirmar suas políticas e conseguir vencer antigas visões.

Avaliando-se as principais ações governamentais do período de 2003 a 2015 (GENTILI, OLIVEIRA, 2013: p. 253-263) e seus resultados mais relevantes, selecionaram-se duas propagandas para avaliar através dos termos sublinhados no roteiro e da análise fílmica, o valor simbólico da imagem da escola pública que vinha sendo construída. Assistindo-se atentamente aos anúncios, verificam-se diferenças entre a "imagem" da escola pública e da Educação afirmada nos governos populares, e aquela, que passa a ser produzida pelo governo Temer. Os governos de Lula e Dilma

apresentaram temáticas que nunca haviam sido veiculadas na televisão.

As propagandas veiculadas pelos governos populares (2003-2013)

Censo Escolar 2004 (Início 0:31 – duração: 0:31)

– Parte locução: Diretores e professores, o Ministério da Educação está realizando o Censo Escolar 2004 em todas as escolas de educação básica. Com suas informações precisas, o Brasil vai poder distribuir melhor os recursos para transporte, merenda escolar, livros didáticos, o FUNDEF e o Dinheiro Direto na Escola. Se houver dúvidas informe-se na sua Secretaria de Educação. – Parte locução da Diretora de uma escola de Minas Gerais: Censo 2004, a responsabilidade é nossa, o benefício é de todos. – Encerramento: Ministério da Educação. Brasil um País de todos.

ProUni 2006 (Duração: 1:09)

– Parte cantada por jovens majoritariamente negros com trilha sonora em ritmo de "blues/rap": "caminhando e cantando e seguindo a canção somos todos iguais braços dados ou não. Nas escolas, nas ruas, campos, construções. Caminhando e cantando e seguindo a canção. Vem, vamos embora, esperar não é saber". – Parte locução: o ProUni, o Programa Universidade para Todos do Governo Federal, já ofereceu mais de 200 mil vagas no Ensino Superior. O ProUni garante aos estudantes bolsas gratuitas ou com 50% de descontos em faculdades particulares de todo o Brasil. Faça parte dessa revolução na educação brasileira. Ministério da Educação. Brasil, um país de todos.

A imagem da escola nas propagandas destes governos enfatiza a ampliação de oportunidades de acesso e a permanência dos mais pobres na escola, buscando superar a exclusão histórica de milhões de brasileiros. Uma imagem de escola inclusiva e igualitária.

As propagandas veiculadas pelo governo TEMER (2016-2018)

Novo Ensino Médio Jun/2017 (duração: 0:30)

– Parte locução: Novo Ensino Médio: o que vai mudar? – Parte com representação de atores. Um professor recebe os alunos em um sofá na rua para explicar o que é o "novo ensino médio" São mostradas apenas alunas e negras. *Professor:* Tudo bem? Olá! Tudo bem? Sejam bem-vindos! Vamos sentar. *Aluna 1:"*É verdade que eu vou

poder fazer escolhas no meu currículo?" Professor: -"Sim, claro!" *Aluna 2:* "Mas ainda não sei que profissão seguir". Professor: "Não precisa escolher a profissão agora, apenas a área de conhecimento". *Aluna 3:* "E se eu quiser fazer um ensino técnico?" Professor: "Aí basta escolher uma das formações técnicas pela a sua escola". – Parte locução: novo Ensino Médio: aprovado por 72% dos brasileiros. Ministério da Educação. Governo Federal. Ordem e Progresso.

BNCC – Educação é a Base Abr/2018 (duração: 0:32)

– Parte locução: "o Brasil terá, pela primeira vez, uma base nacional comum curricular. O documento é democrático e respeita as diferenças. Com a base, todos os estudantes do país de escola pública ou particular terão os mesmos direitos de aprendizagem." – Dois professores um de escola pública e outra de uma escola privada dizem simultaneamente a mesma locução: "Hoje a aula é sobre cidadania!" – Parte locução: "Isso é bom. Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão." Encerramento: "Ministério da Educação. Governo Federal".

A partir de 2016, os anúncios revelam o compromisso do governo com uma política educacional para poucos. A própria imagem do logo institucional do documento da BNCC mostra uma "pirâmide" que se pode confundir com a ideia do "funil" educacional.

Considerações finais

Opondo-se ao culturalismo conservador racista, os governos populares afirmaram outro paradigma. Lula e Dilma utilizaram intensamente as propagandas institucionais buscando afirmar suas políticas, produzir um efeito mobilizador da cidadania e aumentar a autoestima da "ralé" e dos "batalhadores". Utilizaram os lemas de governo como instrumento de valorização do Estado promotor de direitos: o "Brasil é um país de todos" e "Um país rico é um país sem pobreza". Segundo Jessé Souza (2017), "jamais seremos um povo altivo e autoconfiante enquanto nossas mentes e nossos corações se sentirem oprimidos e inferiorizados". As políticas lançadas pelos governos populares reforçam estas ideias-força: a igualdade de oportunidade de **acesso** para todos reduzindo os privilégios históricos e a permanência dos mais **pobres na**

escola para superar a exclusão social e favorecer a melhoria de renda. O salto para o Brasil como "pátria educadora" foi abortado pelo golpe de 17 de abril de 2016.

Há um espaço político em disputa. Os sujeitos sociais interessados na transformação social devem ampliar a discussão e elevar a conscientização política em defesa das políticas públicas para a Educação. Na contramão do aprofundamento neoliberalizante, as mudanças institucionais necessárias devem originar-se no espaço público, influenciando os diversos níveis da esfera de poder político para evitar que a temática seja apropriada pelo *lobby* privatista ou por fisiológicos. Apesar da relevância do tema e da gravidade da situação, as comunidades acadêmicas universitárias e escolares do nível básico se encontram dispersas em várias agendas. O momento histórico que enfrentamos chama os indivíduos à ação refletida. A sociedade brasileira foi "feita de imbecil pela nossa corrupção dos tolos", diz Jessé Souza. Urge recuperarmos a inteligência coletiva, admitindo primeiramente que fomos enganados e perceber o quanto somos influenciados pelas ideias do culturalismo conservador racista, que estruturou a visão hegemônica de Brasil. Estas concepções interferiram no modo como encaramos a política, nos fazendo aceitar propostas e medidas que não nos são favoráveis, sem que percebamos seu caráter antidemocrático e excludente. Concluindo diz Jessé Souza (2017): "voltemos a praticar a reflexão autônoma" e através dela nos apropriemos "de tudo que a raça humana produziu de bonito e de distinto na vida da espécie. Afinal, tudo que foi feito por gente também pode ser refeito por gente".

Referências

AMORIM, P. H. **O Quarto Poder**: uma outra história. São Paulo: Editora Hedra. 2015.

_____ **Todas as noites o Jornal Nacional organizava o Golpe.** Conversa Afiada com Paulo Henrique Amorim. Publicado em 02/05/2016. 1:15. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cQ7J-lm0cHk> Acesso em 21/05/2018.

BOURDIEU**,** P. **Sobre a televisão.** Seguido de A influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos. Tradução Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a base**. Brasília: Ministério da Educação. 2018. 472p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp- content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em 19 Abr.2018.

_____:**Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação. 2018. 154p. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf> Acesso em 19 Abr.2018.

BRASIL. **Censo Escolar 2017: Notas Estatísticas**. Ministério da Educação/INEP. Jan. 2018. 24p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Campanhas Educativas e Propagandas Comerciais do MEC no governo LULA**. 8:41. 2004-2006. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=tTA3zPJxVmY> Acesso em 21 Maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação é a Base** (BNCC). 0:32. 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Fbz-cpct1W4> Acesso em 13 Abril 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio**. 0:30. Jun/2017. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=4pb1nasqUtQ> Acesso em 13 Abril 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROUNI**. 1:09. 2006. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=WRMUN_lYWR8> Acesso em 21 Maio 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Orçamentos Anuais.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais> Acesso em: 14 Agosto 2018..

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei 13.005 de 25/06/2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora Câmara. 2014. 86p. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso em 19 abr. 2018.

KLEIN, N. **A Doutrina do Choque**: ascensão ao capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2008: 471p.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A. **A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil**. In: Sader, E. (Org.) 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 253-263.

HARVEY, D. **A acumulação por espoliação**. In: O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola. 2ª. ed. 2005; p.115.148.

PINO, E. R. **Editorial: o contexto político e a Educação nacional.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.37, no. 135, p.329-334, abr.-jun, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101- 73302016v37n135ED> Acesso em 13 abr. 2018.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **A Travessia Social: uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães. 2015. 20p. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/blog/acervo/> Acesso em 20 abr. 2018. p.15-16.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. **Aécio Neves. Programa de Governo: diretrizes gerais**. 2014. 76p. Disponível em: < http://contee.org.br/contee/wp-content/uploads/2014/10/Plano-de-governo_aecio1.pdf> Acesso em 26 abr. 2018.

PT – Partido dos Trabalhadores. **Dilma Roussef. Programa de Governo – Mais mudanças, mais futuro**. 2014. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo- Dilma-2014-INTERNET1.pdf> Acesso em 27 abr. 2018.

_____ Luiz Inácio LULA da Silva. Programa de Governo para a Educação: uma escola do tamanho do Brasil. 2002. 29p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001806.pdf> Acesso em 27 abr. 2018.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____ A radiografia do golpe. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

JUVENTUDE, LAZER E EXPANSÃO PENTECOSTAL NAS PERIFERIAS URBANAS: A JUVENTUDE DO PARQUE DAS ÁGUAS – JUIZ DE FORA/MG

Juliana Aparecida Cantarino Toledo[1]

Introdução

O presente texto tem como proposta fazer uma discussão sobre a expansão pentecostal nas periferias urbanas, buscando evidenciar que tal propagação se assenta, entre outros planos, por ações que tem como foco a atração da juventude, e que se baseia na oferta de atividades proporcionadoras de empodeiramento e lazer.

O texto é um recorte da dissertação de mestrado intitulada "O papel das igrejas evangélicas no processo de re-territorialização e construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos do residencial Parque das Águas" concluída em meados de 2017. A pesquisa teve como objeto a juventude pentecostal residente no Parque das Águas frequentadora da igreja pentecostal "Jesus Cristo a Única Esperança", caracterizada por possuir o maior número de jovens entre seus adeptos, quando comparada as demais igrejas instaladas no local. Metodologicamente, este trabalho se baseia na revisão bibliográfica utilizada na dissertação e análise das entrevistas realizadas com os jovens e à missionária responsável pela igreja, interrogados no estudo supracitado.

[1] Graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: Juliana_cantarino@yahoo.com.br

Caracterização e resultados

Primeiramente, a política adotada pela prefeitura de Juiz de Fora, acerca do beneficiamento das famílias contempladas com residências no Parque das Águas, se ateve a seleção por sorteio, obrigando as famílias a reconfigurarem itinerários já estabelecidos a partir de seus antigos bairros, relações de vizinhança, lidarem com relações conflituosas já existentes com moradores de outros que também foram beneficiados com residências no local, entre outras.

Um segundo ponto, não menos importante, relaciona-se a edificação e inauguração do empreendimento, sem um planejamento envolvendo questões relacionadas a demanda por equipamentos públicos que se revelaria com o incremento populacional no local. Tal imperícia, teve como resultado o inchaço desses equipamentos antes disponibilizados para atender preferencialmente os bairros do entorno e, consequentemente, uma disputa entre ambos os usuários.

Por fim, as condições físicas do local e a pouca oferta de lazer e equipamentos voltados para recreação, além, dos conflitos sociais revelados ao longo do estabelecimento das relações entre os residentes e residentes/entorno, trazem consigo elementos inerentes as discussões propostas nesse trabalho.

Em termos de estrutura, logo após sua inauguração, o bairro contava apenas com as residências e ruas de asfalto batido sem nomes definidos para os logradouros - que eram identificados por letras - e uma pequena praça com poucos equipamentos de utilidade esportiva e lazer. Além disso, não desfrutava de uma rede de comércio para atender as necessidades básicas dos moradores, escola, UAP, creche, etc. Tais descrições revelam o descaso do poder público com as famílias e a população do entrono.

Recentemente, durante a realização da pesquisa, percebe-se a implementação de significativas melhorias nas condições de moradia dos residentes, em sua maioria implementadas pelos próprios. Um grande número das residências tiveram suas faixadas alteradas, estruturas internas e externas ampliadas, o local já conta com alguns pequenos estabelecimentos comerciais, uma escola municipal de ensino fundamental, uma creche, entre outras.

Entretanto, a pesquisa realizada com os jovens evidencia muitas lacunas envolvendo o investimento em serviços e ações que beneficiem o lazer e o bem estar da juventude. No que se refere a oferta de instrumentos de lazer, o local conta apenas com

a oferta da mesma praça supradita, porém, em condição bastante deteriorada. Conta com apenas duas linhas de ônibus e horários pouco amplos, a escola não oferece Ensino Médio e, como a maioria das periferias, tem em seu território a atuação do comércio de drogas e casos de violência.

São esses espaços, dotados de pouca atuação do poder público, carregados de um descaso da sociedade e do Estado, marcados pelo estigma da violência que as igrejas pentecostais tem ganhado maior espaço. Os estudos desenvolvidos por Mariz e Jr. (2013), Machado (1992), Camurça (2013), Fernandes (2007) e Bohn corroboram tal afirmativa. Assim, segue a passagem extraída de Bohn,

> os evangélicos pentecostais, além de possuírem membros entre as camadas sociais menos privilegiadas de recursos financeiros, conseguem penetrar nas franjas da sociedade: em áreas que têm se mostrado inalcançáveis para outros segmentos religiosos. São setores sociais (e espaços geográficos) que, por sua precariedade de condições, revelam, por outro lado, a mais completa ausência do poder público (BOHN, 2004, p. 292).

O Residencial Parque das Águas é um exemplo claro dessa espacialidade. Uma contagem realizada pela pesquisa, em 2017, apurou dezessete igrejas atuantes no empreendimento, todas pentecostais. No mesmo ano, foram realizadas entrevistas com os jovens e a missionária na igreja “Jesus Cristo a Única Esperança”. O produto das entrevistas nos permite traçar algumas considerações sobre as intenções expansionistas da igreja bem como o êxito das suas ações voltadas para a atração da juventude do local. Quando questionada sobre o motivo da sua igreja notoriamente possuir um número significativo de integrantes em relação as outras a missionária entrevistada responde:

> (...) as outras igrejas que a gente observa aqui, a gente não vê muita coisa para jovens. (...) Então tem que ter alguma coisa pra poder distrair eles né?! (...) Hoje em dia tem vindo um casal de outro bairro também, do Vila Ideal. Missionária Bia e MC Morial, ele canta uns *Raps* evangélicos pra animar os meninos aqui [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A líder também relata a não restrição ao uso de roupas e algumas práticas como elementos que possibilitam a permanência da juventude na igreja, e prossegue ressaltando que as atividades para jovens envolvem diversão, encontro es conversas, as quais seriam essenciais para a permanência do jovem na igreja. Sobre tais apreensões, corroboram os estudos de Carrano (2002), Fernandes (2016) e Mendonça (2009).

No que diz respeito aos jovens, primeiramente, foi-lhes direcionado o questionamento sobre o que acham do residencial nos seguintes quesitos: escola,

vizinhança, ruas, praças, lazer, casa, meio ambiente. A totalidade dos entrevistados relatou insatisfação quanto aos quesitos praça e lazer. Inclusive, apesar da maioria considerar a praça um local que poderia ser um ponto central para o lazer e encontro dos jovens no residencial, é descrita como o ponto mais depredado, de inviável utilização. As afirmações a seguir permitem tais apreensões.

> C: A pracinha ali, geral pegou a pracinha botou no bolso e levou. Cada um pegava um banco, uma cadeira, a pracinha está desbancada, não dá nem pra ir lá não, fora o mato. A pracinha é deitada, você vai fazer o que lá, se você for jogar bola, a bola vai ficar caída lá, cheia de mato. Acho que tem um espaço livre que podia fazer ali uma piscina, um campo de bola, uma pista de skate. Mas não pode ser de graça não. Porque a maioria das pessoas aqui é favelada, já levaram até os bancos da praça, ia levar até a água da piscina. Lazer é só conversar, a igreja também, e a bola. Se não fosse a igreja nós ia tá lá na rua, não fazendo nada na vida. Só isso que tem pra fazer [sic] (Entrevista de campo, 2017).

A afirmações permitem perceber muitos elementos apontados anteriormente, inclusive no que se refere à relação entre os moradores e dos moradores com o ambiente. Quando o jovem afirma que “a pracinha é deitada”, ele se refere ao seu sítio. Ela se situa em um relevo irregular. No mais, destaca o jovem, não teria tido a preocupação quanto aos usos dados pelos moradores na utilização do espaço. Para o jovem, a praça entregue no projeto poderia abrigar uma gama maior de equipamentos, como pista de skate, por exemplo, já que apresenta um espaço físico considerável, o que beneficiaria particularmente os jovens. Mesma opinião é expressa por outros jovens.

> P: Não tem nada nas praças, seria importante né?! Pra namorar, fazer um culto, piquenique, praticar esportes, tomar um sorvetinho. Não tem! Não tem nada [sic] (Entrevista de campo, 2017).

> D: Não acho nada atrativo aqui, a praça acabou só tem mato e lixo, as ruas não valem a pena, a escola fica lá no Montes Castelo [sic] (Entrevista de campo, 2017).

As afirmações também nos permite perceber o descaso do poder público com a manutenção dos espaços do local. Também explicitam, de fato, que os jovens não enxergam o bairro como atrativo ao lazer.

É a partir de tal insatisfação que as igrejas se apresentam como ambientes magnetizados. Dos 23 entrevistados, a maioria não era evangélica antes de irem residir no Parque das Águas e afirmam terem procurado a igreja pelas atividades ofertadas e convite de outros jovens frequentadores. Quando perguntado aos jovens sobre o que

acham de morar no residencial, a maioria das respostas indicam o que relata o discurso que segue “ H: Agora eu gosto. No início era complicado. Muita morte, briga. Mas depois que eu fui pra igreja melhorou muito pra mim, porque eu não tinha nada pra fazer aqui, aí eu sentia saudades do meu outro bairro [sic] (Entrevista de campo, 2017)”.

Outro ponto importante da entrevista é a descrição sobre a oferta e envolvimento dos jovens em ações promovidas pela igreja. Ela oferece um mix de atividades tendo como intuito ocupar o jovem. Dentre elas: ensaio de coreografia, culto de jovens, banda, retiros, etc.

A participação na atividade bem como o preparo dela, permite que o jovem se sinta acolhido e importante dentro do espaço, e é uma das molas que o atraem e o fazem permanecer incluído nele. A igreja, por perceber o êxito do trabalho que vem realizando, afirma a intenção de expansão. Tal afirmação é evidenciada na declaração a seguir: “(...) a ideia do nosso pastor é de derrubar a casa e construir um salão da igreja, atrair mais pessoas né, mais membros e futuramente formar mais obreiros pra sair né, e levar nossa igreja pra outros bairros também [sic] (Entrevista de campo, 2017)”.

Em resumo, percebe-se que a expansão pentecostal nas periferias urbanas, atrela-se, entre outros fatores, a pouca oferta de lazer e o descaso do poder público com esses locais. Não coube aqui afirma-lo como o único, porém, é notória a lacuna deixada pelo descaso na vida desses sujeitos bem como a busca da igreja para o preenchimento dela.

Referências:

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil. Perfis socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, p 228- 338, out. 2004.

CAMURÇA, M. A. O Brasil religioso que emerge do Censo de 2010: consolidações, tendências e perplexidades. In: TEIXEIRA, F; MENEZES, R. **Religiões em movimento**: o Censo de 2010. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CARRANO, P. C. R. **Os jovens e a cidade**: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: RelumeDumará/FAPERJ, 2002.

FERNANDES, D. **Desvendando territórios**: juventude evangélica no bairro Jardim das Américas. 2007. 109f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava/PR, 2007.

FERNANDES, S. R. A. Juventudes nas igrejas e fora delas, crenças, percepções da política e (des) vinculações. **Tomo**, São Cristóvão/SE, n. 14, p. 99-126, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/500/416>. Acesso em: 23 out. 2016.

MACHADO, M. S. **Territorialidade pentecostal, um estudo de caso em Niterói**. 1992. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

MARIZ, C. L; JR., P. G. As igrejas pentecostais no censo de 2010. In: TEIXEIRA, F; MENEZES, R. **Religiões em movimento**: o Censo de 2010. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MENDONÇA, J. S. **O gospel é pop**: Música e religião na cultura pós-moderna. 2009. 196f. Dissertação (Mestrado em Música) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, São Paulo, 2009.

TOLEDO, J. A. C. **O papel das igrejas evangélicas no processo de re-territorialização e construção das identidades territoriais dos jovens evangélicos do residência Parque das Águas**. 2017. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

O PLANEJAMENTO URBANO E SUA SUBORDINAÇÃO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM ESFORÇO DE INTER-RELAÇÃO ENTRE OS PROCESSOS.

Albert Milles de Souza[1]

Introdução

O debate atual sobre o espaço urbano e seu planejamento está envolvido por uma série de questões e fatores, que no movimento da história aparecem ora com mais expressão, ora pouco menos, mas sempre estão na ordem do dia. De modo corriqueiro, vemos se lançar, se construir e se impor ao senso comum um discurso, quase que consensual, que aponta (responsabiliza!) os problemas do espaço urbano enquanto fruto de uma má gestão e/ou mau planejamento, e até à ausência desses no caso. Para tanto, sua resolução passaria por uma eficaz atuação e implementação de políticas, que para sanar os problemas oriundos da conformação do espaço urbano. A primeira vista, não se nega que para questões pontuais, o planejamento possa se constituir enquanto uma possibilidade de resolução de determinados problemas da cidade. Silva (2008), em defesa, argumenta que o planejamento urbano se aprimorou tomando em determinado período da história centralidade no processo de ordenamento do urbano-territorial e isso juntamente ao desenvolvimento e avanço da ciência - principalmente as atreladas ao urbanismo. Dessa forma, seria positivo.

Cabe ressaltar que estamos adotando uma compreensão de planejamento urbano tomando por partida o conceito dominante entre nós, senso comum e estudiosos do

[1] Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia – UFJF. E-mail: albert_msouza@hotmail.com.

urbanismo, que o entende de forma resumida como uma organização do espaço urbano, isso através de um plano para a cidade em questão. Tal ação se dará a partir e através do Estado, o agente responsável designado. Ainda para Silva (2008), o planejamento é idealizado, executado e aprimorado com esse objetivo e seu processo possui por capacidade, instrumentos e técnicas normativos e de natureza interdisciplinar que regula uso do solo urbano. Em complementação, o autor sai em defesa que "o planejamento assume um papel ímpar no processo de ordenamento e gestão do território, tornando-se verdadeiro instrumento disciplinador de exercício na gestão urbana" (SILVA, 2008).

Essa afirmativa não necessariamente está errada, contudo, carece-nos adicionar a ela um olhar mais amplo a cerca dos processos históricos ao quais se conformou o planejamento urbano e as formas e intencionalidades que construíram as ações e políticas sobre o urbano. Isso porque no ato de se agir sobre o espaço urbano o que se expressa são visões de mundo e vontades políticas.

Destarte, precisa-se então primeiro compreender o caráter histórico e estrutural ao qual se conforma o espaço urbano digamos, a produção deste. Sem isso, perde-se a capacidade de concebê-lo em sua totalidade. Sobre ele se constroem discursos, de agentes que do espaço urbano lançam mão a fim de se reproduzirem, e que levam para ele suas de visões de mundo.

De antemão já anunciamos ao leitor que não se tem a pretensão de se esgotar o debate de "certo infortúnio" a partir de um simples ensaio. Nossa proposta consiste na construção de um preâmbulo, de uma linha de raciocínio que nos permita compreender o planejamento urbano para além do viés técnico operacional e de discursos funcionalistas. Compreender que a não efetividade de tal ação sobre o urbano está diretamente relacionada a uma manutenção de hegemonia, e a reprodução do espaço urbano pelo viés dos agentes capital. Suas visões sociais de mundo serão o mote da dessa (re)produção, e o planejamento urbano, enquanto uma ideologia, discurso e prática das classes dominantes, será a principal ferramenta.

Para entender a realidade do espaço enquanto produto histórico

Para o inicio de um diálogo que visa o desmanche de uma idéia de planejamento urbano "salvacionista" precisamos compreender como o espaço urbano se conforma, como se estabelece. Inicialmente, partimos de uma compreensão materialista, histórica e dialética de mundo, onde se concebe o espaço enquanto não passivo, ou um mero

substrato ou palco onde se ordena e se planeja ações, um dado acabado e inerte. Ele é produzido. A noção de produção[2] alude à forma das relações sociais historicamente constituídas por uma determinada sociedade com seu determinado espaço, não se restringindo a um sentido reduzido, econômico-material ou economicista. Por conseqüência, numa sociedade pautada no modo de produção capitalista o espaço o refletirá, e mais do que isso irá reproduzir e condicionará as relações estabelecidas nele por esse modo. A sua produção e reprodução se irá subordinar ao processo de realização do capital.

É preciso deixar nítido, que se tais compreensões a cerca do espaço urbano hoje estão clarificadas para nosso entendimento, se deve ao esforço de alguns teóricos que se lançaram a estudar o espaço urbano em sua totalidade. As ciências racionalizadas não conseguiram dar conta da realidade urbana em sua completude, pois parcelam, fragmentam a realidade urbana (LEFEBVRE, 2008). Forma- espaço- e conteúdo- sociedade precisavam ser compreendidos conjuntamente, dialeticamente.

Cabe ressaltar que até a década de 1970, o que reinava enquanto concepções de urbano se assentavam em uma compreensão lógico-matemático, que homogeneíza o espaço, tomando-o como funcional e disposto a suprir as necessidades materiais. O caráter político no espaço era somente algo particular, mesmo até um empecilho a racionalidade deste e seu caráter de classe não neutro e não inerte é negligenciado. Perde-se desse modo a possibilidade de compreender que existe uma ideologia do espaço, uma política para ele.

> Porque esse espaço, que parece homogêneo que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura tal como constatamos, é [nada menos] que um produto social, [como já afirmado] (LEFEBVRE, 2006 p.62).

Esse esvaziamento foi, e ainda é a compreensão utilizada pelos intelectuais, estadistas, tecnocratas, planejadores do urbano, *urbanitas*. Para Lefebvre (1999) o urbanismo se constituirá enquanto uma tentativa incessante de submeter à realidade urbana a uma racionalidade industrial, escondendo as contradições, pressupondo um

[2] A noção de produção porque ela possui um duplo caráter, se referindo ao próprio processo constitutivo do homem e também possui um atributo histórico. Carlos (2011) argumenta que em Marx a produção não é um conceito específico, mas globalizante e que aponta tendências diversas e também contraditórias, como renovação, conservação, preservação, continuidades e rupturas. Para Lefebvre (2013[1974]) essa noção de produção possui uma dupla determinação, onde se constitui como a produção de objetos e produtos, enfim de um mundo objetivo. A produção do espaço é vista como condição da reprodução da vida social, e a prática sócio-espacial são objetivas. Outra face é a subjetiva, onde temos uma produção da mercadoria com sua linguagem e representação.

mundo lógico. Ele forjou toda uma construção teórica sobre o urbano a partir do urbanismo enquanto ciência, ciência do espaço; ao qual a sociedade no geral hoje se reconhece e advoga.

Ideologia no planejamento urbano

Como já expresso anteriormente, a compreensão da realidade advém de uma posição em que se estar no mundo, de um lugar de mundo. Em uma sociedade de classes, de mesmo modo como acontece com o espaço, essas visões de mundo serão compostas por ideologias, "um conjunto de idéias fundamentais desenvolvidas pela classe dominante visando facilitar a dominação, ocultando" (VILLAÇA, 1999, p.185). Ainda, para Chauí:

> A ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou Ciência, a Sociedade, o Estado) quem existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam. (CHAUÍ, 1981, p.87).

Ao se analisar o planejamento urbano, só conseguimos entender a sua produção e reprodução no país se o entendermos enquanto ideologia (VILLAÇA, 1999). Entendido, de modo amplo, enquanto uma ação e/ou intervenção sobre o urbano- seja qual for o modo – o planejamento é discurso e pratica, e nos ditames de uma sociedade de classe vai se constituir pura e diretamente enquanto ideologia. Demarca-se que esta deve ser a guisa para uma fidedigna compreensão do processo, entender o planejamento urbano enquanto ideologia, falsa consciência. A não efetividade dos planos diretores- expressão mais concreta do planejamento urbano atual- e de uma série de políticas urbanas demonstra claramente o caráter ideológico e esvaziado de conteúdo social do planejamento. A história não nos deixa mentir. Há mudanças de nome, de metodologia, mudanças nas formas de elaboração. Mas todas essas são artifícios, em sua concretude se revelam enquanto estratagemas para uma manutenção de uma hegemonia. Isso reforça o que defendemos acima, que a forma com que a cidade se conforma não se reduz aos ditames do planejamento, da técnica e da gestão.

Ao fazer um breve mergulho sobre a história do planejamento urbano no Brasil pode se enxergar como as ideologias de planejamento urbano irão se constituir enquanto

determinações[3] de classe, e irão reger o espaço urbano. |Baseadas na razão, na ciência e o Estado, e através de diferentes formas e mecanismos, ela construirá um ideário, um discurso sobre e para o próprio planejamento. Para nos ajudar nesse olhar, Villaça (1999) nos alertará sobre a necessidade de uma atenção na forma, no método como se analise e apreende o histórico do planejamento urbano para se construir um método de estudo. Para o autor, mais do que se ater as *características* e *propriedades* do planejamento urbano, e de sua materialização através do plano diretor, urge pensar o tal ação sobre o urbano enquanto realidade concreta. Precisa-se sair da aparência do que discursivamente o planejamento se apresenta e imergir em sua essência.

Ao se ater ainda a uma visão estrutural do modo de produção do espaço urbano sabe-se que o processo de organização, gestão, planejamento- ou como queira se chamar- do espaço urbano não se reduz a um conteúdo técnico ou operacional. Muito menos que, uma boa leitura, levantamento e diagnóstico, bem como a idealização e construção do mesmo, através do plano diretor, garantirão sua execução.

Em síntese

Ao fim, mas sem pretensão alguma de concluir tal raciocínio, destaca-se a importância para lançar olhos sob o espaço urbano hoje considerando sua construção histórica, seus elementos e discursos. Faz-se necessário mergulhar mais a fundo, intentando desvelar as determinações particulares de cada realidade estudada – sempre as articulando-a com a totalidade- a fim de traçar e sistematizar um olhar metódico, que dê conta de expressar as reais contradições do modo como o espaço se conforma, e como o planejamento urbano enquanto ferramenta ideológica contribui para o processo. Dessa forma compreenderemos como a produção capitalista do espaço urbano condiciona o planejamento.

[3] Entende-se por determinações os resultados que constituem uma realidade no processo pela qual ela é produzida, não tomando o objeto de forma acabada, mas entendendo-o numa realidade de processo temporal (CHAUÍ, 1981)

Referências:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:** agentes e escalas, processos e desafios. 1ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ªed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** traducción: Emilio Martinez Gutierrez. 1ª edición en español: 2013. Ed. Capitán Swing Libros, S.L. Título original: La production de l’espace (1974).

_____, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011. 5ªed.

_____, Henri. **A Revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG; traduço Sérgio Martins, 1999.

SILVA, José Borzacchiello. Planejamento e crise das cidades. In: **Revista Terra Livre**, Presidente Prudente. Ano 24, v1, nº30, p.83-96, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil.** 1. ed. São Paulo: EdUSP, 1999. cap. 6, p. 171-209.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO, SOBRE CADASTRAMENTO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO NA PEQUENA CIDADE DE CATAS ALTAS DA NORUEGA – MG

Heitor Carvalho Lacerda[1]
Humberto Paiva Fonseca[1]
André Luiz Lopes de Faria[2]

Resumo

O presente trabalho tem a finalidade de apresentar um relato de experiência propiciado por um estágio supervisionado, que teve como intuito a aplicação do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) no município de Catas Altas da Noruega – MG. De início, foi feita uma parceria, de forma a viabilizar o projeto, envolvendo a prefeitura do referido município, o laboratório de Geomorfologia e a UFV. Após os acordos administrativos, foram feitas atividades pré-campo que envolvia o mapeamento para identificação de loteamentos edificações, após feito tal procedimento os estagiários se direcionariam ao município e de forma a concretizar os CTM.

De forma geral, a execução dos trabalhos deu-se de forma tranquila, com algumas pequenas complicações, destacando-se: a dificuldade de identificação em campo de alguns imóveis em virtude da resolução espacial e temporal do mapeamento e a dificuldade de comunicação com alguns moradores. De forma geral, o presente trabalho encontra-se em continuidade, na tentativa de tornar os dados gerados em informações virtuais, na perspectiva da ideia de Cidade Inteligente e, vale ressaltar, que

[1] Discentes de Geografia, na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: heitorcarvalho7@gmail.com
[2] Docente de Geografia, na Universidade Federal de Viçosa.

a união entre intuições públicas e prefeituras pode ser uma solução para muitas das dificuldades encontradas em municípios de pequeno porte.

Palavras-Chaves: Cadastro Técnico Multifinalitário; Cidade Pequenas; Geotecnologias aplicado a Cidade.

Introdução

Os municípios de pequeno porte possuem uma realidade orçamentária que impossibilita o investimento em novas tecnologias que auxiliem o planejamento da gestão do território. Dessa maneira, se torna inevitável realizar empreendimentos que ampliem os rendimentos e diminuem os gastos para a gestão pública (AMORIM ET AL., 2009).

Dentro os serviços que incumbe a prefeitura de realização, destaca-se a retenção das informações de lotes e imóveis sobre seu território político-administrativo e, a recolha desses dados, é realizado e personificado com a aplicação de Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM). Esse serviço serve, entre outras coisas, como justificativa para recolha do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que uma vez atualizado, o referido órgão passa a receber mais tributos e, consequentemente, o montante arrecadado retorna para a cidade em forma de serviços para a população.

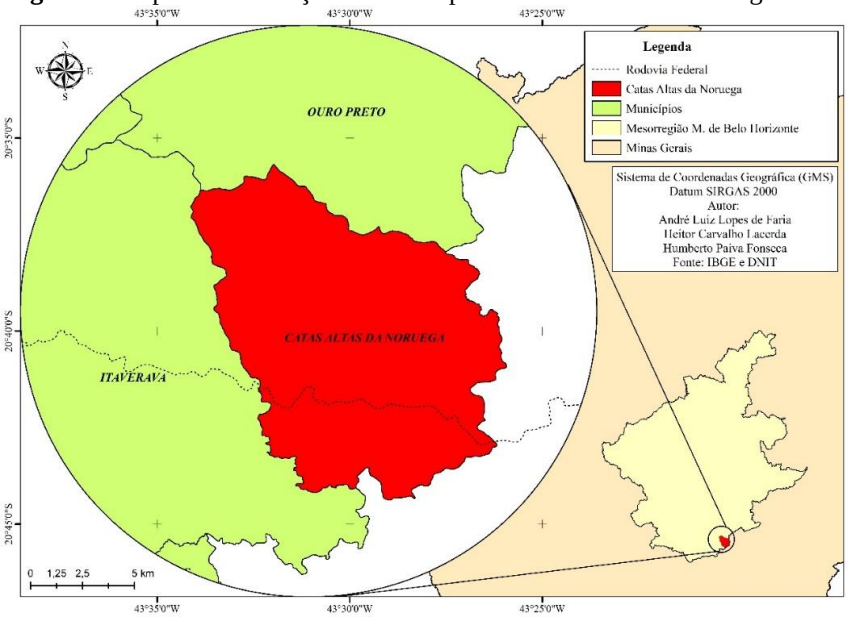
Mediante esse cenário, a prefeitura de Catas Altas da Noruega – MG, município de pequeno porte, localizando no sul da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, entrou em contato com um dos laboratórios do departamento de Geografia, da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e, a partir de acordos entre os órgãos, houve o CTM de imóveis no município, realizado por estagiários graduandos do curso e pelo coordenador docente.

Nesta perspectiva, pretende-se apresentar um relato de experiências que ocorreram na aplicação do CTM dos imóveis no município de Catas Altas da Noruega – MG, no ano de 2017. Também, além do objetivo principal anunciando, buscou-se apresentar algumas sugestões e apontamentos que se crê ajudar em outras experiências.

Parceria entre instituições públicas

O município de Catas Altas da Noruega, de porte pequeno, se localiza ao sul da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, estando aproximadamente a 140 km da capital mineira (Figura 1). A prefeitura do referido município, gestão 2016 a 2020, entrou em contato com o laboratório de Geomorfologia do Quartenário no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), solicitando um serviço de CTM no município, uma vez que o mesmo se encontrava desatualizado e os custos comparados a empresas do ramo é menor.

Figura 1. Mapa de localização do município de Catas Altas da Noruega – MG.



Atividades precedentes ao Campo

As atividades concernentes a preparação para a ida em campo se baseou em uma capacitação dos quatros estagiários(as) do curso de Geografia, no qual foi discutido e sanado dúvidas sobre a utilização dos Boletins Cadastrais de Imóveis (BCI) e técnicas a serem desenvolvidas em campo. Essa capacitação foi ministrada pelo docente coordenador do projeto, que já possui experiência nesse tipo de serviço urbano.

Foi realizado o mapeamento da zona urbana do município de Catas Altas da Noruega – MG. Com isso, foi adquirido do *software Google Earth Pro* imagens opticas da área urbana, com as bandas RGB, na qual foram georreferenciadas no programa SIG

ArcGis 10.1®. Essa imagem disponível gratuitamente pela empresa *Google* é reconhecida como uma imagem de alta qualidade, gratuita e que possibilita a identificação de elementos espaciais de dimensões em m², possibilitando a identificação dos imóveis.

Após o georreferenciamento das imagens, as mesmas foram unidas e recortadas com bordas suavizadas. Também, foram mapeados, a partir da criação de vetores, as ruas, os setores, as quadras e os imóveis da zona urbana de Catas Altas da Noruega – MG.

Terminado os pré-procedimentos, gerou-se cartas cartográficas, um do município e outras de cada setor (no total de onze), que possibilitou a organização e planejamento de ação no território urbano.

Por fim, foi organizada os demais materiais que serviram de apoio no campo, como: BCI suficientes para a coleta de dados em campo; trenas; pranchetas; pastas; canetas; alguns GPS; máquinas fotográficas; e *laptops*.

Atividades em Campo

Uma vez no município, foi realizado a apresentação geral do trabalho na prefeitura, que constou na exposição do plano de ação em campo para o prefeito e para os funcionários ligados ao projeto, além das necessidades materiais e logísticas dos estagiários(as). Também, foi realizado contato com o setor imobiliário, que auxiliou na identificação dos imóveis em momentos posteriores. Por fim, nesse primeiro dia, houve o reconhecimento de alguns pontos da cidade, onde haviam alguns problemas a serem sanados pela equipe e outras questões particulares.

No trabalho de campo foi dividido o grupo de quatro estagiários(as) em dois para cobrir o mesmo setor, mas em direções diferentes. No fim do expediente, ao chegar do campo, os estagiários atualizavam os dados prontamente no *software* ArcGis 10.1, objetivando a minimização de erros e confusões. Além disso, juntavam os BCI que já estavam prontos para o pós-campo e separam os documentos que necessitavam de uma revisita, por conta de alguns pequenos erros, lacunas ou por causa de moradores que não estavam em suas residências.

Ao final de duas semanas e alguns dias de atividade, a aplicação do BCI nos imóveis foi finalizada e os estagiários levaram os dados coletados para o tratamento em gabinete.

Procedimentos Pós-Campo

O pós-campo iniciou com a atualização das informações cartográficas e cadastrais das plantas. Também, foi organizado e digitalizado os BCI.

Sobre os dados físicos, foi relacionado os BCI antigos disponibilizados pela prefeitura, os novos BCI e as fotografias registradas dos imóveis, objetivando a entrega dos produtos a prefeitura. O mesmo processo ocorreu no ambiente virtual informatizado, com igual intuito. Por fim, os dados SIG produzidos, como as informações de arruamentos, setores, quadras e imóveis, foram arranjadas em uma pasta virtual, conjuntamente aos dados BCI.

Após os procedimentos finalizadores, foram entregues os produtos gerados a prefeitura de Catas Altas da Noruega – MG, com a apresentação e explicação das informações produzidas.

Resultados e Discussão

No ambiente SIG, através dos *softwares ArcGis 10.1* e *Google Earth Pro*, foram pré-processados de maneira pouco dificultosa, apesar do vultoso trabalho empreendido por causa da pouca experiência dos estagiários(as). As cartas cartográficas produzidas ficaram satisfatórias no ponto de vista do conteúdo e da leitura dos elementos das cartas, tanto na folha A0 que compreendia o município, quanto das folhas A3 que compreendiam cada setor.

Percebeu-se no momento de campo que a imagem do *Google* era do ano anterior a execução do estágio e, assim, encontrou-se certas dificuldades em campo para localização dos imóveis e arruamento que não constavam nesse meio tempo.

Em campo a estratégia de divisão da equipe foi positiva em parte, pois apesar de otimizar e auxiliar nas atividades em campo, as duplas não foram rearranjadas durante o serviço, impossibilitando assim, trocas de experiências efetivas na prática de campo. Destaca-se, também, que a organização dos dados informatizados e dos dados físicos foram fundamentais para não ter havido grandes problemas.

Destaca-se que em campo foi difícil encontrar alguns proprietários em seus imóveis, uma vez que as atividades em campo aconteciam no horário de trabalho habitual da população, no turno da manhã e da tarde.

Considerações finais

Percebe-se que a relação entre instituições públicas pode ser uma solução inicial para enfrentar os desafios orçamentários, uma vez que propicia o serviço que carece à prefeitura e propicia a oportunidade de experiencia para estagiários que, porventura, podem atuar nessa área futuramente.

A boa relação entre os integrantes do projeto (estagiários(as), coordenador, prefeitura e universidade) foi um ponto positivo para as atividades fluírem e para ser bem-sucedida.

Frente ao rápido avanço das Geotecnologias, muitas vezes imperceptíveis, salienta-se que nesse mês de agosto de 2018 a Google atualizou suas imagens disponíveis no *software Google Earth*, do qual permite identificar os imóveis de maneira atualizada e com mais detalhes do que as imagens utilizadas no estágio.

O estágio será retomado novamente por dois integrantes dos quatros que começaram, pois o coordenador do projeto, em parceria ao departamento de estatística da UFV, ensinará a função de disponibilizar os dados em ambiente virtual, visando a ideia de Cidade Inteligente, que busca facilitar a disseminação das informações para a população.

Alguns trabalhos nessa perspectiva de Cidade Inteligente podem ser apontados, como: Amorim et al. (2006), que apresenta a tendência das tecnologias no CTM, não na perspectiva da rapidez e dos baixos custos, mas para disponibilidades a população; Amorim et al. (20098), que apresenta um sistema de gerenciamento de informações voltada para o banco de dados cadastrais e que fica disponível na internet.

Referências Bibliográficas

AMORIM, A. S.; DE SOUZA, G. T; DALAQUA, R. R. A modernização do Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano e a Influência da Evolução Tecnológica: uma reflexão sobre o futuro e a multidisciplinaridade do cadastro. In: **Anais, CDROM, COBRAC 2006. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. 2006.

AMORIM, A. S.; DE SOUZA, G. H. B.; YAMASHITA, M. C. Cadastro técnico multifinalitário via internet: um importante instrumento de apoio ao planejamento municipal. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 60, n. 2, 2009.

COLÓQUIO

NÚCLEO DE GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

NUGEA

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS

ISSN**********

ufjf

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PPGEO
Programa de Pós-Graduação em Geografia ufjf

(DES)POLARIZAÇÃO METROPOLITANA E PRODUÇÃO TERRITORIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO AÇO[1]

Mateus Caldeira Nogueira[2]

Resumo

Este trabalho pretende explorar os motivos pelos quais a Região metropolitana Vale do Aço (RMVA) perdeu sua capacidade polarizadora enquanto região metropolitana. Primeiramente a produção urbana da região fundamentou-se na urbanização moderna fordista da monoindústria, no aglomerado urbano original (Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo), até a urbanização pós-moderna com a implantação de modelos econômicos de acumulação flexível. Já num segundo momento essa configuração territorial apresenta um caráter disperso, evidenciado pela intensa urbanização intrametropolitana, entre relações do núcleo com o colar metropolitano; permitidas agora por uma relativa integração no território. Serão considerados dois recortes de estudo do núcleo e colar com expressiva produção urbana recente, nos eixos sul e nordeste da região metropolitana. Identificando nesses recortes os tipos de polarização metropolitana e como essa dimensão qualitativa de apropriação do espaço se reflete como territorialidade. Tais relações intrametropolitanas,

[1] Trabalho de conclusão de curso para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo

[2] Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). E-mail: mateus.c.n@hotmail.com

entendidas a partir dos eixos de urbanização recentes, demostram haver uma relação sincrônica no efeito polarizador do território, não resumindo apenas na perda de seus potenciais polarizadores, mas configurando novas formas de ordenar o espaço e reproduzir o urbano.

Palavras-chave: Polarização Urbana. Planejamento Urbano. Território.

Introdução

O processo de urbanização brasileiro recente é marcado por transformações urbanas cada vez mais incertas. As transformações de ordem política e econômica se concretizam em um cenário cada vez mais marcado pelo processo de desmetropolização, desindustrialização e desassociação profunda entre a reprodução do capital e a reprodução de um vasto contingente populacional (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 1994). O processo de transição econômico das metrópoles alterou a relação dos grandes centros urbanos com cidades de porte menor. A rede de cidades pequenas com economias orientadas exclusivamente a um segmento, perderam seus laços com as metrópoles, a partir de sua desindustrialização e mudança para economia financeira proporcionada pela globalização. Essas transformações promovem dinâmicas demográficas adversas afetando diretamente a viabilidade desses núcleos urbanos.

Tais dinâmicas como o redirecionamento dos movimentos populacionais dentro do território regional, afetam padrões de convívio e sociabilidade. Essa inserção do indivíduo enquanto citadino, promovida pela urbanização provoca também alterações no mercado de trabalho, qualidade de vida, níveis de fecundidade e consequentemente envelhecimento populacional. Torna-se essencial analisar essas dinâmicas na demografia atreladas ao fenômeno de urbanização e metropolização. Já que através de uma análise qualitativa percebe-se um parâmetro de ocupação do espaço a partir da reprodução social. Indo do reforço da sua inserção e afirmação no território a sua auto segregação.

Essas transformações são parte do processo de urbanização original e recente da RMVA e seu colar metropolitano. Até a década de 1990 a urbanização regional aconteceu a partir de um processo de expansão periférico através das áreas já conturbadas, resultando

em um processo de urbanização fragmentado (COSTA, 1995). A desarticulação desses núcleos urbanos recém-formados, não compartilhou o mesmo dinamismo econômico industrial que o núcleo metropolitano. O que se sucedeu então foi uma economia rural estagnada, pautada pela produção de subsistência ou produção florestal, com poucas condições de gerar fortes inter-relações que possam reforçar o potencial polarizador da Região Metropolitana de modo a consolidá-lo como um verdadeiro polo regional (SEDRU; FJP, 2007).

O contraste econômico do Colar metropolitano reforça o caráter decentralizado e individualista no planejamento da RMVA que resultaram na perda de sua capacidade polarizadora. Nesse cenário, são necessários modelos de planejamento urbano que despontem novas metodologias de análise e reconfigurações urbanas, tornando essas cidades sustentáveis dentro de uma nova lógica global. A pesquisa parte então dessa problemática tendo como objetivo geral fundamentar uma metodologia regional de planejamento da periferia metropolitana (colar), que promova desenvolvimento em seu núcleo. E, a atingir os demais objetivos específicos: entender os eixos principais dos processos de urbanização recentes, categorizar diferentes tipos de polarização metropolitana e mensurar a viabilidade dos elementos que compõem o tecido urbano a partir de sua capacidade polarizadora com os elementos urbanos adjacentes.

Metodologia

O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em três etapas, cada uma com metodologia distinta para análise de dados. A primeira etapa consiste na contextualização histórica através de revisão bibliográfica, se estabelecendo como proxy para o entendimento dos eixos articuladores do território metropolitano do Vale do Aço e as implicações correlatas com os elementos polarizadores da sintaxe urbana. A revisão estabelece uma ordem sequencial em quatro capítulos das etapas de conformação territorial, tendo como linha condutora as implicações sociopolíticas econômicas na produção urbana regional. O primeiro capítulo, Urbanidade tardia e metropolização discorre sobre as implicações da concomitância desses processos, dentre eles a urbanização fragmentada característica da região. O segundo discorre sobre a Produção urbana na cidade

monoindustrial, entendendo como essa urbanização fragmentada e espraiada, tratada no capítulo anterior, implica numa fragmentação do tecido sociopolítico espacial. Que se torna o signo da Restruturação do capital na pós-modernidade, o terceiro capítulo. Implicando num risco ambiental latente, chegando ao estágio final abordado no último capítulo, Transição urbana e apropriação qualitativa do espaço. Utilizando assim, uma análise epistemológica materialista para fundamentar a pesquisa e revisão teórica sobre a problemática apresentada.

Na segunda etapa será utilizado o geoprocessamento de dados censitários do IBGE, considerando no censo os períodos de 1980 a 2017, em dois recortes de estudo de relações intrametropolitanas na RMVA. Um recorte no eixo sul, com estudo de caso das relações entre Timóteo, Marliéria e Jaguaraçu; e um no eixo Nordeste, ilustrado pelas relações entre Santana do Paraíso e Caratinga. Essas duas relações intrametropolitanas, representam situações suburbanização e apropriação do espaço por motivações opostas. A primeira (eixo sul) inserida num contexto de baixa integração metropolitana, apresenta migrações predominantemente de periferia-periferia motivadas por necessidade socioeconômicas e a segunda (eixo nordeste), com integração metropolitana média apresenta migrações predominantes do núcleo para a periferia. Esses contextos contrastantes, permitem conhecer melhor os eixos polarizadores intrametropolitanos, os impactos na produção espacial até o momento e previsões futuras possíveis regionais. E, na última etapa da pesquisa, com análise territorial baseada na sintaxe espacial de Bill Hillier, considerando a morfologia e estrutura urbana dos recortes de estudo mediante os índices polarizadores metropolitanos apresentados nas etapas anteriores.

Resultados e discussão

A pesquisa encontra-se no final da primeira etapa metodológica, que abrange a contextualização dos principais eixos de urbanização na RMVA, mediante revisão bibliográfica dos autores pertinentes. Inicialmente o estudo elucidou as dimensões de uma urbanidade tardia e de suas consequências no território, como ponto de partida o entendimento do urbano enquanto um processo de implosão-explosão da condição citadina (LEFEBVRE, 2004). Promovendo uma quebra de métodos historicamente herdados

reprodutores de territorialidades e recriam novas formas de reproduzir o urbano, que na gênese da região, nascem com a industrialização. Nessa urbanidade tardia simultânea a metropolização submete a estrutura choques profundos tornando ambos os processos acelerados gerando uma perda da capacidade de gestão e planejamento regional (SINGER apud CAMPOS FILHO, 1992). Seguido pelo fenômeno da "metrópole transacional" que em sequência a uma fragmentação física conjugada a uma hegemonia informacional, estabelece uma hierarquia no território pela informação.

O desenvolvimento ainda pautou a produção urbana regional pela ótica da monoindústria, expondo a transição de um território estatizado ao pós-moderno, lugar no dado organizacional do fluxo informacional das metrópoles (SANTOS, 1993). Propiciado pela relativização do tempo e simultaneidade dos lugares, provocando uma desconstrução do território a partir do desenraizamento das condições locais, salientado por Sennet (2014) e Weil (1979). Posteriormente baseando na restruturação do capital na pós-modernidade de Harvey (1992), a urbanização dispersa e fragmentada expõe agora um risco ambiental latente e contradizendo as concepções absolutas do capital moderno fordista. Risco ambiental que é promovido por uma secularização da produção da habitação pelo mercado imobiliário, dentro da urbanização extensiva de Monte-Mór (1998) a consequência direta da perda da qualidade ambiental é a tentativa de reencontrá-la a partir de novas configurações do ambiente natural, relativizando a noção do que é natural criando uma ideia de biodiversidade urbana que é cristalizada e virtual. Permitindo assim uma apropriação do espaço natural pela auto segregação da população em busca de uma exclusividade social, que subtrai os espaços de sociabilização nessas novas territorialidades observadas nas periferias da Região Metropolitana do Vale do Aço.

Considerações finais

A realização da revisão bibliográfica, nesta etapa inicial da pesquisa, permitiu identificar até o momento os principais eixos articuladores do território no Vale do Aço. A perda do controle na gestão e planejamento regional por uma urbanidade tardia que expõe um dado organizacional do fluxo informacional das metrópoles, a fragmentação do tecido sociopolítico espacial, a restruturação do capital na pós-modernidade, a mobilidade

pendular que possibilita uma apropriação qualitativa do espaço mediante à relativa integração metropolitana; são exemplos desses articuladores. No entanto, esses articuladores representam apenas fenômenos multiplicadores de transformações socioeconômicas. Dessa maneira estudos adicionais como o georreferenciamento de dados censitários e análise da sintaxe espacial dos recortes de estudo, são fundamentais para a compressão dos elementos de polarização recentes do território do Vale do Aço.

Referências

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. **Cidades Brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1992.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio-ambiente urbano**. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Vale do Aço 2020**: uma agenda de desenvolvimento integrado - perfil/diagnóstico/propostas. Belo Horizonte: 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR; Orlando Alves dos. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998. p. 169-181.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE PONTE NOVA - MG

Samarane Fonseca de Souza Barros[1]

Resumo: A pesquisa objetivou a análise da indústria sucroalcooleira enquanto agente na produção do espaço urbano de Ponte Nova, seja na estruturação de sua malha, seja na atração de equipamentos regionais. Recorreu-se a bibliografia histórica do município, considerando o auge desta indústria o início do século XIX. Esta atividade econômica levou a cidade a assumir destaque, sendo neste período, o maior centro açucareiro do estado. A criação das indústrias engendrou a construção de bairros e de equipamentos que propiciaram o desenho urbano da cidade, como a Estrada de Ferro. Ademais, observa-se na cidade, ainda, heranças desta economia, como hospitais e toponímias.

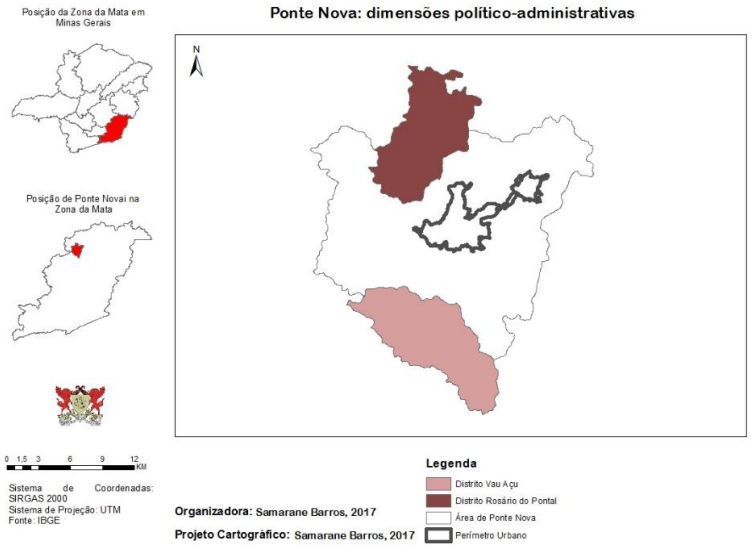
Palavras-chave: Ponte Nova; Economia Açucareira; Produção do Espaço Urbano.

Introdução e área de estudo

Ponte Nova é um município localizado na porção setentrional na Zona da Mata mineira, integrando a bacia do Rio Doce e banhada por um de seus principais cursos, o Rio Piranga. A sua atual divisão político-administrativa conta com dois distritos, além do distrito sede: Vau Açu e Rosário do Pontal (FIGURA 01). No último censo (IBGE, 2010) Ponte Nova contava com 57.390 habitantes, sendo destes 51.185 habitantes da zona urbana.

[1] Mestranda em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. E-mail: samaraneb@gmail.com

Figura 01 – Divisão Político-Administrativa de Ponte Nova



Fonte: IBGE, 2010. Organização da autora.

A partir do ano de 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atualizou a divisão regional do Brasil levando em consideração os atuais processos socioeconômicos, renovando a articulação das cidades em si, no que tange a circulação de pessoas, serviços e informações (IBGE, 2017). Na nova regionalização, o Brasil segue dividido em duas escalas, a saber: regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas – referentes a, respectivamente, as antigas mesorregiões e microrregiões. Neste novo parâmetro, Ponte Nova integra a região intermediária de Juiz de Fora e polariza uma região imediata de 19 municípios.

Atualmente, Ponte Nova destaca-se em relação a seu espaço imediato por conta do "comércio e empresas que se sobressaem em relação aos dos municípios vizinhos, geram emprego e atraem consumidores das proximidades, ainda, apresenta o hospital de referência na microrregião" (VIDAL, 2016, p. 26). As pequenas cidades que precingem Ponte Nova apresentam tendência a precariedade e escassez de serviços, hibridez entre o rural e o urbano devido aos baixos índices demográficos e relações pessoais que beiram o interconhecimento (WANDERLEY, 2001), precisando recorrer a Ponte Nova para resolver muitas de suas demandas e, desta maneira, reforçando a centralidade pontenovense.

Os laços de dependência são pretéritos, tendo em vista que grande parte dos pequenos municípios desmembraram-se de Ponte Nova (BARROS, 2017) em diferentes momentos e emendas constitucionais.

A centralidade de Ponte Nova para a Zona da Mata mineira se desenrola muito em função da economia açucareira que colocou a cidade como uma das principais economias do estado, levando, além do reconhecimento, inúmeros elementos que coadjuvaram para a produção do espaço urbano e que, ainda hoje, se manifestam na cidade. Isto posto, o objetivo maior desta pesquisa é demonstrar como a economia açucareira, enquanto agente, foi relevante para a estruturação da cidade e quais as heranças deste período ainda existem nela. A operacionalização do trabalho foi baseada no estado da arte sobre a historiografia pontenovense e temáticas relacionadas a Geografia urbana e econômica. Os resultados seguem explanados a seguir.

Doce passado

Ponte Nova desmembrou-se de Mariana em 1857, mas apenas em 1866 foi elevada à categoria de cidade. O *boom* da cultura da cana de açúcar no século XIX fez com que Ponte Nova fosse reconhecida frente aos contextos externos, visto que em determinado momento a cidade se assumiu enquanto maior centro açucareiro de Minas Gerais, conforme descrito no *site* do município.

A produção da cana-de-açúcar demandou novas técnicas para garantir o maior beneficiamento e variedade dos produtos, disseminando a produção industrial ainda que em pequenos engenhos (SILVEIRA, 2003). O alastramento e prestígio da cultura levou as fazendas a terem os seus próprios engenhos, movidos a, primeiramente, tração animal e depois por força d'água.

No ano de 1833, foi inaugurada em Ponte Nova a primeira usina a vapor de beneficiamento da cana e produção do açúcar cristal do estado de Minas Gerais: a Usina Anna Florência. A área da antiga usina é, atualmente, um bairro que recebe o mesmo nome.

A criação desta usina desenrolou a criação de outros estabelecimentos, como o Engenho Central do Piranga e a Usina Vau-Assú (CARVALHO, 1954), além de movimentar o comércio local e absorver toda a mão de obra da cidade e intermediações (BRANT, 1996). Entretanto, a questão do transporte começou a aparecer como um problema frente a crescente produção, levando a elite agrária junto ao Governo demandarem o prolongamento da Estrada de Ferro Leopoldina.

Em 1886 foi inaugurada a Estrada de Ferro, engendrando inúmeras mudanças na paisagem urbana da cidade. De acordo com Brant (1993, p. 117) "o acontecimento teve significado marcante para a economia de toda a região. E a 'maria-fumaça' trouxe rapidamente o progresso para Ponte Nova. O transporte já não era o grande empecilho para a expansão econômica do lugar". A abertura da Estrada de Ferro e a construção de sua respectiva estação foi o primeiro grande vetor de expansão urbana e criação de fixos e fluxos na cidade, como abordado adiante.

Passado e presente: heranças do período açucareiro

Ponte Nova na segunda metade do século XIX era reconhecida nacionalmente devido a economia açucareira e a instalação da ferrovia, visto que esta dava-se apenas em áreas consolidadas onde a ocupação e a produção agrícola conseguiriam cobrir os seus custos (SILVEIRA, 2003).

A ferrovia que, neste momento, dava o tom da modernidade no Brasil, também foi responsável por impulsionar o modo capitalista de produção em Ponte Nova. O centro urbano foi se consolidando ao redor da estação, estimulando o setor terciário e os investimentos em infraestrutura na cidade. A ascensão de profissionais liberais e associados ao modo de vida urbano, bem como o recolhimento de impostos, desencadeou inúmeras obras públicas no início do século XX, como a melhoria do sistema de abastecimento de água, alargamento e calçamento das ruas, serviços elétricos e telefônicos, além de construções importantes, como o Fórum Municipal, localizado ainda hoje no centro primaz da cidade.

Apesar de todo o desenvolvimento do centro da cidade com as inúmeras obras de infraestrutura, havia entraves no interior da cidade para o desenvolvimento do capital. As ruas do centro eram íngremes o que impedia a sua plena expansão. Para isto, anexou a área urbana do município a Fazenda Palmeiras para a criação de um novo bairro que "ainda hoje, é uma importante centralidade da cidade (...)" (BARROS, 2017, p. 39).

Outro grande ganho foi a abertura de estradas e ampliação da malha rodoviária no governo Cantídio Drumond que ligava a cidade a outras importantes áreas da região, afim de facilitar o transporte dos produtos agrícolas e circulação de pessoas – negociantes e

consumidores. O desenvolvimento das redes de transportes ferroviário e rodoviário, a criação de infraestrutura, como pontes, o alargamento e a melhorias das vias internas da cidade possibilitaram a fluidez do capitalismo no espaço urbano. As infraestruturas territoriais e a movimentação dos fluxos se complementam dialeticamente, como sugerido por Brenner (1998).

Além das melhorias urbanas, a economia açucareira engendrou marcas importantes na cidade que, ainda hoje, conferem centralidade a Ponte Nova frente a sua região. A mais significante seja, talvez, o Hospital Arnaldo Gavazza, fruto do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que foi reconfigurado dada a crise econômica do setor na década de 1980 e desde 1989 sobrevive com o projeto de implementação da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho. O hospital, atualmente, figura entre os 17 melhores do estado mineiro e é um polo regional de saúde.

Em meados do século XX, Ponte Nova era surpreendente, de grande contingente populacional e força econômica frente a Zona da Mata (BARBOSA, 1971). Contudo, com o declínio da atividade açucareira esta realidade mudou, sendo decrescente as taxas de crescimento populacional entre 1991 e 2000 (IBGE) e estagnação na economia.

Apesar disto, Ponte Nova – ainda hoje – atende as demandas de toda a sua hinterlândia, devido a, principalmente, a sua gama de comércio e serviços. A economia do município, atualmente, é majoritariamente fruto do setor terciário, tendência esta observada na maior parte das cidades médias brasileiras, pois estas são consideradas lugares de possibilidade e recebem investimentos em serviços especializados antes restritos às aglomerações metropolitanas (GOMES, 2007).

Considerações finais

A economia sucroalcooleira foi fundamental na estruturação do espaço urbano pontenovense, pois a partir dela chegaram investimentos, como a Estrada de Ferro Leopoldina, que delinearam a silhueta de toda área central da cidade. Além disso, essa atividade foi motor para o surgimento de outras funções, principalmente, as terciárias e relacionadas ao modo de vida urbano.

A partir da crise deste setor econômico, Ponte Nova enfrentou grande estagnação econômica e declínio populacional, porém, as heranças deixadas pelo doce passado ainda a tornam uma importante centralidade frente a Zona da Mata, atendendo as demandas, sobremaneira, as relacionadas ao setor de comércio e serviços de toda a sua área de polarização.

Referências

BARBOSA, W.A. Ponte Nova**. Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**; Belo Horizonte, Ed. SATERB LTDA, 1971, pp. 378- 380.

BARROS, S. F. S. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**: o caso do bairro Palmeiras em Ponte Nova-MG. Monografia (Bacharelado em Geografia) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017, 89p.

BRANT, A. **Ponte Nova: 1770 a 1920**: 150 anos de história. Viçosa. Folha de Viçosa. 1993.

_____ **Lavoura e Riqueza, voto e poder:** uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira. Ponte Nova. Sociedade Pró-Memória de Ponte Nova. 1996.

BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Envlroment and Planning D:** Society and Space, 1998, v. 16, PP. 459-481.

CARVALHO, J. S. **Aspectos da indústria açucareira no município de Ponte Nova**. Instituto Pontenovense de História. Ponte Nova, 1954.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista**: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. Tese 85 (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVEIRA, M. R. **A importância da geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP. 2003.

VIDAL, J.E. **O território do samba em Ponte Nova MG:** Marca da resistência de um passado escravocrata. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 74p, 2016.

WANDERLEY, M.N.B. **Urbanização e ruralidade**: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, s/p.

FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, REDES E CIDADE LOCAL – O EXEMPLO DE SIMÃO PEREIRA – MG

Talison Paulo Ferreira[1]

Introdução

Os estudos sobre cidades dentro da Geografia Urbana são direcionados, em grande parte as metrópoles e seu espaço intra-urbano e mais recentemente tem chegado aos estudos sobre as cidades médias. Essas pesquisas sobre cidades médias seguem a dinâmica da dispersão industrial das grandes metrópoles brasileiras, a urbanização provocada pela indústria cria dificuldades para o setor secundário da economia, fazendo com que ele procure novos espaços para a instalação, sempre na busca, claro, de lucros e de mão-de-obra barata.

Ao saírem das metrópoles, as indústrias promovem um novo direcionamento dos fluxos, trazendo consigo novas infraestruturas que permitem sua ligação com regiões portuárias e de matérias-primas. As ligações com a metrópole ainda se mantem, pois, a produção apenas se desloca desses espaços, no entanto os centros de decisões permanecem nas metrópoles, que se torna cada vez mais o centro do comércio e serviços com a saída da indústria.

[1] Bacharel e Mestrando do curso de Geografia na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: talisoncrf@gmail.com

Cria-se uma nova dinâmica urbana, novas cidades são criadas e antigas cidades sofrem grandes alterações com a chegada da indústria, tendo no interior delas uma grande reestruturação ocasionada pelos fatores da dispersão industrial. Nesse sentido, o foco de estudo da Geografia sai das metrópoles para esses centros receptores da atividade secundária econômica, gerando grandes transformações na rede urbana, intensificando as relações entre as cidades, formando também novos eixos polarizadores. Esse impulso, no entanto, criou condições para a interiorização do emprego e do consumo, esses novos eixos de polarização e centralidade provocaram uma maior proximidade da renda e consequentemente de novas áreas de consumo. No caso brasileiro, a rede urbana pretérita a industrialização, ligada a produção cafeeira, foram impulsionadas e readaptadas a esta nova reestruturação do espaço. Antigos centros produtores de café se tornaram o foco da chegada de industrias, readaptando a rede urbana cafeeira para a rede urbana industrial.

Esses processos trouxeram também a emergências das cidades locais na rede urbana. A industrialização provocou melhorias das redes de transporte e também uma modernização tecnológica, permitindo assim maior integração e aceleração dos fluxos por conta desta dispersão da indústria, levando consigo as suas conexões com a metrópole e com o mercado externo.

> Todavia, só recentemente as cidades locais começaram a difundir-se através do território. Deve-se procurar a causa disso na modernização tecnológica, com ou sem industrialização. O fator essencial é a deformação do perfil da procura ligada ao efeito demonstração. O Estado, ao se modernizar mais, vê-se obrigado a melhorar a rede de transportes. Também as exigências novas da população em matéria de serviços públicos, sobretudo educação e saúde, criam as condições para uma mudança da estrutura espacial dos diferentes países do Terceiro Mundo e mais particularmente da América Latina, mais precoce e mais amplamente aberta a modelos modernos de consumo. (SANTOS, 2005, p.91)

Este trabalho tem como tema central o estudo da cidade local, sendo o objeto da pesquisa a cidade de Simão Pereira – MG. Esta cidade apresenta na sua paisagem diferentes estruturas ligadas a diferentes períodos da economia brasileira e mundial. Desde edificações, fazendas e estradas ligadas ao período colonial, cafeeiro e chegando aos elementos da paisagem do período atual. Esta cidade, portanto, passou por diversas reestruturações espaciais causadas por conta da produção capitalista mundial. Atualmente Simão Pereira aparece como uma cidade extremamente dependente de cidades maiores, como Juiz de Fora. As redes de transporte atuais permitem acesso com maior rapidez a este

centro tirando boa parte da centralidade desta cidade quanto ao consumo e quanto ao emprego. Ou seja, ao mesmo tempo que a modernização de estradas e de tecnologias propiciam a criação de cidades locais, promove também a retirada da sua centralidade e funções básicas centrais como o consumo e o emprego, estando a renda dessas cidades extremamente voltada ao dinheiro público, como os repasses do fundo de participação municipal e outros repasses.

Nesse sentido o objetivo deste trabalho consiste em compreender o papel da cidade local de Simão Pereira atualmente, frente as transformações provocadas pela dispersão industrial interna no Brasil e pelos processos de acumulação flexível provocando um novo rearranjo da distribuição industrial e do consumo para além da região e do país, com processos cada vez mais mundializados de produção e consumo presentes na escala local. Essas transformações provocam toda uma retirada da centralidade desta cidade, que em períodos passados foram construídas graças a uma atuação e participação local de atividades, gerando consumo e empregos no local, inserindo esta cidade na rede urbana. Logo a construção desta cidade local e de seu sitio urbano remonta de momentos anteriores, compondo assim uma preocupação para com o desenvolvimento histórico e espacial.

O método para entender as particularidades de Simão Pereira como cidade local na totalidade, incide na interpretação da formação sócio-espacial para alcançar o objetivo, de como o objeto da pesquisa se transformou em cidade local na rede urbana brasileira. Quais suas funções atuais? Como ela se estruturou no passado? Como ela se formou? Qual foi o seu caminho para se tornar uma cidade local? Nesse sentido cabe uma interpretação para além do local, uma dialética entre o local e o global através de suas particularidades nos processos de reestruturação espacial no modo capitalista de produção. Milton Santos (1977) elabora o método de Formação sócio espacial a partir do conceito de Formação Econômica e Social (F.E.S) de Lenin, para Santos (1977) este conceito e método parece mais apropriado para auxiliar na formação de uma teoria apropriada do espaço.

> Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar de Formação Económica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se de fato de uma categoria de Formação Económica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Económica e Social (F . E . S .) , tal qual foi interpretada até hoje . SANTOS, 1977, p.82

Este método propõe analisarmos os processos de reestruturação espacial do modo capitalista de produção. Desde as particularidades da cidade local a totalidade das ações a nível global. Logo a interpretação da formação sócio-espacial a nível nacional e regional darão coerência e particularidades para se entender a totalidade das ações, envolvendo também a tipologia e transformações das redes. Decididamente é necessário entendermos o conceito de reestruturação para compreender melhor o método proposto. Segundo Soja (1993) este conceito

> ...transmite a noção e "freada", senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural. (SOJA, 1993, p.193)

Os processos de reestruturação trazidos na interpretação multiescalar causam a necessidade de uma interpretação das redes. Que reaparece como conceito devido as fortes mudanças da reestruturação do período atual, principalmente nos países subdesenvolvidos de economia dependente, pois os efeitos do mercado externo provocam rápidas alterações dos fluxos no interior da rede urbana.

> A questão das redes reapareceu de outra forma, renovada pelas grandes mudanças deste final de século, renovada pelas descobertas e avanços em outros campos disciplinares e na própria Geografia. Neste novo contexto teórico, a análise das redes implica abordagem que, no lugar de trata-la isoladamente, procura-se relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. (DIAS, 1995, p.149)

Por esse ângulo as redes ajudarão na interpretação na diferenciação entre as cidades e suas hierarquias, através da divisão do trabalho e também das suas particularidades. Como a preocupação deste trabalho consiste na interpretação de formações sócio-espaciais atuais e pretéritas o estudo das redes segue o mesmo caminho, trazendo consigo a análise de enfoque atual e enfoque genético (SANTOS, 2006).

Metodologia

Primeiramente, faz-se necessário o levantamento bibliográfico sobre a literatura acerca de estudos sobre cidades locais no Brasil e no mundo. Partindo também na busca sobre temas relacionados a geografia urbana que comtemplem o estudo sobre cidades e seus processos de transformação dentro da economia capitalista.

A cidade local será trabalhada pelo viés econômico, contemplando variáveis tais como a das alterações de consumo no decorrer dos períodos das formações sócio espaciais, da acessibilidade a centros econômicos e comerciais de maior hierarquia na rede urbana, renda, emprego e dados demográficos. Sites como o IBGE, Fundação João Pinheiro, Tesouro Nacional e bibliografia especializada foram consultados para aprimorar o enriquecimento dos dados e da discussão com a teoria e o método do trabalho.

Sobre redes, a pesquisa terá fará consulta e analise aos estudos sobre Região de Influência das Cidades (REGIC) dos anos de 1966, 1978, 1993 e 2007 apresentando assim as mudanças na rede urbana no decorrer deste tempo. No entanto, uma pesquisa historiográfica da literatura dos períodos anteriores a 1966 será de extrema relevância para a construção da formação sócio-espacial. Para fins de regionalização do objeto de estudo, a pesquisa ira abordar a regionalização proposta pelo IBGE, no estudo sobre Regiões Imediatas e Intermediárias de 2017, onde a Região Imediata de Juiz de Fora será analise no contexto de formação sócio-espacial.

Para fins de levantamentos de dados locais, a consulta a acervos históricos locais, e aplicação de questionários para a população ligadas aos fluxos realizados pelos moradores serão de grande relevância para entender a cidade e sua dinâmica local.

Resultados

A pesquisa ainda em andamento, apresenta alguns resultados, por ora parciais para a discussão com a parte teórica e metodológica. Apresentando assim dois aspectos da cidade local e suas funções atuais presentes em Simão Pereira. O primeiro deles consiste na diminuição da população da cidade desde o período cafeeiro e seu colapso, passando de 5.312 habitantes, segundo censo de 1890 para 2.537 habitantes em 2010, segundo censo do

IBGE. Em 1890 a cidade era distrito de Juiz de Fora, no entanto Simão Pereira não perdeu território com sua emancipação, mantendo o território do município atual o mesmo de quando era distrito de Juiz de Fora. Em detrimento da perda populacional, Juiz de Fora, principal cidade e centro polarizador desta região ganhou população no mesmo período, em 1890 Juiz de Fora tinha 55 mil habitantes, saltando em 2010 para 516 mil habitantes. Atraindo para si todos os investimentos em infraestrutura, comércio, industrias e serviços.

O segundo está relacionado aos efeitos de dispersão e das facilidades provocadas pela melhoria dos sistemas de transporte. Em Simão Pereira possuem diversas chácaras e sítios para os fins de semana. Para o IBGE são residências de segunda moradia e veraneio, esses locais foram criados já na década de 1990 utilizando das vantagens da duplicação da BR-040, facilitando assim as ligações com Juiz de Fora e outros centros. Isso provocou alterações na paisagem e na centralidade da cidade, pois a quantidade de casas de segunda moradia em relação aos domicílios totais representa 29,35%, sendo a maior proporção entre as cidades que são cortadas pela rodovia na Região Imediata de Juiz de Fora e de cidades do estado vizinho RJ. Isso revela que esse tipo de moradia provocado pela facilidade do acesso, retira toda a centralidade da cidade, que já não bastasse os efeitos da retirada do consumo e do emprego, o uso do solo nesta cidade está ligado a pessoas desses centros maiores, gerando assim uma ocupação anecúmena do espaço urbano.

Referências

BECKER, Bertha; Agler, Cláudio (1992). **Brasil: Uma nova potencia regional na economia-mundo**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro

CANO, W. (1985). **Padroes Diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930**). *Revista de Estudos Economicos*, 291-306

ENDLICH, Ângela Maria (2006) **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do**
Noroeste do Paraná. Presidente Prudente

ESTEVES, Albino. (1915) **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Região de Influência das Cidades de 2007**. Rio de Janeiro, 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro, 2017

LEFEBRVE, H. (2008). **A revolução urbana**. *Tradução de Sérgio Martins* 3º Impressão. Editora UFMG

SANTOS, M. (1996). **A natureza do Espaço: Técnica, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC.

_____ (2010). **A Urbanização Desigual**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ (2005). **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

_____ (1977). **Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e método**. In. Boletim Paulista de Geografia p.81-99. São Paulo.

SOJA, Edward W. (1993) **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**; tradução [da 2º ed. Inglesa]. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar.

REGIÃO OESTE DE JUIZ DE FORA
A CIDADE COMO REFLEXO DA DESIGUALDADE DA SOCIEDADE

Helena Gouvêa Rocha Alves[1]

Resumo

Compreendemos as cidades como conjunto em desenvolvimento, no entanto o mesmo não ocorre de maneira uniforme. A desigualdade social é algo evidente nas cidades brasileiras, nas quais os investimentos em urbanização ocorrem majoritariamente nos centros, enquanto as periferias mantêm-se carentes de infraestrutura urbana e espaços públicos de qualidade.

No caso de Juiz de Fora, as diferenças urbanas e sociais se intensificaram à medida em que a cidade expandiu seu território e população. O crescimento desordenado resultou em áreas subnormais, carentes em infraestrutura urbana básica onde a população residente, em sua maioria, é socialmente vulnerável.

Na Região Oeste de Juiz de Fora, encontra-se a parcela da população com maior renda média per capta, em sua maioria residindo em condomínios fechados que se auto segregam do restante da cidade. Contraposta a essa realidade a AEIS Alto Jardim Casablanca ocupa, na mesma região, uma área sem infraestrutura urbana e socialmente excluída.

[1] Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestranda em Ambiente Construído pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: helena.gouvea@arquitetura.ufjf.br

Objetivos e metodologia

O presente estudo apresenta como objetivo o diagnóstico do perfil social dos habitantes de Juiz de Fora, contrapostos à situação urbana e ao valor atribuído às diferentes regiões do município, tendo como base os dados fornecidos no último Censo do IBGE, pesquisas realizadas pela CPS/UFJF (Centro de Pesquisas Sociais da UFJF), o IPTU municipal (Imposto Predial e Territorial Urbano) e os investimentos públicos realizados nesses espaços.

Juiz de Fora e a produção do espaço urbano no município

Juiz de Fora é uma cidade brasileira localizada no Estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata e é dividido em oito Regiões Administrativas (RA). O espaço urbano de acordo com os estudos de Henri Lefèbvre (2008) pode ser caracterizado como produtor e produto social, onde ele é condicionante e reflexo tanto das ações realizadas no presente, como também das que aconteceram no passado e deixaram suas marcas na forma atual dessas áreas. O produto ao qual Lefèbvre se refere abordaem sentido amplo, dessa forma entendemos que a produção do espaço urbano está relacionada à produção das relações de produção, ou seja, trata-se de entender como é produzido e não apenas analisar o produto final, as relações que envolvem esse processo é o que nos interessa nesse estudo.

Milton Santos (2008, p. 63) partilha do mesmo pensamento que Lefèbvre sobre o espaço urbano e o define em seus estudos como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Comungando desses pensamentos, podemos então afirmar que da mesma forma como o espaço interfere no modo de produção ocorre um movimento inverso, onde as mudanças em determinadas sociedades ocasionam também mudanças na conformação urbana.

No atual cenário das cidades brasileiras, como o caso de Juiz de Fora, analisaremos a cidade industrial, a produção desse espaço e os problemas decorrentes desse processo. "A indústria surgiu efetivamente como a "não-cidade" e a "anticidade". [...]. Ela as fez crescer

desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão)" (LEFÈBVRE, 2008, p.83)

Corrêa (2000) destaca como característica própria do espaço urbano capitalista a desigualdade, visto que sua produção não se dá de maneira neutra, tendo como agentes produtores do espaço urbano os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. Podemos ainda considerar como agentes produtores do espaço os grupos sociais excluídos, que por sua vez habitam as "sobras" do espaço produzido pelos agentes anteriormente descritos, ocupando áreas desvalorizados e carentes de infraestrutura urbana, formando a "cidade ilegal". Por essa visão destacamos a importância das ações do Estado nesse processo produtivo, pois é dele o dever de gerir sobre a distribuição e gestão dos equipamentos públicos, além de ser o principal produtor do espaço urbano.

Neste cenário, as classes mais pobres entram em disputas por pedaços de terra esquecidos ou por algum motivo desvalorizados. Mediador destas dinâmicas, o Estado tem o papel central de determinar quais locais receberão investimentos e por consequência serão valorizados. O que ocorre, no entanto é a concentração dos investimentos públicos em áreas centrais e nobres, onde aqueles que habitam essas áreas se beneficiam destas ações para a valorização da terra, que é paga na verdade pelo coletivo.

Dentro da cidade é clara a diferenciação desses espaços desigualmente fragmentados, que distinguem as áreas de "segregação voluntária", os condomínios fechados, das áreas "induzidas", as periferias e favelas. Essa segregação se caracteriza pela ação e reação, descrita por Villaça (2006, p.148) "a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros". Desta maneira, as cidades se tornaram espaços dúbios, onde há a produção de diferentes espaços para as diferentes classes nele presentes. Essa diferenciação que define quem habita onde, nega a urbanidade. De acordo com Lefèbvre (2001, p. 22) "a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos "padrões" que coexistem na Cidade".

No ano de 2012, a prefeitura de Juiz de Fora realizou um levantamento em conjunto com a Secretaria de Assistência Social para elaboração de um mapa localizando as famílias com maior grau de vulnerabilidade social no município e a relação dessas com as AEIS. O

que podemos notar a partir desses estudos é a existência de um mapeamento das áreas socialmente carentes do município, porém a prefeitura municipal não atua efetivamente na resolução dessa problemática e enquanto esse fenômeno não é erradicado novas AEIS surgem, o déficit habitacional aumenta e cada vez mais famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Em 2007, quando o PMH foi elaborado, o déficit habitacional no município diagnosticou a necessidade de se construir 8.556 imóveis e reformar 6.228. Esses números quantificam a parcela da população que atualmente reside em habitações inadequadas. Foi descrita no PMH a necessidade de solucionar o déficit habitacional problema diagnosticado especialmente nas áreas onde existe também subnormalidade na ocupação. O levantamento realizado nas AEIS dá enfoque sobre os locais onde esse problema se concentra.

Tabela 1 - Número de domicílios nas AEIS conforme situação fundiária e tipologia da área de localização

TIPO DA AEIS	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA				
	Não regularizado	Em regularização	Regularizado	Parte regularizada	Remoção
1	568	34	878	670	
2	2026	303	1215	486	
3	4405	469	643	714	**333**
TOTAL	**6999**	**806**	**2736**	**1870**	**333**

Fonte: CPS/UFJF, 2006

Juiz de Fora possui 16 Unidades Territoriais (UTs), os dados fornecidos pelo censo estão agrupados por UT e também divididos em bairros. O Plano Diretor do município (2008) estabelece a existência de 111 bairros, no entanto o Censo do IBGE de 2010 analisou 80 bairros do município. O primeiro conjunto de dados analisado informa a renda per capita dos moradores do município em salários mínimos (SM) por Unidade Territorial (UT). Através da análise comparativa desses dados, podemos diagnosticar que a UTs 01 e 03 agrupam uma população com renda mais elevada que as demais. Os dados apontam também as unidades onde se concentram a população mais carente. Nas UTs 05, 07, 08, 09, 11 e 14 a população com renda per capita superior a 3 SM é inferior 5% dos habitantes dessas áreas.

O segundo índice analisado foi a situação dos domicílios nas UTs de Juiz de Fora pela forma de abastecimento de água e o destino dado ao lixo. De maneira geral o abastecimento de água na cidade é bastante satisfatório.

Após a análise dos dados coletados podemos afirmar que as UTs 01 e 03 apresentam de maneira geral os melhores índices analisados: renda, abastecimento de água, coleta de lixo, existência de energia elétrica e alfabetização. Enquanto as UTs 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 e 14 apresentam os piores índices. Baseado nessa análise é possível imaginar que nas UTs 01 e 03 problemas sociais e de infraestrutura urbana não existam ou não sejam tão contrastantes quanto nas demais UTs. Porém quando se trata do espaço urbano a realidade pode ser bastante contraditória, revelando que nas mesmas UTs onde está a população mais rica do município também reside também uma população carente.

A Região Oeste de Juiz de Fora

A região escolhida para estudo nesse trabalho foi a Região Oeste, inserida nas UTs 02 e 03. De acordo com o Prefeitura de Juiz de Fora, atualmente a Região Oeste é composta por oito Regiões Urbanas que agrupam quarenta e um bairros e/ou loteamentos.

Atualmente a região, também conhecida como “Cidade Alta”, abriga inúmeros condomínios de luxo, com padrão de classe média alta, a maior parte deles localizados nas RU´s Morro do Imperador e São Pedro. Contrapostos a esses condomínios também nessa área existem assentamentos irregulares e áreas de especial interesse social. Se analisarmos a renda per capita dos moradores dessas RU´s é ainda mais clara a disparidade social existente nesse espaço.

Figura 2 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Mesorregiões, microrregiões, municipios, distritos, subdistritos e bairros	Total (1)	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Não Informado
Aeroporto	656	16	39	133	155	83	88	138	3
Borboleta	2 052	73	227	629	603	198	154	134	34
Cruzeiro de Santo Antônio	298	8	24	71	35	23	36	97	4
Martelos	1 842	81	309	553	518	139	101	113	28
Morro do Imperador	427	3	12	21	26	36	76	248	5
Nova Califórnia	71	2	8	16	21	4	8	11	1
Novo Horizonte	645	22	68	168	118	52	103	101	13
São Pedro	4 832	121	547	1 544	1 437	472	342	301	65

Concentração de pessoas por rendimento mensal domiciliar per capita (salário mínimo)

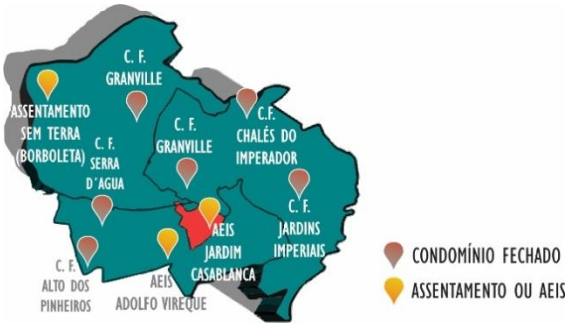
Menor concentração de pessoas — Maior concentração de pessoas

Fonte: Censo IBGE 2010. Adaptado por: Helena Gouvêa. Data: 20 de Julho de 2016.

De acordo com o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano) de Juiz de Fora (2000), em 1991 a Região Oeste apresentava renda média dos chefes de família de 2,9 salários mínimos, com “fortes disparidades entre os mais de 10 salários mínimos do Morro do Imperador, até os menos de 2 salários mínimos no Bairro de Nossa Senhora de Fátima”. Tais disparidades diagnosticam o caráter desigual da Região, onde na mesma estão inseridas áreas de renda elevada e áreas de ocupação subnormal, a maior parte delas localizadas na RU Martelos: onde estão localizadas as AEIS Alto Jardim Casablanca, Jardim de Fátima e Adolfo Vireque.

A partir da análise dos dados apresentados diagnosticamos a desigual distribuição e condição do espaço urbano, presente em toda a cidade, destacada nesse trabalho pela Região Oeste. A desigualdade social nessa RU fica ainda mais clara quando comparamos o perfil social dos moradores dos bairros Martelos e Morro do Imperador, o parcelamento do solo dessas áreas e principalmente o padrão construtivo dessas edificações.

Figura 4 - Relação entre os Condomínios Fechados e as AEIS e Assentamentos nos bairros: Martelos, Morro do Imperador e Borboleta



Fonte: IBGE 2010. Desenho cartográfico: Juliana Moreira. Adaptado por: Helena Gouvêa. Data: 09 de Julho de 2016

Conclusão

Através desse estudo percebemos a necessidade evidenciar as áreas carentes de nosso município, áreas essas esquecidas pelo poder público e marginalizada pela sociedade. Acreditamos que projetos e políticas urbanas para esses espaços são capazes de transformar

de forma física e social a realidade desses habitantes, conferindo a essas melhores condições de vida.

Atualmente muitas propostas se baseiam na construção de novos espaços, diferente desse pensamento esse trabalho busca a requalificação de áreas já existentes, os dados coletados e analisados nesse trabalho evidenciaram a região Oeste do município como uma área privilegiada, provida de urbanização de qualidade onde reside as camadas mais ricas da população. No entanto, em meio aos luxuosos condomínios reside uma população carente, onde a urbanização é falha e serviços precários.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 2000.

JUIZ DE FORA (MG), Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Proposta de Plano Municipal de Habitação: Componente A3 do PEMAS*. Juiz de Fora: Centro de Pesquisas Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

JUIZ DE FORA (MG), Prefeitura Municipal. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

LAWAL, Janaina. *Espacialização da habitação de baixa renda em Juiz de Fora: habitação popular e 'submoradia' no Centros Regionais Norte e Oeste*. Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. A Re-produção das relações de *produção*. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto, Edições Escorpião, 1973.10 - 75p.

TANAGINO, Karina. *Planejamento urbano e segregação sócio-espacial na cidade capitalista*. Rio Grande, 2013.VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

LOTEAMENTOS FECHADOS E EXPANSÃO URBANA: ESTUDO A PARTIR DO EIXO OESTE/SUL DO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG

Caio César Fonseca Martins[1]
Thiago Alves de Oliveira[2]

Espaço e formas urbanas

Nas décadas de 1940 e 1950, houve no Brasil um desenvolvimento de vários setores industriais que repercutiram em mudanças tecnológicas, aumento da capacidade produtiva; concentração em favor das grandes empresas; divisão da produção entre os capitais privados e o capital estatal; criação de ferrovias; geração de empregos; enfim, houveram grandes mudanças no modo de vida, passando de um modo agrário, para um modo urbano (PIQUET, 1998).

O espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos, no qual, tais usos definem áreas como o centro da cidade, áreas comerciais, de serviços, zonas industriais e residenciais, diferentes na sua forma e conteúdo. Este conjunto de usos da terra forma o espaço urbano. Este espaço é fragmentado e articulado, formando um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 1989).

E para pensar a cidade é necessário indagar sobre os agentes sociais que produzem o

[1] Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. E-mail: caiomtb93@hotmail.com
[2] Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: thiagooliveirageo2014@yahoo.com.br

espaço urbano. Proprietários imobiliários; fundiários; donos dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; o Estado e; os grupos sociais excluídos são os principais atores que produzem o espaço urbano (CORRÊA, 1989). Nesse trabalho, tem como objetivo, analisar o caso dos loteamentos fechados no eixo Oeste/ Sul de Juiz de Fora- MG, cuja atuação dos proprietários fundiários e imobiliários é notória.

A urbanização de *status*, que segundo Corrêa (1989) é ligada à classe dominante, faz com que alguns locais recebam uma infraestrutura adequada e sendo assim não são considerados como áreas periféricas. Os loteamentos fechados oferecem uma alternativa de moradia com um forte aparato de segurança (câmeras, cercas elétricas, alarmes) no qual os moradores ficam enclausurados dentro desses muros e cercas. Essas barreiras são símbolos de uma lógica baseada na separação e apartação (JORDÃO, 2014).

A legislação sobre os "loteamentos fechados"

O termo "condomínio fechado" não existe na legislação federal. A lei federal nº 6.766 aprovada em 1979 aborda sobre o loteamento, de um modo geral. A lei aborda e estabelece diretrizes para a implementação de loteamentos, desmembramentos, elaboração e aprovação desses projetos, direciona contratos de compra e venda de lotes, registro imobiliário e abrange campos como direito urbanístico, administrativo, civil, penal, proteção ao consumidor e ao meio ambiente.

Na década de 1970, muitos loteadores e associações de moradores passaram a construir muros, de modo a impedir o acesso da população em geral, aos equipamentos do chamado condomínio. Algumas cidades, como Campinas e Ribeirão Preto, fizeram legislações específicas para esse tema (JORDÃO, 2014). Com isso, os incorporadores imobiliários precisam realizar todas as obras de infraestrutura nos loteamentos, e não corre o risco de construírem muros em locais públicos.

Do ponto de vista da legislação urbana (Lei de ordenamento do uso e a ocupação do Solo: 06910-1986/ Lei de parcelamento do solo urbano:06908-1986), a prefeitura de Juiz de Fora estabelece que a abertura de novos loteamentos demandará uma análise do projeto por parte do legislativo, que poderá aprovar ou não. Além disso, deve-se respeitar as dimensões estabelecidas para os desmembramentos e/ou loteamentos de acordo com a

unidade territorial, a qual o empreendimento se insere.

Em loteamentos de uso urbano, conforme a lei 06908- 1986, o loteador a partir da aprovação do projeto, deverá realizar algumas obras para a regularização do empreendimento. Dentre estas obras, estão: abertura de vias de circulação, demarcação de lotes e quadras, obras de escoamento de águas pluviais, construção de rede de esgoto sanitário, abastecimento de água e de energia elétrica, tratamento paisagístico e arborização das ruas. Além disso, esta lei dispõe que 35% da gleba loteada seja destinada a uso público.

Para casos específicos de loteamentos próximos à BR-040 ficaram estabelecidas algumas normas a partir da lei 12.352-2011, dentre elas, para os loteamentos, devem-se obedecer às dimensões previstas para aquela unidade territorial; construção de uma via paralela à rodovia, uma vez que não é permitida a construção de lotes com testada direta para a rodovia, obedecendo assim um distanciamento de, no mínimo, 15 metros entre a rodovia e as edificações do loteamento.

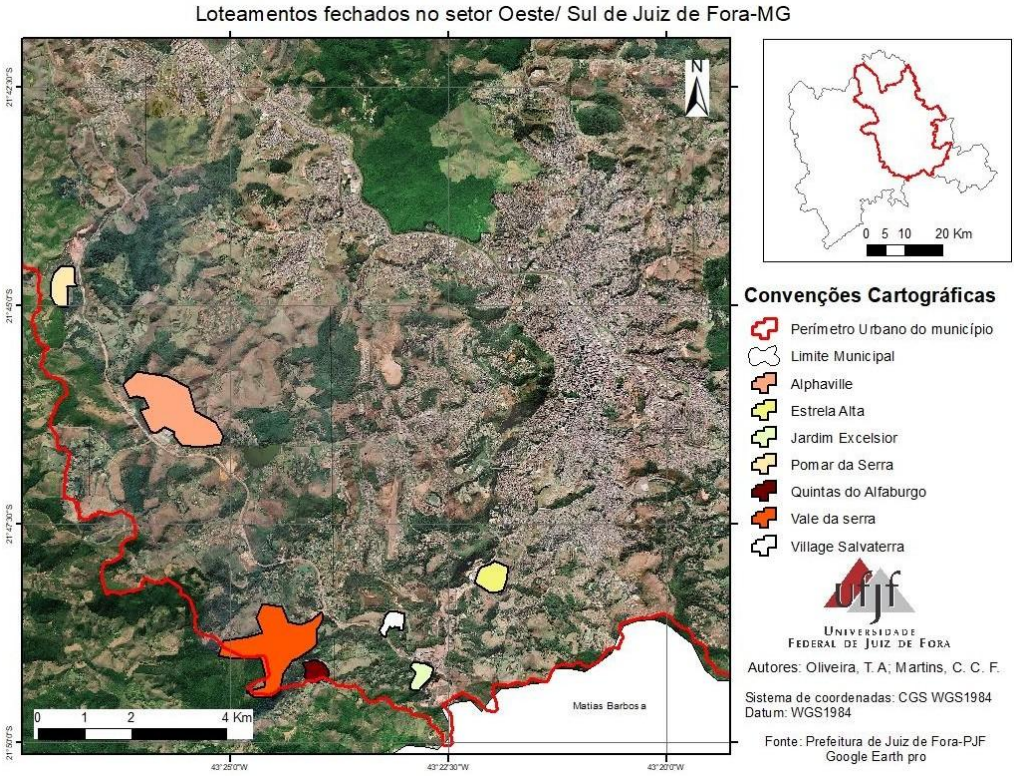
> A chegada do Alphaville ao município de Juiz de Fora caracteriza uma clara ocupação na zona periurbana que provocou grandes modificações. A derrubada da vegetação, as obras de terraplanagem, arruamento e asfaltamento, o fluxo de veículos, o preço da terra que anteriormente era negociado em hectares passou a ser feito em metros quadrados, os bens e serviços trazidos para as novas áreas ocupadas elevaram o valor imobiliário e pode significar a expulsão dos antigos moradores (Mazzoni, 2012, p. 12).

O loteamento “Estrela Alta” tem como *marketing* a ideia de estar junto à natureza, com áreas verdes, espaços para caminhada e atividades ao ar livre. Segundo uma matéria publicada em um jornal[3], os arquitetos traduziram bem o conceito *Carpe Diem*, inspirado na beleza das paisagens cariocas e no estilo de vida californiano”. O empreendimento Jardim Excelsior, semelhantemente aos outros traz um *marketing* voltado para as belezas naturais. No seu *website* lê-se: estrategicamente localizado junto ao Trevo do Salvaterra, com uma vista deslumbrante para o mar de morros das Minas Gerais, o Jardim Excelsior é diferente de tudo que você já viu em condomínios próximos à natureza. A empresa DMG Ltda é a idealizadora do loteamento fechado Vale da Serra, também oferecendo uma excelente qualidade de vida aos moradores, devido ao local ser próximo à áreas verdes. Os

[3] Reportagem do Jornal Tribuna de Minas, disponível em: ttps://tribunademinas.com.br/especiais/publieditoria/11-08-2018/estrela-alta-um-novo-conceito-de- bem-viver-em-juiz-de-fora.html, acesso em 15/08/2018.

loteamentos Village Salvaterra e Quintas do Alfaburgo não possuem campanhas publicitárias, apenas os lotes são vendidos de vendedor para comprador.

Mapa 01



Considerações finais

Esse aumento dos loteamentos fechados deixa claro que pelo medo da violência, devido ao estresse no centro das cidades, trânsito caótico as pessoas buscam morar nesses locais mais afastados da zona urbana, e sendo locais murados, com acesso restrito. Isso é visto como sendo negativo para as cidades, pois o uso do espaço público é primordial para a população urbana. O aumento das distâncias, dos deslocamentos pendulares, o sucateamento da frota de transporte público coletivo, o desenvolvimento de cidades dispersas com baixa taxa de densidade, no qual encarece a infraestrutura e não favorece a mistura de usos, a diversidade social, impacta diretamente no meio ambiente, além de favorecer o aumento da segregação e da violência (JORDÃO, 2014).

Referências bibliográficas

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

JORDÃO, L. C. S. **[Sub] urbanização: a expansão urbana de São Carlos por meio dos condomínios**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

JUIZ DE FORA, **Lei 6910-1986**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do município de Juiz de Fora-MG, **Prefeitura de Juiz de Fora**, 1986.

JUIZ DE FORA, **Lei 6908-1986**. Dispõe sobre o parcelamento do Solo em Juiz de Fora-MG, **Prefeitura de Juiz de Fora,** 1986.

JUIZ DE FORA, **Lei 12.352-2011**. Dispõe sobre a criação de área especial que compreende os lotes com testada para a BR-040**, Prefeitura de Juiz de Fora**, 1986.

MAZZONI, R. C. O condomínio clube e o apelo ao lazer: o caso do Alphaville Juiz de Fora/MG. Monografia (Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

PIQUET, R. A indústria e a cidade brasileira do início do século. In: PIQUET, R. **Cidade-empresa:** presença na paisagem urbana brasileira. Jorge Zahar Editor, 1998.

UMA DISCUSSÃO INICIAL SOBRE O MERCADO IMOBILIÁRIO DE JUIZ DE FORA

Ivan Perlatto[1]

Resumo

O artigo tem a pretensão de relatar como se porta o mercado de imóveis em Juiz de Fora em toda sua abrangência, ainda que de forma embrionária. Busca-se qual o papel da elite local na construção civil e nas transações imobiliárias, e se há presença de capital externo no mercado de imóveis atuando no espaço geográfico de Juiz de Fora.

Palavras-chave: mercado imobiliário; elite local; Juiz de Fora.

Introdução

A casa própria é um grande desejo do brasileiro.O sonho do imóvel é motivo de grande apelo de políticas públicas dos mais variados governos, mas nem sempre foi assim no Brasil. Conforme Fix (2011), a propriedade privada ganha notoriedade após a Lei de Terras em 1850, mas o acesso à posse de terras era difícil devido aos valores impostos.

É deste período que terá início os primeiros loteamentos, que, aos poucos, impulsionados pela industrialização e urbanização, especialmente na cidade de São Paulo e na capital Federal Rio de Janeiro, vão caracterizando a comercialização de imóveis.

[1] Graduando em Geografia e Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: ivanperlatto@hotmail.com

O mercado imobiliário demora a se desenvolver no Brasil. Inicialmente a propriedade privada era destinada a uma pequena parcela da população. Existia sim um mercado de rentabilidade através do aluguel muito grande. Vilas eram construídas com este intuito por particulares, mas também por industriais.

As vilas industriais eram uma forma de o trabalhador ficar mais próximo e dependente do empregador, uma vez que, de forma geral, era cobrado um valor de aluguel por essa moradia. Segundo Barbosa (2017), em Juiz de Fora não foi diferente, uma vez que as empresas mais capitalizadas possuíam suas próprias vilas.

A questão de moradia demora a ser enxergada como problema público, e só no governo Getúlio Vargas, conforme informa Fix (2011), através das IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), é que se desenvolve uma política pública de moradia.

As IAPs eram pouco abrangentes, o aluguel ainda era predominante na forma de morar. A saída muitas vezes, como ainda hoje é, foi autoconstrução (FERRO, 2006), especialmente nas periferias. As políticas públicas surtem pouco efeito. Uma reviravolta nesse sentido,ainda que não tenha solucionado o problema, foi o lançamento do Banco Nacional de Habitação (extinto em meados dos anos 1980) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos.

Mas é no governo Lula e também no governo Dilma, que surge e se tem a consolidação do programa MCMV (Minha Casa Minha Vida). De grande dimensão, só vem consolidar ainda mais a relação estreita do poder público com o grande capital. Assim como o BNH, era uma aliança com elite local, e a esperança, de fato concretizada por muitos, da casa própria.

O MCMV não atende a grande parte da população carente. O Brasil segue sem um plano de moradia social de fato, mas incentiva a moradia social de mercado como nos revela Shimbo (2011). A verdade é que nos últimos anos o mercado imobiliário teve um fortalecimento que só foi contido após a crise enfrentada pelo país. O seguimento dito “popular” foi atendido pelo MCMV, mas taxas de juros mais baixas, e crédito mais fácil de bancos públicos e privados, impulsionados pelo *Milagrinho* brasileiro, como explica Carvalho (2018), impulsionaram o segmento da construção civil.

Panorama geral

Nos anos recentes a construção civil teve um importante crescimento e contribuiu para o crescimento econômico do país. A cadeia que a mesma estimula e também faz parte é de grande relevância. Se no passado o aluguel era o destino de muitos projetos de construção civil, as construtoras eram, em sua maioria, propriedades de familiares e os governos não promoviam políticas de estímulo ao segmento, o panorama atual é diferente.

Como já foi apontado acima, houve políticas públicas que afetaram o mercado imobiliário. Tradicionais construtoras dos grandes centros abriram capital na bolsa, gerando disponibilidade capital, "obrigando" a busca de novos mercados, ou seja, rumando muitas vezes para o interior, como informa Fix (2011).

A participação na bolsa de valores por parte das construtoras possibilitou um novo aporte financeiro às mesmas, consequentemente, um maior número de unidades construídas, reserva de mercado através da aquisição de terrenos e busca de novas cidades para investir. Após o MCMV este impulso foi ainda maior como explica Shimbo (2011). Vale mencionar as desonerações tributárias, que segundo Carvalho (2018), em determinado momento do Governo Dilma também beneficiaram o setor da construção civil.

É interessante pensar que como não existe política pública de habitação social, não de forma abrangente, a autoconstrução segue sendo uma possibilidade de casa própria. Como no passado, prevalecendo nas periferias, e sua realização ocorre em etapas.

Panorama local

O cenário do mercado imobiliário e da construção civil em Juiz de Fora, de forma geral, não difere do contexto histórico nacional. Há um período de vilas como aponta Barbosa (2017), e posteriormente, o processo de verticalização da cidade. Desta forma, Cardoso (2015) narra o caminho da verticalização de Juiz de Fora, que inicia-se com Edifício Ciampi, um projeto familiar. Posteriormente, é um projeto de 1945 o primeiro caso de incorporação em Juiz de Fora, que acaba sendo o precursor do mercado de compra e vendas de apartamento na cidade, segundo a autora.

Assim como na história nacional, a elite local domina o setor de construção civil há muitos anos e, fora o período recente, provavelmente a única grande construtora nacional a investir em Juiz de Fora, foi a extinta Encol.

As construtoras locais são muitas, e algumas possuem bastante representatividade no território local. Atendem aos mais variados perfis de consumidores e, de forma geral, atuam em regiões especificas, não costumando investir em toda cidade. Entretanto, as mais tradicionais seguem investindo na região Sul e Central.

Em sua maioria, as construtoras também assumem papel de incorporadoras, possuem sistema de financiamento próprio, e apenas as maiores costumam optar lançar empreendimentos em exclusividade com alguma imobiliária.

As construtoras não locais, seguindo tendência apontada por Fix (2011), chegam a Juiz de Fora na busca de um novo mercado para concretizar sua expansão após abertura de capital. Quantitativamente, comparando com o número de empresas locais são poucas, e salvo a MRV, após a crise iniciada e demonstrada por Carvalho (2018) em 2015, optaram por não construir em Juiz de Fora.

A nova tendência nacional de abertura de capital na bolsa de valores, prática cada vez mais comum nos grandes centros, ainda é fato raro na cidade, mas não inédito. Segundo Fix (2011), as empresas construtoras de pequeno e médio porte são bem interessantes no processo de abertura de capital, e esse perfil de empresa é comum em cidades médias. No caso de Juiz de Fora a primeira a abrir capital e ainda única, é a Interconstrutora.

A Interconstrutora merece uma menção, pois é relativamente recente. Segundo o portal eletrônico da construtora, foi fundada em 2008 em Juiz de Fora construindo casas em condomínios residenciais, para em 2011 optar pelo segmento MCMV. Cresceu rápido, atua em diversas cidades de MG e também no estado de São Paulo. Seus projetos atendem o MCMV, e em Juiz de Fora atua em diversas regiões.

Quando o assunto é relacionado as intermediárias, ou seja, as imobiliárias, o mercado juizforano também é dominado por empresas de Juiz de Fora, algumas atuando há bastante tempo e com mais de uma unidade. Imobiliárias não locais não são presentes, exceto a Remax, mas mesmo assim na forma de franquia. Uma rápida consulta ao Creci-MG, informa que há 143 imobiliárias com registro ativo em Juiz de Fora, um número bem representativo.

Construtoras e imobiliárias locais já trabalham com conceitos implementados em grandes centros. Assim apartamentos térreos e com área externa passam a ser anunciados como *Garden,* conjugados dão lugar aos projetos denominados de *Studio, Condomínios Clube* assumem a figura do lazer em prédios residenciais e por fim os empreendimentos *Mistos* (prédios comerciais e residências no mesmo projeto) começam a marcar presença no espaço de Juiz de Fora.

Até o fechamento deste artigo, é notório o número de lançamentos, especialmente os destinados ao programa MCMV e também ao de loteamentos murados. Os eixos Sul e Oeste recebem constantes investimentos de seguimento MCMV, especialmente das construtoras MRV e Interconstrutora, assim como loteamentos murados de alto padrão.

Conclusão

Após essa breve e inicial pesquisa, podemos observar que o mercado de imóveis em Juiz de Fora, através da figura das construtoras/incorporadoras e imobiliárias, segue sendo predominantemente local, especialmente pós-crise vivida pelo Brasil.

A tendência de abertura de capital, ao menos até a conclusão deste artigo, era restrita a Interconstrutora, o restante das empresas locais de construção civil, aparentemente seguem sem grandes alterações estruturais.

Por fim, o que parece se consolidar, ainda que de forma tímida, são os conceitos de produtos mercadológicos presentes nos grandes centros a ocupar os lançamentos na cidade de Juiz de Fora.

Referências

BARBOSA, Y.A. **Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora:** O Processo urbano do Caminho Novo ao início do século xx. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CARDOSO, C. F. **100 anos de verticalização em Juiz de Fora**: edifícios de apartamentos na avenida Barão do Rio Branco. Tese (Mestrado em Ambiente Construído)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

CARVALHO, L. **Valsa Brasileira:** do boom ao caos econômico. São Paulo: Editora todavia, 2018.

CRECI. Disponível <http://www.crecimg.gov.br/Pesquisa_de_Imobiliarias_e_Corretores/Tipo-J/Cidade-JUIZ%20DE%20FORA/> acesso em 04 de Agosto de 2018.

Portal eletrônico Interconstrutura. Disponível em <http://ri.interconstrutora.net.br/a%20inter/historico.php> acesso em 06 de Agosto de 2018.

Portal eletrônico do empreendimento Pedras altas. Disponível em<https://condominio-pedras-altas.negocio.site/> acesso em 06 de Agosto de 2018

Portal eletrônico do empreendimento Estrela Alta. Disponível em <https://estrelaaltajf.com.br/?utm_source=google&utm_medium=rededepesquisa&utm_campaign=estrelaalta&utm_term=institucional&gclid=EAIaIQobChMI-f6G5tXY3AIVjZ6fCh31WwIhEAAYASAAEgKgnvD_BwE> acesso em 06 de Agosto de 2018.

Portal eletrônico do empreendimento Jardim Excelsior. Disponível em<http://excelsiorsalvaterra.com/> acesso em 06 de Agosto de 2018.

Portal eletrônico da construtora MRV. Disponível em<http://www.mrv.com.br/imoveis/minasgerais/juizdefora> acesso em 06 de Agosto de 2018.

Página na rede social do empreendimento Spazio Bom Pastor. Disponível em<https://pt-br.facebook.com/spaziobompastor/> acesso em 06 de Agosto de 2018.

Portal eletrônico do empreendimento Villagio da Serra II. iDisponível em<https://villagiodaserra2.com.br/> acesso em 06 de Agosto de 2018.

FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2006.

FIX, M. A. B. **Financeirização e Transformações Recentes no Circuito Imobiliário do Brasil.** Tese (Doutorado em Economia)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

PADUA, R. F. Produção Estratégica do Espaço e os “novos Produtos Imobiliários”. In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I, P. **A Cidade como Negócio**: São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 145-164.

SHIMBO, L. Z. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, J. G; COSTA, H. S. M. **Estado e Capital Imobiliário**: Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 41-62.

QUALIDADE AMBIENTAL EM CONJUNTOS HABITACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS VARIÁVEIS PARA ESTUDO DA QUALIDADE AMBIENTAL NO PARQUE DAS ÁGUAS I – JUIZ DE FORA-MG

Thiago Alves de Oliveira[1]
Lilian Aparecida de Souza[2]
Cássia de Castro Martins Ferreira[3]
Clarice Cassab[4]

Este trabalho apresenta parte da metodologia utilizada para a avaliação da qualidade ambiental no Parque das Águas I, maior empreendimento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) voltado para a faixa de 0 a 3 salários mínimos na cidade de Juiz de Fora. Ele é fruto da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea) e pelo Laboratório de Climatologia e Analise Ambiental (LABCAA) pertencentes a Universidade Federal de Juiz de Fora, e conta com o apoio da FAPEMIG e CNPQ. O projeto objetiva compreender como os moradores do Parque das Águas vivencia(ra)m e significa(ra)m a habitação quando da mudança para o local. Entendendo que o habitar é mais do que apenas residir entre paredes e teto, a pesquisa considera dois

[1] Graduando em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Laboratório de Climatologia e Analise Ambiental (LABCAA - UFJF). E-mail: thiagooliveirageo2014@yahoo.com.br
[2] Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF). E-mail: souzaa.lilian@yahoo.com.br
[3] Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do Laboratório de Climatologia e Analise Ambiental (LABCAA - UFJF).
[4] Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF).

aspectos essenciais na definição do ato de habitar: a localização e a qualidade ambiental (CASSAB; FERREIRA, 2016).

Com foco no segundo elemento tratado na pesquisa, a qualidade ambiental é aqui entendida a partir das dimensões natural e social. Isso porque, segundo Burton (1968, apud MAZZETO, 2000, p. 22), ela "não deve estar restrita à natureza ou ecossistema, pois engloba elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem". Corroboram com essa noção Ribeiro & Vargas (2001), que indicam que qualidade ambiental urbana passa por questões de cunho político, subjetivo, e ético, mas também ligados ao ecossistema urbano e a qualidade de vida. Deste modo, entende-se que a qualidade ambiental é um dos fatores que influenciam a qualidade de vida e o habitar na cidade.

Para avançar na compreensão da qualidade ambiental em conjuntos habitacionais, o estudo realizado no Parque das Águas I teve como principais referências as falas dos moradores em entrevistas de campo quando indagados sobre a qualidade ambiental no local e a tese de doutorado de João Carlos Nucci (NUCCI, 1998), na qual o autor analisa o distrito de Santa Cecília, em São Paulo. Ele estabelece uma série de critérios analíticos da qualidade ambiental que depois de coletados os dados, estes devem ser cartografados, analisados individualmente para posterior cruzamento e elaboração de um diagnóstico. Estes critérios serviram de ponto de partida, mas como indica o autor (NUCCI, 1998), deve ser feita a adaptação das variáveis de análise de acordo com as especificidades da área estudada e os objetivos que se quer alcançar com a pesquisa. Assim, este trabalho objetiva analisar a qualidade ambiental no Parque das Águas I, utilizando a metodologia proposta por Nucci (1998).

Variáveis para a análise da qualidade ambiental no Parque das Águas I

Em seu trabalho Nucci (1998, 2008) elenca como critérios para verificar a qualidade ambiental o uso do solo, a poluição, a verticalidade das edificações, a densidade populacional, o déficit de espaços livres públicos, deserto florístico e enchentes. O autor analisa um distrito da cidade de São Paulo com dinâmicas comerciais, residenciais e produtivas, e isto o fez optar por estas variáveis e não outras. No caso da pesquisa em

questão, trata-se de um conjunto habitacional do MCMV localizado num bairro periférico de uma cidade média, onde o uso é quase que exclusivamente residencial, com a presença de poucos pontos de comércio, realizados no espaço das moradias, e reduzidos equipamentos sociais, de lazer, entre outros. Tal realidade nos fez considerar algumas variáveis de Nucci (1998) e acrescentar outras. Dentre os critérios propostos pelo autor, utilizou-se os seguintes:

Poluição

Segundo Nucci (2008) o homem é o produtor e também bioindicador da poluição atmosférica, pois a concentração desta acarreta em uma série de doenças e problemas de saúde. Para o autor, dentre as principais fontes poluidoras nas cidades estão os automóveis. No Parque das Águas esta variável faz sentido na medida em que se observa intenso fluxo de veículos circulando dentro do conjunto habitacional. O transporte individual cada vez mais estimulado em detrimento do coletivo faz com que se aumente a emissão de poluentes na atmosfera. Para dar conta desta variável, optou-se por contar os veículos que trafegam pelo loteamento.

Durante os trabalhos de campo, as contagens foram feitas em intervalos de 5 minutos espalhados ao longo do dia, para observar a intensidade na circulação dos veículos. Destaca-se que a grande maioria dos automóveis objetivavam apenas passar pelo loteamento para fugir do trânsito da região central e acessar mais rapidamente as regiões Oeste e Norte, e não adentram nas ruas mais afastadas do Parque das Águas. Também no que se refere a poluição, a partir da observação feita no local sobre a existência de queimadas, foram aplicados questionários com os residentes sobre sua frequência e intensidade.

Deserto Florístico

A cobertura vegetal é um atributo muito importante não só para a qualidade ambiental, mas também para a qualidade de vida. Entretanto, é negligenciada no desenvolvimento das cidades e na execução da política habitacional MCMV. Diferente do que se pensa, a vegetação não é uma necessidade óbvia, mas é fundamental para a existência humana. Mascaró (1996 apud BUCCHERI FILHO, 2006, p.13) indica que em

microclimas urbanos “sob agrupamentos arbóreos, a temperatura do ar é de 3ºC a 4ºC menor que nas áreas expostas à radiação solar”, nesse sentido, compreende-se que ela atua sobre os elementos climáticos ajudando no controle da temperatura e umidade relativa do ar, da radiação solar, da ação dos ventos e chuvas. Além disso, a vegetação contribui para amenizar a poluição do ar.

Os pontos acima citados deixam claro a importância da vegetação nas cidades, sendo por isso que tanto qualitativamente quanto quantitativamente, e também em termos de sua distribuição espacial no ambiente urbano, que a cobertura vegetal deve ser cuidadosamente observada na avaliação da qualidade ambiental. Nucci (2008, p.106) estima que a quantidade de superfície urbanizada coberta por vegetação não deve ser inferior a 5%, pois estas apresentariam características semelhantes às de um deserto, sendo intituladas de desertos florísticos. Todavia, tal como orienta Nucci (2008, p.106) “não se pode afirmar que em lugares com mais de 5% com cobertura vegetal a qualidade ambiental é aceitável. Nesse caso devem-se considerar conjuntamente todas as outras variáveis.”

Com relação ao Parque das Águas, o levantamento das áreas vegetadas foi feito a partir do geoprocessamento e de investigação em campo. A primeira parte consistiu em georreferenciar uma imagem do *Google Earth Pro* referente à área do loteamento e posteriormente as porções com cobertura vegetal foram vetorizadas a partir do *Arc Gis* 10.3.3, gerando o mapa de cobertura vegetal. Paralelamente, uma ida em campo foi feita com o intuito de verificar as áreas vegetadas e confirmar o que tinha sido registrado a partir da imagem de satélite.

Espaços Livres

Nucci (2008) entende os espaços livres como “o conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados a todo tipo de utilização relacionada a pedestres (em oposição ao uso motorizado), descanso, passeio, prática de esporte em geral, recreio e entretenimento em horas de ócio” (NUCCI, 2008 p.106). Contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas, eles devem ser agradáveis, oferecer segurança e comodidade, e precisam ser dotados de infraestruturas compostas por calçadas que possibilitam a separação entre pessoas e veículos.

Para analisar os espaços livres, Llardent (1982)propõe duas escalas: a cidade e os bairros. Com relação aos conjuntos habitacionais, tal como o Parque das Águas, o autor chama atenção para o número de residências, o tamanho dos espaços livres e sua área de influência. Espaços livres distantes das moradias faz com que seus usuários não se sintam seus benefícios, necessitando de caminhadas para chegar ao local, o que impossibilita, por exemplo, as crianças irem sozinhas. Também as condições de manutenção devem ser consideradas para que os beneficiários a utilizem (BUCCHERI FILHO, 2006).

Assim como nos desertos florísticos, o levantamento no Parque das Águas foi feito a partir de uma imagem *do Google Earth Pro* e levantamentos em questionários com a população.

Densidade Populacional

Esta variável apresenta a medida expressa pela relação entre o tamanho da população e do território; e sua utilização está em saber se uma área é ou não superpopulosa. Entretanto, é importante ressaltar que "chegar a um índice ideal para a densidade populacional é muito difícil" pois cada território e população tem suas especificidades (NUCCI, 1998, p.217). Visto isto, adotou-se o índice utilizado por Nucci (1998), no qual valores acima de 400 habitantes por hectare correspondem a uma queda na qualidade ambiental da localidade.

A busca pelo número de moradores do Parque das Águas foi feita baseando-se nos dados do Cad. Único da Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de Juiz de Fora, que tem cadastradas 320 famílias, das 565 que vivem no local, e indicou uma média de indivíduos por casa. Também durante as idas a campo foram entrevistados 45 moradores, questionando-os sobre o número de residentes por unidade habitacional, e os resultados foram extremos variando entre 2 e 12 pessoas por casa. O outro dado necessário foi o tamanho do território, considerando as casas, área da escola e da praça. Entretanto, é necessário destacar a falta de consistência desta variável, uma vez que a mesma faz uso de uma média e assim, elimina a diversidade da composição das famílias. Outro fator é a origem dos dados computados pelo Cad. Único, pois são auto declaratórios, e ainda, carecerem de constante atualização.

Considerações

Este trabalho é um primeiro esforço de sistematizar a metodologia utilizada para o estudo da qualidade ambiental no conjunto habitacional Parque das Águas I, e apresenta parte do percurso utilizado para tanto, dando ênfase aos critérios elencados por Nucci (1998, 2008). Entretanto outras variáveis que se julgou necessário foram somadas a partir da realidade encontrada em campo, são elas: conforto térmico, ventilação e impactos pluviais. Sobre esta última, é importante ressaltar que o autor utiliza enchentes como critério, mas a observação feita no loteamento e as entrevistas com os moradores indicaram que teríamos que ampliar o olhar e tratar tanto as enchentes quanto as diversas ocorrências como enxurradas, goteiras, infiltrações, mofo, etc.

Além disso, é importante destacar que as variáveis devem ser analisadas individualmente, mas também em sua relação, proporcionando uma compreensão mais totalizante da qualidade ambiental do Parque das Águas.

Referências

AMORE, C. S., *SHIMBO*, L. Z.; *RUFINO*, M. B. C. ***Minha casa... e a cidade*?: avaliação do programa *minha casa* minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BUCCHERI FILHO, A. T. **Qualidade ambiental no bairro Alto da XV**, Curitiba/PR. 2006. 80f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CASSAB, C.; FERREIRA, C. C. M. **O ato de habitar: localização, qualidade ambiental e habitação na experiencia do MCMC Juiz de Fora/MG**. Projeto FAPEMIG: 2016.

LLARDENT, L.R.A. - **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad. Inst. de Estudios de Administración Local.** Madri, 1982,538p.

MAZETTO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação e conceitos. In: **Sociedade & Natureza**, n.12, v.24, p.21-31, jul-dez, 2000.

NUCCI, J. C. Metodologia para determinação da qualidade ambiental urbana. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.209-224, 1998.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2 ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

VARGAS, H. C; RIBEIRO, H. Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de Uma Definição. In: VARGAS, H. C; RIBEIRO, H (orgs.) **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO APÓS O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITO DE FUNDÃO – ESTUDO DE CASO: BARRA LONGA/MG ANO DE 2016

Laura Lanna[1]

Compreender a cidade e sua dinâmica requer o entendimento dos processos e dos meios de produção do espaço urbano. Esse é moldado diariamente por seus habitantes, suas interações e suas relações de poder. O rompimento da barragem de Fundão em 2015, no município de Mariana-MG, ocasiona profundas transformações no modo de vida das localidades atingidas e assinala um momento de crise no setor minerário do Brasil.

Considerado o maior desastre socioambiental do Brasil segundo a ANA (Agência Nacional das Águas), o rompimento da barragem de rejeito provocou impactos de diversas naturezas sobre o ambiente, as pessoas e seu modo de vida. Esses apresentaram-se de forma diferenciada ao longo dos rios e aglomerados urbanos atingidos. No estado de Minas Gerias, a ocupação urbana mais impactada, além do distrito de Bento Rodrigues – Mariana/MG, foi a cidade de Barra Longa, local onde a lama invadiu grande parte da área urbana e distritos rurais.

Logo após o desastre era necessário retirar a lama dos locais atingidos, reformar as casas, praças, campos de futebol e por isso a cidade de Barra Longa foi invadida/agredida por diversos atores externos. O que resultou na alteração da produção do espaço urbano e

1 Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Ouro Preto e mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: lauralannac@gmail.com

da dinâmica da cidade. Assim, afim de apreender a produção do espaço urbano de Barra Longa este estudo busca além de ressaltar os impactos urbanos sofridos no ano de 2016, suscitar perspectivas para análises posteriores a este período.

Recorte temporal: Barra Longa no ano de 2016

Considerada uma cidade de pequeno porte segundo dados do IBGE, Barra Longa tem aproximadamente duas mil e vinte e quatro (2024) pessoas instaladas na área urbana e, três mil e seiscentos (3600) em zona rural totalizando 5.624 habitantes. Barra Longa está situada na mesorregião da zona da mata mineira, a 174 Km da capital Belo Horizonte. Sua economia baseia-se principalmente na atividade agropecuária fato que evidencia uma dinâmica ruralista predominante.

A configuração urbana da cidade, e assim, a produção deste espaço, sempre foram regidos pela dinâmica de uma cidade tipicamente pequena.

> "A praça e a igreja enquanto centros da vida social e religiosa, rodeadas pelos principais órgãos administrativos e comércios diversos e modestos. Casas não distanciadas, praticamente grudadas nas calçadas. As ruas como continuidade da casa onde as pessoas conversam e as crianças brincam. Pessoas mais simples e humildes de vidas descomplicadas e de um tempo lento. Amenidades sociais e naturais. Verdadeiros eldorados de paz e tranquilidade" (Junior, 2014).

No entanto a partir de 6 de novembro de 2015, data da chegada da lama de rejeito dentro da área urbana de Barra Longa, esta dinâmica foi completamente alterada. Este processo foi se afirmando no ano de 2016 com a chegada e instalação dos voluntários, trabalhadores da Samarco e empresas terceirizadas da construção civil, pesquisadores, turistas, na área urbana.

A pacata cidade de Barra Longa, onde a população andava nas ruas sem nenhuma preocupação, sem medo, ficou sobrecarregada de pessoas desconhecidas. Tal fato, resultou inicialmente em aumento quantitativo de restaurantes, movimento de veículos, locação de hotéis e casas. As casas vazias foram alugadas, resultando no aumento do valor dos aluguéis, o elevado número de restaurantes aumentou também o valor da comida, alterou-se o valor da terra, os lotes centrais ficaram inflacionados. Os espaços públicos e coletivos

permaneciam em obras e a utilização do rio, que antes servia para a pesca e o lazer, estava totalmente comprometida. Nas ruas, o trânsito de caminhões, máquinas e ônibus seguiam ininterrupto durante o dia e a noite, limitando a circulação dos moradores pela cidade. A perda da dimensão "natural" é outro ponto crucia. Com a invasão da lama nos quintais, local de plantações e criações de animais, a população foi forçada a recorrer aos mercados, aumentando o consumo de alimentos processados e industrializados.

Toda essa nova dinâmica propiciou assaltos em bancos, correio, comércios locais. O espaço tornou-se inseguro e incerto a práticas sociais corriqueiras da cidade. A configuração do território e a produção do espaço urbano, modificaram-se, ocasionando novas formas de relações econômicas, sociais e de poder. Já não era o prefeito e os moradores que produziam e conduziam aquele espaço, e sim a própria empresa que paravam ruas, modificavam pavimentos, entrava nos terrenos, nas casas e nos quintais sem licença, com tratores e caminhões. As áreas atingidas transformam-se em um canteiro de obras, expandindo para toda a cidade os impactos sociais e as adversidades urbanas decorrentes do desastre. Portanto, a cidade não pertencia mais a população local mas servia ao capital minerário que ali se instaurava.

O recorte temporal do ano de 2016 marca o início dessa nova dinâmica social da produção do espaço, o qual se caracteriza gradativamente dentro da problemática urbana.

Mudanças a partir da extensão do território minerário

Refletir o urbano na cidade requer esforços transversais, visto que este processo acontece em diferentes escalas de cidade. Araújo (2012) afirma "o urbano é um fenômeno que se impõe em escala mundial a partir do duplo processo de implosão-explosão da cidade atual. Ele é um conceito, uma temática e, por necessidade de articulação teoria e prática, uma problemática. "

A imersão do capital minerário na cidade de Barra Longa ocasiona essa transformação, uma vez que resulta em questões características do processo urbano, como expansão do traçado urbano, problemas relacionados ao valor da terra, de moradia, de infraestrutura, de violência, entre outros.

> Na cidade, esta dimensão qualitativa do urbano está presente nas crises - da habitação, da segregação de toda ordem, do centro e das periferias, da violência...onde há contradições na/da cidade irrompe o urbano pleno de sentido porque é o negativo da dispersão e da segregação! (Araújo 2012).

Vale lembrar que a cidade de Barra Longa, mesmo estando localizada ao final do quadrilátero ferrífero, não é alvo da exploração mineral padrão, fato que salienta a afirmação "extensão do território minerário" que ocorreu após o rompimento da barragem de rejeito. Pois, embora a base econômica ainda seja fundada ao uso da terra, o novo agente – a empresa Samarco – domina as relações sociais e assim, a produção do espaço. Desta forma, o capital que ali se instaura tende a desmantelar toda a estrutura da vida urbana anterior, colocando-a numa nova base impessoal: o dinheiro e o lucro (Munford, 1982). Para análise dessas novas formas de produção do espaço urbano, sugere-se as implicações e teorias do filósofo marxista Henry Lefebvre.

O filosofo Henry Lefebvre em diversas obras discute questões centrais para o entendimento da produção do espaço urbano a partir das relações sociais, relações essas essenciais para interpretação da realidade sócio histórica vivenciada através das práticas sociais diárias. Para Lefebvre (2008 [1972], p. 17) a problemática do espaço deve ser considerada a partir da análise dos elementos que o produzem, constituído uma totalidade.

Assim, na tentativa de um entendimento holístico de todo o novo processo urbano na cidade de Barra Longa, bem como a crítica da reprodução do sistema de produção vigente e seus desdobramentos sociais, as teorias e métodos de Lefebvre tornam-se afável para tais análises.

Considerações Finais

Refletir sobre os impactos do rompimento da barragem de rejeito, inserida na lógica do capital minerário é uma prática ainda pouco explorada, especialmente que concerne à cidade de Barra Longa. Barra Longa foi o aglomerado urbano mais impactado, após o distrito de Bento Rodrigues – Mariana, sendo a única população a conviver diretamente com a presença da lama do rejeito no território.

A chegada da lama de rejeito em novembro de 2015, e assim a necessidade da sua remoção, resultou na instalação do capital minerário e seus agentes na cidade, o que alterou

completamente a dinâmica e a produção do espaço urbano. Esta dinâmica anteriormente era baseada em relações predominantemente rurais, comuns de uma cidade de pequeno porte.

As dinâmicas do processo urbano em curso revelam inúmeras apropriações, que podem se instalar benéficas ou não para a produção do espaço da cidade em estudo. Por isso, as reflexões com base nas teorias e métodos de Lefebvre apresenta-se como indispensável para uma compreensão futura, apontando o cotidiano das cidades como um objeto profícuo de possibilidades.

Referências

ARAÚJO, J. A. **Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº31, pp. 133 - 142, 2012.

ALMEIDA, D. S, et al. **Cadê a minha cidade, ou o impacto da tragédia da Samarco na vida dos moradores de Bento Rodrigues.** Revista Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2017.

CARNEIRO, L. L. **A Bacia Hidrográfica Como Unidade De Planejamento Em Áreas Mineradas Estudo De Caso: Barra Longa/MG.** Trabalho Final de Graduação, Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JUNIOR, O. M. **As Cidades Pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP: Dinâmica Demográfica, Papéis Urbanos e (Re) Produção Do Espaço**. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Rio Claro, 2014.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008 [1972], 192 p. 17.

MUNFORD, L. **A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas**. P 445-520. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Quarta Aula: Acumulação de capital. Rio de Janeiro, 2ª edição, p 57-73 Forense-Universitário, 1975.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimencional.** GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°32, pp. 89- 109, 2012. Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto.

SOUZA**, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia.** Revista *Confins* [Online], 5 | 2009. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/5633.

URBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES DAS PAISAGENS HÍDRICAS DE JUIZ DE FORA – MG NO FINAL DO SÉCULO XIX

Flávio Augusto Sousa Santos[1]
Pedro José de Oliveira Machado[2]

O presente trabalho é resultado parcial da pesquisa intitulada 'Urbanização e substituição de paisagens hídricas em Juiz de Fora – 1883/1893', desenvolvida nos anos de 2017 e 2018 através do programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A pesquisa mergulhou na produção do espaço juiz-forano do final do século XIX buscando analisar o processo de urbanização pautado na transformação das paisagens hídricas, ou seja, ambientes construídos e dominados pela água, ambientes que nesse momento histórico eram compreendidos como limitadores da expansão da cidade que aflorava. A suplantação desses limitadores liga-se também à busca pela salubridade da cidade, uma vez entendido que a água parada era a principal vetor de doenças na cidade. Howyan faz essas duas constatações apontadas a cerca da necessidade da substituição da paisagem hídrica ao afirmar que

> É fácil compreender a importância e a necessidade desse trabalho do ponto de vista da salubridade pública e, Juiz de Fora, mais que qualquer outra cidade, tem um interesse capital em retificar o curso de seu rio, cujos pântanos atuais são uma causa permanente de insalubridade, impedindo certamente o crescimento dessa cidade. (1893, p.77).

[1] Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: fass_flavio@hotmail.com
[2] Docente no curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: pjomachado@gmail.com

Adotou-se o período de 1883-1893 como recorte temporal devido à disponibilidade de uma base cartográfica rica nos detalhes da situação das duas áreas de estudo nestes dois anos. Formada por duas plantas locais: “Planta da Cidade de Juiz de Fora”, produzida por Uchôa Cavalcanti, em 1883, na escala 1/2.000, e a “Planta Juiz de Fora”, produzida pela Comissão de Estudo das localidades indicadas para a Nova Capital, em escala 1/82.000, de 1893.

O recorte espacial adotado na pesquisa foram dois ambientes lacustres existentes em Juiz de Fora, a Lagoa da Gratidão e o Largo da Alfândega, atualmente nesses espaços encontram-se, respectivamente, o Largo da Riachuelo e a Praça Antônio Carlos, esses dois locais demonstram o paradoxo existente na época entre o desenvolvimento econômico e a insalubridade.

Essa pesquisa conseguiu identificar as alterações urbanísticas ocorridas nos dois locais apresentando suas situações em 1883, quando ainda eram caracterizadas por uma paisagem hídrica, e em 1893, quando estão definitivamente transformados pela urbanização. Na época esses dois locais se comportavam como limitadores da expansão urbana.

A Lagoa da Gratidão, com cerca de cinco hectares de espelho d’água, impedia o crescimento em direção ao atual Morro da Glória. A situação dessa lagoa era totalmente insalubre, não havia circulação de suas águas, recebia dejetos dos arredores, chegando até a servir como local de sepultamento de corpos em momentos que ainda não havia cemitério municipal, Stehling relata que “as baixas entre os colonos imigrantes, ocasionadas pelo tifo, atingiram o número de 34 entre homens e mulheres, [...] sepultados junto à Lagoa da Gratidão, próximo ao atual Pronto Socorro.” (1979, p.187).

No lugar onde se estabelece Praça Antônio Carlos havia em função da implantação da Ferrovia D. Pedro II, em 1875, um grande meandro abandonado resultado do seccionamento do Rio Paraibuna para a implantação da Ferrovia Dom Pedro II em 1875, esses meandro abandonado ainda era alimentado pelo Córrego Independência, ocasionando um grande lamaçal no seu entorno, adotada para uso totalmente insalubre como dito por Stehling, “em frente à cadeia local, hoje Praça Antônio Carlos, existia um terreno pantanoso pertencente ao ex-colono Antonio Yung, que nele instalou uma manga de

porcos, sob protesto da Imprensa e da Sociedade de Medicina de Juiz de Fora.” (1979, p.297) A situação do lamaçal limitava a expansão urbana nessa área, vista como a ‘porta da cidade’, para quem chegava pela antiga Estrada União & Indústria.

A implantação da Ferrovia Dom Pedro II, segundo Brasil, dá início as grandes obras de transformação das paisagens hídricas em Juiz de Fora “com isso começa o ‘esgotamento dos pântanos’ da cidade, onde a ferrovia ajudou a drenar alguns dos pântanos da cidade situados às margens do rio por onde passava.” (2013, p.77-78) Mas a instalação da ferrovia também pode ser vista como complicador da drenagem das águas no período pesquisado, pois as duas áreas de estudo se localizam à margem direita do Rio Paraibuna e sem acesso direto a tal para o escoamento de suas águas, impedidas pela ferrovia, Brasil a respeito dessa constatação afirma que “os aterros da ferrovia impediam que as águas das chuvas, juntamente com as águas vindas da serra atingissem o Paraibuna, assim, as águas ficavam represadas e cresciam nas grandes lagoas e brejos existentes.” (2013, p.73)

Juiz de Fora era assolada constantemente por surtos de doenças infecto-contagiosas que quando não eram transmitidas pela água consumida era por seres que aproveitavam desses ambientes, como os mosquitos, são descritas por Machado e Cunha as mais comuns de ocorrerem em Juiz de Fora na época, “cólera, varíola, febre amarela, impaludismo, tifo icteróide, ancilostomose são sempre referenciadas como causadoras de sérios problemas.” (2011, p.05) A busca de progresso pautava na higiene e salubridade, logo os vetores de doenças seriam alvos do embate.

De forma geral a urbanização insinua nessa transformação das paisagens, segundo Machado “a incorporação de novas áreas destinadas a suprir o crescimento das cidades e de suas populações implica numa intensa antropização das áreas naturais, o que torna a construção do espaço urbano um constante processo de criação e substituição de paisagens.” (2016a, p.136). Nesse meio, a urbanização juiz-forana apresenta como uma de suas características principais a adequação das águas a cidade, subjugando as paisagens hídricas, seus brejos, pântanos, atoleiros e lagoas, levando a processos de canalização, retificação, aterro, impermeabilização e alteração dos cursos.

Justificados pelo discurso da busca de salubridade para a cidade as obras se iniciaram, tanto nas áreas estudadas como em outras paisagens hídricas juiz-foranas, entre elas o próprio Rio Paraibuna. Essas obras permitiram a incorporação desses antigos brejos à

malha urbana. Através de aterros e drenagem deu-se espaço para a construção de edificações e abertura de ruas, acolhendo uma população e os fluxos que só cresciam. Howyan afirma que "é indispensável abaixar levemente o leito do rio e elevar a parte baixa da cidade cujo terreno insalubre é composto, em grande parte, de matérias orgânicas, encontrando-se enlameado, sem oferecer a solidez necessária que permita edificar construções firmes." (1893, p.151)

A análise da urbanização através da assimilação das transformações e suplantações das paisagens hídricas coloca-se como um campo inegável de estudos, possibilitando observar o arquitetamento do espaço urbano pelos agentes transformadores e o papel das águas nesse meio, cabendo a suas manifestações a obliteração de suas formas naturais e a subjugação em ambientes totalmente construídos, fadadas ao deszelo e o esquecimento. Tais paisagens apresentam caráter relevante, como no inicio das aglomerações urbanas, sendo condição sine qua non um curso d'água para suprir as necessidades da população. Já em outros momentos assume um papel desprezível, caso pesquisado, onde eram vistas como limitadoras da expansão urbana, receptáculos de dejetos, vetores de doenças e somente com sua transformação atingiu-se o desenvolvimento e a adequação desses locais ao nível da Manchester Mineira.

Machado afirma que "as relações entre urbanização e recursos hídricos vêm sendo marcadas, sobretudo, pelo insucesso, com prejuízos significativos para as águas urbanas, o que tem se transformado em prejuízos para toda coletividade." (2016b, p.22) Visto que a degradação das águas tem sido um grande problema ambiental, intensificado pelo crescimento urbano.

Referências

BARBOSA, Y. A. **Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora: o processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX.** Curitiba. Editora CRV. 2017.

_____. **Espaço, história e cidade – uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX.** Dissertação de Mestrado em Geografia, UFJF, 2016.

BRASIL, C.C.G. **Paisagem e ambiente construído: intervenções antrópicas no traçado do rio Paraibuna, em Juiz de Fora – MG.** Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído, UFJF, 2013.

HOWYAN, G. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem.** Juiz de Fora. 1893.

MACHADO, P. J. O.; CUNHA, S. B. Juiz de Fora: Inundações, saneamento e ordenamento territorial. In: **Revista Geográfica de América Central.** Costa Rica. 2011. N. Especial - EGAL, p.01-15.

MACHADO, P. J. O.; RAIMUNDO, C. S.; MARQUES, V. Juiz de Fora e a urbanização do Paraibuna. In: **Revista de Geografia (UFJF).** Juiz de Fora/MG. v.6. n.1. p.23-34.

MACHADO, P. J. O. Urbanização e modificações no Córrego Independência, Juiz de Fora/MG. In: **CaderNAU- Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas.** Rio Grande/RS. 2016a. v.9. n.1. p.135-154.

_____. Urbanização e qualidade das águas do Córrego Independência, Juiz de Fora/MG. In: **Revista Equador (UFPI).** Teresina. 2016b. v.5. n.5. p.20-35.

STEHLING, L. J. **Juiz de Fora: a Companhia União e Indústria e os alemães.** Juiz de Fora. Funalfa, 1979.

A CONFORMAÇÃO ESPACIAL URBANA, A ARQUITETURA E O CAPITALISMO

Raiza Guimarães Monteiro[1]
Clarice Cassab[2]

Introdução

As cidades, resultantes de reestruturações derivadas de processos e dinâmicas diferentes em cada período, é em sua história contemporânea o "*lócus*" do capitalismo. Com o avanço capitalista pelo mundo e as revoluções tecnológicas e industriais a cidade tem suas dinâmicas modificadas. Ela passa a ser território do capitalismo, o próprio sistema é um impulsionador do urbano.

Entendendo o espaço como produzido a partir de diferentes sujeitos, no sistema capitalista o capital é o principal agente que exerce o controle sobre o espaço urbano. O solo antes possuidor apenas de seu valor de uso, adquiri um valor de troca.

Dessa forma as cidades antes tidas como espaço de reunião das pessoas passam a ser alvo do capital, objetivando retirar o maior lucro possível do solo urbano. Esse processo se reflete nos traçados urbanísticos e na própria arquitetura, que são pensados de uma maneira padronizada de modo a atender os interesses do capital.

[1] Arquiteta e Urbanista e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: raizamonteiro@yahoo.com.br
[2] Docente do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: clarice.torres@yahoo.com.br

Com a mercantilização do solo, o espaço urbano passa a ser alvo da especulação imobiliária e muitas vezes de projetos arquitetônicos e urbanísticos deficientes que visam o maior aproveitamento do solo possível e apenas o lucro, em detrimento a qualidade arquitetônica e paisagística.

Tais fatores se tornam evidentes com as baixas taxas de áreas permeáveis nos terrenos, que acarretam em problemas como inundações e declínio de áreas verdes. E também com a grande verticalização das áreas urbanas.

Dessa forma, esse modelo capitalista do espaço é replicado em escalas diferentes, sem considerar o sítio que estão inseridas e as culturas e heranças locais.

Para reflexão do tema apresentado, este trabalho busca apresentar uma reflexão teórica a respeito dos temas, sob a ótica capitalista e seus rebatimentos na arquitetura e na conformação espacial urbana.

A conformação espacial urbana, arquitetura e capitalismo

O processo de urbanização e formação das cidades é resultado de mutações e reestruturações de aglomerados pré-existentes que tem sua organização regida e modificada por determinados fatores e determinadas relações de acordo com cada período.

Munford em sua obra A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas (1982), descreve o processo de formação das cidades passando pelos primeiros aglomerados urbanos (destacando o papel da revolução agrícola), pelas cidades da antiguidade (remontando suas origens a Mesopotâmia), pelas cidades feudais (destacando a presença do rei e da realeza), às cidades contemporâneas.

O autor também destaca o papel do capitalismo, já em suas origens, como impulsionador da expansão urbana, afirmando que o mercantilismo revelou-se apenas um período de transição, para as “novas forças” ou a “instituição” responsável pelo favorecimento à expansão urbana, à colonização de novos territórios e a industrialização:

> A instituição que representou essas novas forças leva o nome clássico de capitalismo...no século XVII o capitalismo altera toda a balança de poder. A partir dessa época, o estímulo à expansão urbana veio principalmente dos mercadores, dos financistas e dos senhores de terras, que serviam às suas necessidades. (MUNFORD, 1982, p.445)

Como o autor descreve, as cidades existem antes do sistema capitalista, entretanto, na contemporaneidade o capital encontra no solo urbano à possibilidade de expansão e aplicação do capital de modo que atenda às suas necessidades.

A cidade antes tida como ponto de encontro, reunião das famílias e de pessoas é desmantelada pelo sistema. Segundo Munford (1982) o capitalismo foi corrosivo as cidades, com ênfase na especulação: "O capitalismo tendeu a desmantelar toda a estrutura da vida urbana e colocá-la numa nova base impessoal: "o dinheiro e o lucro".

Paul Singer também chama atenção para o papel da cidade já em suas origens como um local de dominação e organização espacial regida pela classe dominante:

> A constituição da cidade é ao mesmo tempo uma inovação na técnica de dominação e na organização da produção. Ambos os aspectos do fato urbano são analiticamente separáveis mas, na realidade, soem ser intrinsecamente interligados. A cidade, antes de mais nada, concentra gente num ponto do espaço[...].Deste modo, a cidade proporciona à classe dominante a possibilidade de ampliar territorialmente seu domínio, até encontrar pela frente um poder armado equivalente, isto é, a esfera de dominação de outra cidade. Assim, a cidade é o modo de organização espacial que permite à classe dominante maximizar a transformação do excedente alimentar, não diretamente consumido por ele, em poder militar e este em dominação política. (SINGER, 1977, p.17)

O capital, à medida que se torna excedente, se materializa no solo urbano. Arrighi (2008) afirma que, para a sobrevivência do próprio capitalismo é necessário especializar-se, destacando que uma de suas características mais essenciais é a produção do espaço, responsável para sua sobrevivência em crises e para sua afirmação global.

Dessa forma, o espaço foi se modificando, "os interesses do dinheiro progressivamente dominaram os interesses da terra, no traçar e construir os novos bairros da cidade" (MUNFORD, 1982). A terra que no sistema feudal era concedida em longos períodos de anos, perdurando por gerações, passa a se tornar um produto, e não um bem.

O solo passa a ser um bem comercializável, abstrato, com finalidades de compra e venda. A ação do capital objetiva a valorização, com investimentos que respondam a seus interesses, segundo as necessidades e recursos disponíveis, em espaços considerados de maior potencialidade, (MORAES; COSTA, 1999). Segundo Lefebvre (2000) O capitalismo produziu o espaço da "mercadoria" e uma "lógica" e estratégia a nível mundial:

> esse espaço se apóia em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das auto-estradas, dos aeroportos, das redes de informação. Nesse espaço a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu. (LEFEBVRE,2000, p.51).

Assim a própria Arquitetura e Urbanismo se moldam a esse sistema, segundo Munford (1982), "o traçado ideal para o homem de negócios é aquele que pode ser mais profundamente reduzido a unidades monetárias padrão de comora e venda".

Tal cenário favorece a um urbanismo padronizado, seguindo os interesses do capital:

> A própria ausência de adaptações mais específicas à paisagem ou ao propósito humano aumentou, pela sua própria indefinição e falta de desenho, sua utilidade geral para a troca. As terras urbanas também tornavam-se agora simples mercadoria, como o trabalho: seu valor no mercado era a expressão de seu único valor. Sendo concebida como uma aglomeração puramente física de edifícios alugáveis, a cidade planejada dentro daquelas linhas podia propagar-se em qualquer direção, limitada apenas por grandes obstáculos físicos ou pela necessidade de rápidos transportes públicos. (MUNFORD, 1982,p.457)

E também a uma arquitetura padrão, de lotes e construções regulares:

> isso favorece um retângulo com uma frente estreita e grande profundidade, que proporciona um mínimo de luz e ar aos edifícios, particularmente às moradias, que se acomodam a ele. Tais unidades mostraram-se igualmente vantajosas para o especulador em imóveis, para o construtor comercial e para o advogado que redigia o título de venda. Em troca, os lotes favoreciam o bloco retangular de construção, que mais uma vez tornou-se a unidade padrão de ampliação da cidade. (MUNFORD, 1982, p.456)

A planta baixa adquiri valor especulativo, conforma afirma Munford (1982), o enfoque é dado ao regular e ao calculável: "O padrão era antigo e familiar. Mas o capitalismo ressurgente do século XVII tratava o bloco individual, o quarteirão, a rua e a avenida, como unidades abstratas de comprar e vender".

E com o objetivo desse maior aproveitamento do solo urbano visando os lucros, as cidades sofreram um processo de verticalização. Essa verticalização se deu pela ação do capital e também graças as inovações das técnicas construtivas e a invenção do elevador. Segundo Souza (1994), destaca a importância da associação da técnica aliada aos agentes interessados na produção desses edifícios:

> a produção de edifícios constitui-se uma possibilidade inusitada de articulação das múltiplas formas de capital num objeto - o edifício, num mesmo lugar- o urbano, num tempo/circulação extremamente reduzidos (SOUZA,1994, p.38).

Dessa forma a cidade é a manifestação dos interesses capitalistas, que produz também uma Arquitetura e Urbanismo moldados seguindo os padrões do sistema. Como reflexo está a especulação imobiliária, com a construção e comercialização de edifícios verticais de grande gabarito em áreas valorizadas visam a obtenção de maior lucro.

Considerações finais

Com o exposto verifica-se que o capital atua na conformação espacial urbana. A mesma é moldada segundo os interesses capitalistas e da classe dominante.

Graças à essa ação do capital e o avanço das técnicas construtivas, as áreas mais valorizadas sofrem um processo de adensamento e verticalização, que pode resultar em alguns problemas urbanos como a ausência de áreas livres na cidade e a diminuição de áreas.

A Arquitetura e o Urbanismo também estão inseridos na dinâmica capitalista, observados os traçados urbanos e edificações que visam o maior lucro, visando um maior valor de troca do solo urbano.

Tais reflexões nos levam repensar como o sistema capitalista atua no solo urbano de modo a modificar a conformação urbana das cidades, criando áreas de valorização, muitas vezes com a segregação de parte da população.

Nesse processo é preciso se considerar também o espaço construído socialmente, O adensamento de certas regiões modifica a rotina das pessoas, reduzindo os espaços de encontro e as áreas verdes arborizadas. Tais constatações levantam reflexões a respeito do tipo de urbanismo e arquitetura que se vem praticando nos últimos anos.

Referências

ARRIGHI, giovanni**. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: 2002.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEWIS, Mumford. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SINGER, Paul - **Economia Política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense e CEBRAP, 1977.

SOUZA, Maria A. A. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPOSITO, MARIA ENCARNAÇÃO B. **Capitalismo e Urbanização**. 14ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

OS PROJETOS MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS – RJ: UM NOVO ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO CAPITAL IMOBILIÁRIO.

André de Oliveira Melo[1][1]

Resumo:

O presente trabalho é parte do estudo que vem sendo realizado para a dissertação de mestrado e pretente demonstrar como a ação do capital imobiliário tem produzido um novo ordenamento territorial para o município de Petrópolis – RJ.

Palavra-chave: Minha Casa Minha Vida, habitação, capital imobiliário.

O Município de Petrópolis, localizado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, conta com 295.917 habitantes segundo o censo de 2010 do IBGE, sendo que destes 281.286 vivem no espaço urbano compondo 91.687 domicílios particulares permanentes. Territorialmente o município está dividido em 5 distritos, a saber: 1º - Petrópolis, 2º - Cascatinha, 3º - Itaipava, 4º - Pedro do Rio, 5º - Posse. Sendo que a maior concentração urbana se dá no 1º Distrito, a partir do eixo das rodovias que percorrem os vales ocorre um prolongamento das ocupações urbanas, que se conectam a partir das ocupações dos morros, como aponta Ambrósio (2013), um exemplo do papel dessas

[1] Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

rodovias está na Estrada União e Indústria que corta todo o município do 1º até o 5º Distrito.

Pensar a ocupação do espaço urbano e sua organização a partir da habitação pode ser um caminho para a compreensão de sua territorialidade, pois no espaço urbano percebe-se que a sociedade ocupa um espaço determinado, até como condição de sua existência, e daí ocorre um processo em que ela produz um espaço que lhe é próprio ao longo do seu tempo histórico. É diante disso que torna-se importante avaliar as repercursões espaciais dos Projetos Minha Casa Minha Vida – PMCMV em Petrópolis a partir da ação do capital imobiliário, que pode ser representado por agentes como construtoras, incorporadoras e imobiliárias.

No Brasil, a partir dos anos 2000, iniciou-se a abertura de capital das empresas da construção civil na bolsa de valores, possibilitando novas aquisições de terras e lançamentos imobiliários futuros, esse processo promoveu entrada de novas empresas no mercado, destacado por Cardoso e Aragão (2011, p.85). Isso proporcionou um avanço da incorporação, "cuja função econômica é a de criar a disponibilidade de terrenos para construir" (Botelho, 2011, p.62). O incorporador assume o papel de compra do terreno, pode até deter o financiamento para a construção e comercialização e decidir, dentre outras coisas, as características arquitetônicas, padrão econômico para a comercialização e os fatores locacionais (Ribeiro, 1997 p.94 -100). O incorporador assume uma posição de destaque na capacidade de transformação do espaço urbano, através da capitalização e financeirização do espaço, tendo em vista que o solo urbano é finito e sofre bastante valorização, e fica a cargo dele fazer a promoção do empreendimento, colocando a moradia como uma mercadoria a ser comercializada.

A abertura de capital na bolsa de valores proporcionou um novo direcionamento para as empresas, como o lançamento de marcas especializadas no chamado segmento econômico e variados produtos, bem como a compra de outras empresas, e a expansão em direção a cidades médias e em outros estados. FIX (2011, p.136 – 138) demonstra também que essa ação acaba corroborando para a incorporação como modo de convencer os investidores que seria possível conseguir o Valor Geral de Vendas (VGV) a partir da aquisição de terras para lançamentos futuros. Fato é que a aquisição de terras acaba por levar a uma valorização do solo urbano, que já é escasso nas grandes cidades, por isso a

busca dessas empresas por terras em cidades médias ou mesmo em outros estados. O que Maria e Lucena (2015, p.367) chamam de “banco de terras”.

É importante destacar que essa valorização de solo urbano torna-se a base para o processo de segregação socioespacial. Isso se dá no momento em que grandes grupos empresariais passam a comandar a compra de solo urbano, que por vezes já tenham acesso a elementos essenciais para a comercialização das moradias, como acesso a rede de água e esgoto, energia elétrica, calçamento, etc. A valorização dessas terras passam a limitar o acesso daquele pedaço de solo pela população. Assim, como a terra passa a ser escassa, a população buscará as terras mais baratas, para ali realizarem a autoconstrução, o que deve ocorrer nas áreas periféricas.

Shimbo (2010, p.75 - 92) pontua que a partir de 2003, diante da nova política governamental, é criado o Ministério das Cidades, que teve um caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), O Ministério das Cidades viabilizou propostas de uma Política Nacional de Habitação definindo dois subsistemas, um voltado para a Habitação de Interesse Social e o outro voltado para a habitação de mercado. Isso foi o embrião para o que viria a ser apresentado em 2009, como reflexo ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, cuja a meta, conforme indicado por Melazzo (2015, p. 375), era a “produção de 1 milhão de unidades habitacionais no ano de 2009 e 3 milhões de unidades nos próximos quatro anos subsequentes”. Shimbo (2011, p.41) ainda destaca que é nesse momento que a habitação social transforma-se num mercado extremamente lucrativo, com a ação de incorporação e construção de unidades habitacionais com valores de até duzentos mil reais. Destinadas a famílias que podem acessar os subsídios públicos ou mesmo ter acesso aos financiamentos.

No caso específico de Petrópolis, os empreendimentos MCMV só ocorreram para as faixas 2 e 3 do programa, justamente aquelas que podem adquirir seu imóvel acessando o financiamento pela Caixa Econômica Federal – CEF, recebendo subsídios e podendo usar os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e tendo isenção de taxas de legalização do imóvel, na faixa 2 e perdendo a ajuda de subsídios e mantendo as demais vantagens para a faixa 3.

Esse processo teve início com o lançamento do empreendimento voltado para faixa 2, Pedras do Açu, localizado no 2º distrito, no bairro de Corrêas, realizado pela construtora Andrade e Almeida, empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro.As unidades habitacionais foram comercializadas por 130 mil. As obras foram entregues em parte, devido ao fato da empresa ter decretado falência e abandonado a obra. Os compradores atualmente aguardam da CEF a contratação de uma nova empresa para finalizar as obras.

Em 2013 se deu a chegada de duas novas construtoras na cidade, o Grupo Sola e o Grupo Oito, ambas empresas operavam em outras cidades e diante de pesquisas de mercado optaram por investir no município de Petrópolis devido a demanda por produtos do PMCMV nas faixa 3. Buscavam incorporar terrenos no 1º Distrito, mas devido a pouca disponibilidade, aos elevados custo e a dificuldade em legalzação de grandes obras junto a Prefeitura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional – IPHAN, buscaram terrenos no 2º e no 3º Distrito. Os fatores para a localização passaram a ser então a facilidade de locomoção, acesso a mercados, escolas e serviços em geral.

O Grupo Sola, com 19 anos de existência, tem sede no município de Três Rios e passou a atuar em Petrópolis com o lançamento do Solar de Nogueira, mas que não estava ligado ao PMCMV, logo em seguida lançou o Palmeiras do Prado, localizado em Corrêas, no 2º Distrito, com valor inicial da unidade habitacional por 145 mil. Esse foi o único empreendimento já entregue aos moradores. Logo depois da comercialização do Palmeiras do Prado, distando menos de 1 Km, foi lançado o Bosques de Montreal, com valor inicial da unidade habitacional por 170 mil. No ano de 2018 foi lançado o Bosques de Nogueira, localizado em Nogueira, ainda no 2º Distrito, comercializado a unidade habitacional nos valores entre 195 mil a 230 mil.

O Grupo Riooito, com mais de 30 anos de atuação no mercado de projetos e incorporação, tem sede em São Paulo e iniciou suas atividades como construtora com o lançamento do Cenários de Monet, localizado em Corrêas, com unidades habitacionais no valor de 170 mil. Posteriormente foi lançado o Cenários da Montanha, localizado em Itaipava, no 3º Distrito, com valor da unidade habitacional entre 195 mil a 230 mil.

Para ambas empresas a forma para a aquisição do solo urbano e sua incorporação se deu pela compra total do terreno ou pela permuta, onde parte das unidades habitacionais ficam com o antigo proprietário do espaço como forma de pagamento e possibilidade de

valorização e venda ou locação do imóvel. Os terrenos, com excessão do Palmeiras do Prado, eram sitios cujos os herdeiros não viam tanta finalidade e por vezes ficaram por tempos com o ar de abandono. Já o espaço do Palmeiras do Prado era uma antiga pradaria, para a criação de cavalos, que deu nome a localidade e por muitos anos já estava desativada.

Assim o PMCMV tem um papel importante na estruturação e organização do espaço urbano contemporâneo devido às relações entre as empresas do setor de construção e incorporadores. Percebe-se um adensamento dos empreendimentos no 2º Distrito com expansão em direção ao 3º Distrito. O financiamento torna-se o meio mais comum de acesso ao programa na faixa 2 e 3, partindo de meios organizados de ação entre o Estado e o banco público para a oferta de moradias para a classe média, num modelo de liberação de créditos e aceitação de taxas de juros pelos compradores. Singer (1975 pg106) conceitua a taxa de juros como sendo a remuneração pela renuncia à liquidez, tendo em vista que ao se creditar um empréstimo para compra da casa própria, o valor da casa perde sua liquidez se comparado a moeda que é aquela que se apresenta como melhor capacidade de se adaptar a outras formas de valor.

Tratando da questão do valor, a casa própria torna-se mais uma mercadoria, e esse valor de mercado é representativo para o comprador e também para o banco que fica como garantidor do financiamento. Assim ao produto habitação é atribuído um preço que suporte os valores da compra e dos juros advindos da perda de liquidez. Ou seja, a casa própria passa a assumir o valor de troca para além do seu valor de uso, tornando-se assim mais uma mercadoria. É o que apresenta Carlos (2007, p. 49), como sendo “a redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a ‘cidade como negócio’ (o crescimento como estratégia da reprodução espacial)”. Quem compra um imóvel pelo PMCMV, com valor de até 230 mil reais, tem o imóvel atrelado ao banco, que lhe garantiu o empréstimo a ser pago em parcelas, ficando o imóvel alienado como garantia, caso as parcelas não sejam pagas.

A realidade do PMCMV em Petrópolis, sinaliza a um (re)ordenamento territorial do espaço urbano, com a chegada de novas construtoras e incorporadoras voltadas a construção de grandes empreendimentos concentrados no 2º Distrito e em expansão em

direção ao 3º Distrito, que certamente trará transformações na ofertas de serviços e de comércio nessas áreas.

Referências

AMBROZIO, J. **Petrópolis: O presente e o passado no espaço urbano. Uma história territorial.** Editora Escrita Fina. Petrópolis – RJ, 2013.

BOTELHO, A. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário.** São Paulo. FAPESP, 2007.

CARDOSO, A.L. ARAGÃO, T.A. A Reestruturação do Setor Imobliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J.G. COSTA. H.S.M. (Org.). **Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Editora C/Arte. p.81 – 104. 2011

CARLOS, A. F. A. **Diferenciação Espacial.** Revista Cidades, Presidente Prudente, vol. 4, n. 06, jan-dez.

FIX, M.A.B. **Financeirização e Transformações Recentes no Circuito Imobiliário no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos Municípios**. 2018. disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/petropolis/panorama

MARIA, D.S. LUCENA.W.G. **A expansão periférica e a habitação Popular nas cidades do interior do Território brasileiro: o processo de urbanização recente em cidades de distintas escalas geográficas - Campina Grande e Patos na Paraíba.** In: BELLET , C. MELAZZO, E.S. SPOSITO, M.E. LLOP, J. M. Urbanização, Produção e Consumo em Cidades Médias/Intermediárias. UEP – Presidente Prudente y Lleida. p. 339 - 371. 2015

MELAZZO, E.S. **Interações, Combinações e Sinergias: Produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras.** In: BELLET , C. MELAZZO, E.S. SPOSITO, M.E. LLOP, J. M. Urbanização, Produção e Consumo em Cidades Médias/Intermediárias. UEP – Presidente Prudente y Lleida. p. 373 - 396. 2015

RIBEIRO, L.C.Q. **Dos Cortiços aos Condomínios Fechados:** as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SHIMBO, L.Z. Habitação social, habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

SHIMBO, L.Z. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, J.G. COSTA. H.S.M. (Org.). **Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Editora C/Arte. p.41 – 62, 2011

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Aplicada**. Rio de Janeiro, 3 edição. Forense – Universitária, 1975

CENTRO EMPRESARIAL PARK SUL: HISTÓRIA E PECULIARIDADES

Vanely Andressa da Silva[1]

Resumo:

Os condomínios empresariais são considerados empreendimentos recentes na história da ocupação do espaço urbano brasileiro. O condomínio empresarial Park Sul é considerado um marco empresarial para a Zona da Mata Mineira, acompanhando a nova tendência mundial de organização de empresas em espaços de uso produtivo, estrategicamente localizados em locais que facilitem a logística das empresas e que proporcionem comodidade para que as empresas desenvolvam suas principais atividades.

Palavras chave: Park Sul, Condomínios empresariais, Zona da mata mineira.

Introdução

Os condomínios empresariais podem ser considerados empreendimentos recentes na história do setor imobiliário e empresarial do Brasil. Suas primeiras unidades foram instaladas na cidade de São Paulo em meados dos anos 90, e expandiram-se posteriormente para a região de Campinas e seu entorno, que por influência desses empreendimentos hoje é conhecida como o "Vale do Silício Brasileiro" (MENDES, 2014, p.130).

De acordo com Mendes (2014), os condomínios empresariais são uma ampliação das estratégias da produção imobiliária, ou mesmo parte de uma reestruturação imobiliária.

[1] Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF. E-mail:vanely.geografia@gmail.com

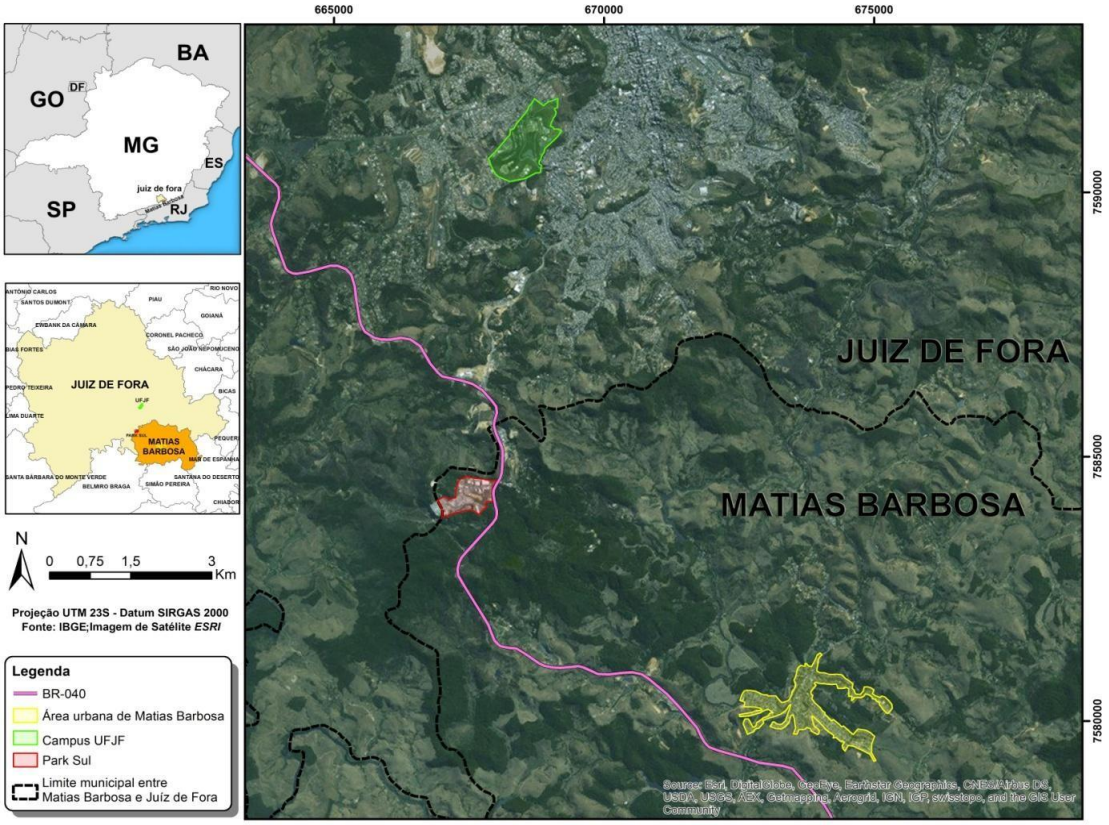
Isso porque os condomínios empresariais possuem características próprias que os diferenciam de outros arranjos industriais ou empresariais.

Finatti (2010) afirma que os condomínios empresariais se diferenciam pelo objetivo que lhes é, invariavelmente, consubstanciado: obtenção da renda proveniente da mercantilização do solo urbano. Resumidamente, o autor os define como empreendimentos planejados e construídos por promotores imobiliários que objetivam atender unidades industriais e de serviços.

Park Sul - Centro Empresarial

O Centro Empresarial Park Sul está localizado no município de Matias Barbosa, às margens da BR 040, que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e Brasília. Pode ser considerada uma ótima localização logística, já que está a 178 km do Rio de Janeiro, 267 km de Belo Horizonte, e 480 km de São Paulo. O empreendimento está instalado na divisa entre os municípios de Matias Barbosa e Juiz de Fora que é o principal centroregional da região. Sua localização estratégica o situa a apenas 9 km da Universidade Federal de Juiz de Fora, umas das principais universidades do Estado de Minas Gerais

Figura 01: Localização do Condomínio Empresarial Park Sul



Fonte: SILVA, 2017 p. 46

A primeira peculiaridade apresentada na história do condomínio empresarial Park Sul, se refere ao modo que ocorreu o seu planejamento, pois na maioria dos casos de empreendimentos dessa espécie ocorre inicialmente a elaboração de um projeto, e com o término dessa etapa o passo seguinte é a procura por terrenos e localidades adequadas para as pretensões do projeto. A instalação do condomínio empresarial Park Sul ocorreu de maneira inversa, já que a ideia de se construir o condomínio só se consolidou após a aquisição do terreno às margens da BR 040.

A atividade praticada nesse terreno antes da construção do empreendimento também é um diferencial, já que o terreno foi parte de um “lixão”, onde o município de Juiz de Fora destinava seus resíduos entre de abril de 1987 e dezembro de 1998, o que tornava aquele terreno pouco atrativo para muitos empresários da região.

Os incentivos para a construção do empreendimento também podem ser considerados peculiares, pois a Prefeitura Municipal de Matias Barbosa através da Lei municipal Nº 449 de 03 de fevereiro de 1997 concedeu ao empreendimento (i) isenção do

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços (ISS) pelo prazo de 30 (trinta) anos; (ii) licença para implantação do distrito industrial na área proposta inclusive atividade de mineração (pedreira e britagem), por 45 anos; (iii) exclusividade ao incorporador de empreendimentos, em áreas próximas à BR- 040 em um raio de 2 km de suas limitações pelo prazo da isenção de impostos ou até a ocupação total do Distrito Industrial; (iv) proibição da implantação de novos empreendimentos imobiliários (loteamentos) em locais até 2 km da área do distrito.

Tais medidas são atípicas, pois o prazo de 30 anos das isenções de IPTU e ISS está muito acima da média das isenções praticadas em negociações desse gênero, que duram em média 10 anos. Portanto o tempo de isenção fiscal e tributária adotado pela prefeitura é quase três vezes maior do que a média das negociações. Arbix (2000, p.48) aponta que negociações que concedem isenções de impostos estaduais ou municipais por períodos não inferiores há dez anos, podem ser consideradas como "contratos desequilibrados" por acarretarem uma perda considerável na estimativa de desenvolvimento socioeconômico do município.

O Park Sul é o primeiro empreendimento do gênero na região da Zona da Mata Mineira, e foi construído através da parceira entre as empresas Pangea Empreendimentos, responsável pela parte da construção, e Investpark Empreendimentos, responsável pela parte administrativa. A Investpark Empreendimentos é uma das empresas pioneiras no país na construção de condomínios empresariais, seu destaque está nos serviços de consultoria para a implantação de *Business Park*, bem como na comercialização de imóveis corporativos.

Atualmente, as inovações trazidas para a região da Zona da Mata Mineira com o Park Sul dividem espaço com novos projetos do gênero, como o TecPark Centro Empresarial, localizado às margens da rodovia BR-040, em Juiz de Fora; o São Pedro Center, localizado no bairro São Pedro em Juiz de Fora e o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora e Região. Esse último empreendimento consiste em uma iniciativa do Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora e Universidade Federal de Juiz de Fora na qual a referida Investpark que supervisionou a elaboração do Park Sul também realizou o denominado "Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica" desse empreendimento. No rol de projetos do gênero, a

região contará também m o Parque Científico e Tecnológico de Juiz de Fora está sendo construído em um terreno localizado na rodovia BR-040, km 790.

Referências:

ARBIX, G. Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por Novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.43, n.1, p.5-43, 2000. Campinas. Anais... Campinas: [online: http://www.ige.unicamp.br/cact/semana2010].

FINATTI, R. Condomínios empresariais na Região Metropolitana de Campinas: intencionalidade e fatores locacionais. In: VI Semana de Geografia da Unicamp, 1., 2010.

MENDES, Auro Aparecido. Condomínios industriais e empresariais no Brasil. A indústria automobilística e os novos espaços produtivos em Campinas (SP). Revista Portuguesa de Geografia, Finisterra, n. 97, p. 119-134, 2014.

SILVA, V. A. **Condomínios Empresariais: O Caso Do Park Sul Em Matias Barbosa/Mg.** 2017.88f. Monografia (Bacharel em Geografia) – UFJF/Departamento de Geociências, Juiz de Fora, 2017.